

Marcelo Carvalho Rosa
(Organizador)

**GREVES, ACAMPAMENTOS E OUTRAS
FORMAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O LEGADO
DE LYGIA SIGAUD PARA OS ESTUDOS RURAIS**



**GREVES, ACAMPAMENTOS E OUTRAS *FORMAS* DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL:
O LEGADO DE LYGIA SIGAUD PARA OS ESTUDOS RURAIS**

1ª Edição - eletrônica

Capa: Jerônimo Navajas

Diagramação e editoração: Jerônimo Navajas

Revisão : Delma Pessanha Neves e Marcelo Carvalho Rosa

Todos os direitos reservados. Os artigos aqui publicados são a expressão exclusiva das posições de seu respectivo autores e não do conselho editorial.

Os artigos publicados poderão ser livremente reproduzidos em qualquer meio, desde que sejam feitas as devidas referências aos autores.

Marcelo Carvalho Rosa
(organizador)

**GREVES, ACAMPAMENTOS E OUTRAS *FORMAS* DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL:
O LEGADO DE LYGIA SIGAUD PARA OS ESTUDOS RURAIS**

Rio de Janeiro
Rede de Estudos Rurais
2010

SOBRE OS AUTORES:

Laura Colabella

Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi orientanda de Lygia Sigaud no mestrado e no doutorado e se dedicou a transpor para o contexto da política dos piqueteros argentinos, as descobertas de Lygia Sigaud em relação aos acampamentos no Brasil.

Marcelo Carvalho Rosa

Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, bolsista de Produtividade do CNPq. Trabalhou com Lygia Sigaud ao longo dos últimos oito anos em pesquisas em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e na África do Sul.

Marcelo Ernandez Macedo

Professor Adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi co-orientado em sua tese de Doutorado por Lygia Sigaud. Ao lado de Lygia Sigaud realizou, ao longo da última década, pesquisas sobre a sociogênese dos acampamentos e ocupações de terra no Rio de Janeiro.

Nashieli Rangel Loera

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais na mesma universidade. Realizou pesquisas sobre a formação dos acampamentos de sem-terras nos estados de São Paulo e Bahia, tendo desenvolvido um diálogo duradouro com a obra de Lygia Sigaud voltada para este tema e a teoria antropológica.

Thereza Cristina Cardoso Menezes

Professora Adjunta da Universidade Federal da Amazônia. Foi orientanda de doutorado de Lygia Sigaud e com ela compartilhou trabalhos de campo e pesquisas na zona da mata. Ao longo de sua participação no grupo de pesquisa, desenvolveu trabalhos sobre o impacto da regulamentação ambiental para a vida de trabalhadores rurais e assentados de reforma agrária na região canavieira de Pernambuco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
DE CLANDESTINOS A PESCADORES: ESTUDO SOBRE DIREITOS E NOVAS IDENTIDADES SOCIAIS	13
Thereza Cristina Cardoso Menezes	
TEMPO DE BARRACO	33
Nashieli Rangel Loera	
AS OCUPAÇÕES DE TERRA NO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1980 E A “FORMA ACAMPAMENTO”	61
Marcelo Hernandez Macedo	
A “FORMA MOVIMENTO” COMO MODELO CONTEMPORÂNEO DE AÇÃO COLETIVA NO BRASIL	87
Marcelo Carvalho Rosa	
DE LOS PIQUETEROS... ME VINE ACÁ... CON RUBÉN. ETNOGRAFÍA DE UNA RUPTURA	107
Laura Colabella	

INTRODUÇÃO

Poucos tiveram a oportunidade de, ao longo de quarenta anos, fazer pesquisa de campo em áreas rurais, como fez Lygia Sigaud com os trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco, com os atingidos pelos grandes projetos hidrelétricos no nordeste e no sul do Brasil e com os movimentos de lutas por terra, também nestas duas regiões. Como ela mesmo gostava de apontar nos seus trabalhos: esta parece ser a principal condição social de possibilidade para compreender sua importância para as ciências sociais. Para além de um interesse incomum pela teoria antropológica, refletido em seus estudos sobre Edmund Leach, Bronislaw Malinowski e Marcel Mauss e em seus cursos no Museu Nacional, foi por meio de seu longo investimento em trabalho de campo que fomos brindados com as boas novas de mobilizações políticas que não seguiam necessariamente os modelos concebidos nas ciências sociais para os camponeses ou trabalhadores rurais.

Ao chegar em Pernambuco ainda na década de 1960, Lygia Sigaud, envolvida em projeto coletivo de pesquisa, observou um mundo rural que se transformava em pleno advento da ditadura militar. Ao longo das décadas seguintes, ela seguiu com acuidade o processo de implantação dos direitos trabalhistas no mundo dos engenhos de cana de açúcar e observou que as relações de dependência e reciprocidade entre senhores de terra e seus moradores tinham implicações fundamentais nesse processo. Ao lado dos sindicalistas da região, retratou o processo de expulsão dos trabalhadores rurais de seus sítios, do interior do engenhos para as pontas de rua das pequenas cidades da região, e a formação de um grupo social específico: os clandestinos. Em oposição a estes últimos, os trabalhadores sindicalizados, portanto com direitos formalmente assegurados, organizaram em 1979 e 1980 as maiores greves de trabalhadores rurais da história do país e, logo a seguir, apareceram relatados em seu *Greve nos Engenhos*.

Seus estudos sobre as greves e mobilizações sindicais também contribuíram para uma melhor compreensão do lugar que o sistema judiciário passou a ocupar nas relações sociais daquela região; e para o entendimento das condições necessárias ao uso deste recurso pelos trabalhadores. Foi na sequência deste trabalho de campo, que já se estendia pelos anos 1990, que Lygia Sigaud encontrou os mesmos

sindicalistas que haviam feito as greves das décadas anteriores ocupando e montando acampamentos nos engenhos. A partir dali compôs uma nova equipe de trabalho que passou a refletir sistematicamente sobre os sentidos que os acampamentos e as mobilizações por terra adquiriam no mundo da cana-de-açúcar. Em *Ocupações de Terra e Transformações Sociais* vemos os primeiros resultados deste esforço, que seriam complementados com seus artigos: *A forma Acampamento* e em *As condições de possibilidade das ocupações de terra*. Neste conjunto de publicações, encontramos um campo fértil para associar as grandes mobilizações por terra no Brasil dos últimos anos, com a vida cotidiana de trabalhadores e moradores de zonas rurais. Como demonstrado em suas pesquisas, esta relação se estruturou por meio de uma *forma acampamento* que associava performance e linguagens específicas e que permitiu uma comunicação fluida entre militantes, sindicalistas, trabalhadores rurais e agentes do Estado.

Além de seus artigos, orientações e pesquisas, Lygia Sigaud se dedicou, no início da última década, a um projeto inédito: a realização de uma exposição sobre as lutas recentes por terra na Zona da Mata. Inicialmente pensada como uma apresentação dos resultados de seu primeiro projeto de pesquisa sobre os acampamentos, *Lonas e Bandeiras em Terras Pernambucanas* se transformou em uma homenagem pública aos indivíduos e movimentos que ajudaram a transformar a vida rural daquela região. Entre 12 de agosto e 10 novembro de 2002, cerca de 18 mil pessoas tiveram a oportunidade de percorrer a trajetória daqueles que se engajaram nas lutas por terra em Pernambuco. Por meio de áudios de entrevistas, fotos e das indispensáveis barracas de lona e bandeiras dos movimentos, os visitantes do Museu Nacional – antiga moradia de nossos imperadores – puderam conhecer melhor as agruras passadas por aqueles que conhecemos por sem-terra.

A trajetória marcada pelo compromisso entre o rigor acadêmico e a atuação política cruzou o caminho de vários pesquisadores. Quando, por recomendação dela, cheguei na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco para realizar meu trabalho de tese, sem jamais ter tido contato anterior com aqueles sindicalistas, fui gentilmente recebido como um amigo da companheira Lygia. A intimidade entre alguns dos sindicalistas e ela era tanta, que várias vezes fui perguntado sobre como estavam seus filhos, cujos nomes eram conhecidos por todos aqueles que conviveram com ela no tempo das greves. O mesmo ocorreu quando cheguei à sede do MST em Caruaru. Ao dizer que trabalhava com Lygia, fui recebido com um sorriso enorme por uma das mais ativas militantes do movimento. Ela nunca havia

encontrado com Lygia Sigaud, mas em dos cursos de formação do movimento, havia lido o livro *Os Clandestinos e os Direitos* que, posteriormente, serviu de base para seu trabalho de conclusão do curso de Pedagogia. Ambos, sindicalistas e militantes, reconheciam no trabalho de Lygia um apoio externo importante para suas lutas e para compreensão de seu mundo social.

A idéia desta publicação, gentilmente solicitada pela Direção da Rede de Estudos Rurais, da qual ela foi uma de suas maiores incentivadoras, era realizar uma homenagem que reconhecesse o legado de Lygia Sigaud para nossa comunidade. De meu ponto de vista, nada mais justo do que seguir as pistas deixadas por ela em um de seus últimos trabalhos publicados no *Social Science Information - em geral*, um bom trabalho etnográfico deriva de um investimento de grupo: de uma experiência coletiva.

Lygia, ao longo de sua carreira, teve várias ocasiões para experimentar este tipo de condições sociais de produção de conhecimentos. A seguir veremos, por meio de trabalhos escritos por alguns de seus parceiros recentes, seja de campo, seja de orientação, que seu principal legado foi ter nos ajudado a transportar as categorias etnográficas que elaborou para o cerne de nosso trabalho e, com isso, revelar facetas inéditas da vida social contemporânea.

Temos o privilégio de reunir aqui cinco trabalhos que, em formas e contextos distintos, dialogam com o legado de Lygia Sigaud, principalmente com suas últimas pesquisas e publicações.

O trabalho de Thereza Menezes reflete sobre as mudanças sociais contemporâneas na região etnográfica mais trabalhada por Lygia: a Zona da Mata Pernambucana. Seguindo as formas com que a nossa homenageada trabalhou a penetração da linguagem dos direitos no mundo social dos engenhos de cana-de-açúcar, Menezes se volta para a o processo de formação de uma colônia de pescadores. Animados pela emergente narrativa ambientalista, antigos *clandestinos* passam a adotar uma nova linguagem dos direitos. Desta feita, não seriam os direitos do trabalho de outrora, mas do *pescador profissional*. Assim como Sigaud havia demonstrado que a *linguagem dos direitos* não solapava por completo as relações de troca e obrigação cultivadas no interior da fazendas, Thereza Menezes nos mostra que a adesão à pesca regulamentada encontra-se eivada de elementos do passado. Assim, generosidade, proteção e segurança, termos que outrora foram usados para se referir aos sindicatos, são agora usados para o mundo da colônias de pescadores e da proteção ambiental.

Lygia Sigaud, na última década, rumou do mundo dos direitos para o dos acampamentos e ocupações de terras e é com esta última parte de sua trajetória que dialoga Nashieli Rangel Loera. Assim como no trabalho de Thereza Menezes, esta pesquisadora segue os passos de Lygia Sigaud por meio do estudo da linguagem, que permite a estruturação dos acampamentos e das lutas por terra no interior paulista. Tendo em conta a noção de *forma acampamento* cunhada por Sigaud (2000), Loera se dedica ao estudo da maneira como a participação e o merecimento social daqueles que se envolvem nesse mundo são organizados pela noção de *tempo de acampamento*. O tempo, que não se expressa apenas como uma medida cronológica, ordena e hierarquiza a vida sob os barracos de lona preta.

Nesta mesma seara, Marcelo E. Macedo, em texto que resulta de um projeto coletivo coordenado pela própria Lygia Sigaud, irá refletir sobre a estruturação da *forma acampamento* no estado do Rio Janeiro na década de 1980. A hipótese defendida por Macedo é de que as ocupações que foram observadas no Rio de Janeiro no início dos anos 1980, não podem ser compreendidas se não levarmos em conta os processos anteriores e os agentes que contribuíram para a construção das novas formas. Conectando eventos e sujeitos que participaram das lutas por terra naquela região, o autor nos demonstra que os “novos” movimentos e militantes precisam da ajuda diuturna dos mais antigos para mobilizar pessoas e para negociar com os agentes estatais.

Ainda na perspectiva das “formas” com que se constituem as lutas por terra no Brasil contemporâneo, apresento uma análise também inspirada no trabalho de Lygia Sigaud, considerando como a “forma acampamento” se relaciona obrigatoriamente com o que chamo de “forma movimento”. A partir do estudo da chegada e implantação do MST e sua linguagem nas Zona da Mata de Pernambuco, procuro demonstrar que, além dos acampamentos, o MST transportou para Pernambuco uma forma específica de organização social que passa a ser conhecida como movimento (não necessariamente correspondente às definições de movimentos sociais típicas na análise sociológica). Esta forma permitiria a constituição de uma relação legítima e singular entre o Estado e os demandantes por terra.

Por fim, chegamos a um campo de estudos que também interessava a Lygia Sigaud e que deu frutos por meio de seus orientandos. As formas de se fazer política nas periferias de Buenos Aires, Argentina. Por meio de uma consistente etnografia de um movimento piquetero no cidade de Matanza, Laura Colabella trilha outro dos caminhos abertos por nossa homenageada: as relações de amizade, parentesco e

compradrio, que também fazem parte do mundo dos movimentos, mas que muitos de nós colocamos em segundo plano nas análises dessas organizações. Levando a sério os sábios conselhos de Lygia, de que as ciências sociais devem ser feitas de pessoas de carne e ossos, a autora fala dos desafios da política em seu país a partir do universo de relações sociais de seus interlocutores.

Acredito que este pequeno volume de textos seja uma contribuição importante para conhecer e reconhecer o legado que Lygia Sigaud nos deixou com suas pesquisas nos últimos anos. Neles vemos as principais facetas de seu trabalho e podemos observar a importância de seu investimento para a formação de um novo coletivo de pesquisadores do mundo rural e fora dele. Suas contribuições para o estudo dos acampamentos, das ocupações de terra e dos movimentos sociais fazem da pesquisa etnográfica uma arma teórica imbatível, quando nosso interesse se assemelha ao dela: fazer das ciências sociais uma ferramenta para a qualificação de nossas lutas políticas e para a transformação social.

DE CLANDESTINOS A PESCADORES: ESTUDO SOBRE DIREITOS E NOVAS IDENTIDADES SOCIAIS

Thereza Cristina Cardoso Menezes

Este texto busca analisar o crescente número de filiações de trabalhadores rurais com histórico prévio de trabalho em canaviais a uma Colônia de Pescadores. A pesquisa foi realizada entre 1999 e 2005 com associados da Colônia de Pescadores do município de Rio Formoso, situado na Mata Sul de Pernambuco, buscando identificar socialmente os filiados e compreender a recorrente vinculação que estes faziam entre o ato de associação e a recuperação de direitos trabalhistas.

O trabalho aqui apresentado é resultado de um longo diálogo com Lygia Sigaud e sua obra, iniciado em 1999, em virtude de minha participação como pesquisadora em projetos de pesquisa por ela coordenados entre 1999 e 2005¹. Esta relação de pesquisa e amizade teve em comum a mesma área de trabalho de campo, a Mata Sul pernambucana, foco de prolongado esforço de reflexão de Lygia direcionado à análise das transformações nas relações sociais na região e também área focal de minha tese de doutorado (Menezes, 2004) que Lygia orientou.

Tendo como eixo reflexivo os efeitos de processos de transformação social relacionados aos trabalhadores rurais, Sigaud deu especial relevo às vicissitudes da busca pelos direitos. Com inspiração em formulações de Weber (1964), suas pesquisas propunham uma abordagem que interrogasse as condutas referidas aos direitos, levando em consideração o quadro mais amplo de comportamentos dos indivíduos e das relações sociais nas quais estão inseridos, refutando, portanto, análises imbuídas de um *bias* dos juristas que isolam condutas e as examinam em função de suas implicações em termos de cumprimento e descumprimento das normas jurídicas (Sigaud, 1996).

A área de estudos etnográficos que permitiu a elaboração deste ponto de vista foi a Zona da Mata de Pernambuco, região que tem sido explorada desde o período colonial por senhores de engenho que plantavam cana e produziam açúcar, impondo transformações territoriais e culturais que permitiram o engendramento do que Freyre (1943) considerava uma civilização baseada no latifúndio, na monocultura e na escravidão.

No século XIX, as usinas começam a fazer parte da paisagem da região. Ainda que isso representasse uma mudança no equilíbrio de forças locais, esses estabelecimentos deram continuidade ao modelo de gestão anterior, fundado nas grandes propriedades monocultoras e na manutenção do controle estrito das propriedades que exploravam (Andrade 1964; Belo 1985). Segundo Andrade (1994:36), o processo histórico usineiro compreenderia quatro grandes períodos: o primeiro iniciou-se graças às garantias de juros dadas pelo governo imperial, a partir de 1870, com a criação dos engenhos centrais, substituídos no final da Primeira República por numerosas usinas; o segundo período teria se iniciado com a racionalização da intervenção do Estado na economia canavieira e com a criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), e terminado com a Segunda Guerra Mundial; o terceiro período se estenderia desde o início dos anos 1950 até os anos 70, quando a política do IAA desmoronou em razão da pressão de produtores paulistas no mercado nacional; o quarto período se teria estabelecido nos anos 70, com a intervenção governamental procurando dinamizar, modernizar e acelerar a concentração da produção de açúcar e expandir a produção do álcool, com vistas a reformular a política energética do país.

Os direitos no mundo dos engenhos

Até os anos 1950, o acesso à terra na região era rigidamente regulado pelos senhores de engenho e usineiros (os patrões, segundo a designação local), a partir das regras da morada, baseadas em obrigações recíprocas entre patrões e moradores. O patrão deveria dar casa, terra para lavoura e proteção em momentos difíceis e o morador deveria oferecer seu trabalho e lealdade. Em meados dos anos 1950, as normas da morada, especialmente a permissão de manter as lavouras de subsistência, começaram ser violadas pelos patrões. Impedir ou dificultar o acesso à terra resultou na quebra da obrigação de lealdade dos moradores. Neste período, surgiram as ligas camponesas (Callado 1964; Julião 1962; Bezerra 1979), dando início ao movimento social que redundou na criação de sindicatos (Palmeira 1977) e, em 1963, na extensão de direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, através do Estatuto do Trabalhador Rural.

Pesquisas na Zona da Mata de Pernambuco evidenciavam os direitos como tema que atravessava as relações sociais locais, indicando certo diferencial em termos de sua apropriação social em relação a outras parte do país. Em 1969, em sua primeira incursão na área junto com membros da equipe de pesquisadores do Museu Nacional, Sigaud (2001:78) já chamava a atenção para a precoce consciência e importân-

cia que os direitos vinham ganhando entre os trabalhadores rurais, sendo estes entendidos como novo conjunto de obrigações patronais instituídas pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, tais como o salário mínimo, repouso remunerado, férias e décimo terceiro salário, etc e a mediação da Justiça do Trabalho em caso de conflito.

O fato desta disseminação dos direitos não estar acontecendo na mesma velocidade no resto do país, indicou como fundamental para a compreensão deste diferencial regional a forte ação de mediadores devotados à sua difusão como as lideranças da ligas camponesas, padres, comunistas e posteriormente lideranças sindicais e advogados. Já em 1963, o respeito ao ETR tornou-se objeto de luta com greves e manifestações promovidas visando ao seu cumprimento. As reivindicações assinalavam a configuração política “progressista” de Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes como elemento chave para compreender a rápida difusão dos direitos, reforçando o pressuposto que o direito em si não produz efeitos sem que estejam reunidas outras condições sociais.

O golpe militar de 1964 veio acompanhado da proibição de greves e manifestações e do afastamento e perseguição de lideranças ligadas aos trabalhadores rurais, permanecendo à frente dos sindicatos apenas as lideranças vinculadas a Igreja Católica. Diante do novo cenário, a única possibilidade de ação sindical tornara-se a cobrança jurídica dos direitos trabalhistas, visto que, como o golpe foi justificado pela “legalidade”, os militares não poderiam combater sua representação máxima, os tribunais. A partir deste momento os dirigentes sindicais passaram a investir sistematicamente na regularização jurídica dos conflitos, tornando-se a quantidade de reclamações contra patrões um símbolo por excelência de prestígio sindical.

A década de 1970 marca importantes mudanças no contexto produtivo pernambucano, que passou a apresentar forte expansão produtiva da cana. Fornecedores de cana e usineiros foram beneficiados através de subsídios e facilidades de crédito, advindos de programas como o Proálcool (1975-1985), que contribuíram para uma expansão sem precedentes das plantações de cana. Este *boom* produtivo, associado ao aumento do custo da força de trabalho que se seguiu à instauração dos direitos trabalhistas no campo, deflagrou a expulsão de trabalhadores para a periferia das cidades, *pontas de rua* na Zona da Mata de Pernambuco, e fez proliferar o recrutamento de trabalhadores sem contrato de trabalho. Estes trabalhadores se identificavam e eram classificados socialmente como clandestinos em oposição ao fichados, que tinham direitos assegurados por contratos formais de trabalho,

sinalizando o direito como princípio classificatório e importante referência para os trabalhadores rurais na região (Sigaud 1979, 2004).

Em municípios da Zona da Mata como Rio Formoso, o sindicato teve sua atuação marcada pelo estímulo aos trabalhadores no sentido de demandar na justiça a obediência às obrigações patronais; isso permitiu a permanência de muitos trabalhadores nos engenhos, devido ao temor que os patrões tinham dos pedidos de indenização. Com a redemocratização, a partir de 1979 os sindicatos locais continuaram exigindo o cumprimento da lei, através de greves pela manutenção de acordos coletivos e da multiplicação de processos contra patrões na Justiça do Trabalho.

Com os 1990 houve uma significativa mudança nas regras do jogo entre Estado e atividade sucroalcooleira, sendo suspensa pelo Governo Federal a tradicional política de proteção à atividade. Sem as facilidades de crédito ou garantias de preço do açúcar para o mercado internacional, muitos patrões e usineiros não conseguiram dar continuidade à sua atividade. Em consequência deste novo panorama, ocorreram falências, fechamento de usinas, desemprego de trabalhadores rurais e uma queda acentuada da produção. Os sindicatos reagiram, tentando tornar as demissões custosas aos patrões: incentivavam trabalhadores sem contrato (clandestinos) a exigir o reconhecimento do tempo trabalhado sem carteira assinada. Entretanto, os efeitos dessa estratégia foram desiguais na região e em geral não produziram o resultado esperado.

Um novo tempo e a persistência dos direitos

Até aqui indiquei a configuração social que possibilitou e tornou a reivindicação dos direitos por trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco um instrumento referencial nas relações sociais na região estudada. Adiante analiso, através de um estudo de caso, como esta referência vem ainda orientando comportamentos sociais, mesmo diante das grandes mudanças que atingiram a produção sucroalcooleira e as relações de trabalho a ela vinculadas.

Busco demonstrar como, a partir dos anos 90, a reivindicação de direitos persiste, mas vinculada a novas formas de identificação sócio-profissional e inserção em associações diferentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Trato particularmente da conversão de trabalhadores clandestinos residentes nas pontas de rua de Rio Formoso em pescadores, examinando o significado atribuído à filiação a Colônia de Pescadores de Rio Formoso e à vinculação deste ato à persistência na recuperação dos direitos.

A Colônia de Pescadores de Rio Formoso foi fundada em agosto de 1996 e sua criação inscreve-se em um vasto conjunto de transformações cuja gênese está vinculada aos efeitos territoriais, sociais e políticos da crise sucroalcooleira da década de 1990 na Zona da Mata de Pernambuco. O cenário de crise produtiva e desempoderamento da elite agrária abriu um novo campo de possibilidades para os múltiplos projetos e investimento na área, motivado pela percepção compartilhada de ruptura do universo social das grandes plantações canavieira.

Para diversos agentes sociais havia indícios de que em meados da década de 90 começava um novo tempo e muitos deles apostaram no desenho de uma nova cartografia regional. No litoral sul pernambucano, várias apostas foram realizadas, abrindo um campo de investimentos concorrentes em termos da produção de uma nova vocação que rompesse com o protagonismo histórico da monocultura canavieira, latifúndio e exploração massiva de trabalhadores rurais.

Esta percepção de se estar diante de um momento divisor de águas manifestava-se em vários projetos de reconversão. O primeiro e mais emblemático deles era o de transformar a tradicional região de engenhos e usinas em áreas voltadas para promoção da reforma agrária, ação justificada por trabalhadores rurais, militantes do MST e pelo Incra-PE na idéia de que chegara o momento de “pagar uma dívida social e histórica com os trabalhadores rurais”. O segundo projeto para a região seria representado pelos investimentos do Governo do Estado e implicava a reconversão da monocultura ao turismo, através de investimentos em um projeto ambicioso de criação de um centro turístico integrado que “traria a região para a modernidade”. O terceiro vetor estaria direcionado a expandir fronteiras de unidades de conservação e planejar um futuro sustentável para a região, tentando deste modo “resgatar um dos maiores passivos ambientais do país”².

O primeiro vetor, a reforma agrária, começou a se desenhar mediante o contexto de fragilidade do poder de patrões e usineiros, originado, a partir de 1992, pelas primeiras ocupações de terra em Rio Formoso e Tamandaré (município vizinho a Rio Formoso), realizadas pelos militantes do MST e por dirigentes sindicais dos dois municípios. Estes agentes exigiam do Incra a desapropriação de engenhos e usinas por improdutividade ou endividamento dos patrões com os bancos. Desde meados dos anos 1990, o MST e a Fetape (Federação de Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco) começaram a concorrer em função do número de acampamentos montados (Sigaud, 2000), tornando, até o fim da década, a Mata Sul de Pernambuco numa das áreas com maior número de ocupações de terra e assentamentos rurais do país.

Outra expressão deste movimento de transformação partia do Estado, que criou políticas públicas a partir da idéia de que era preciso criar as condições para uma nova vocação econômica para a região. Para tal, através do Governo do Estado de Pernambuco, captou-se recursos de US\$ 10,456 milhões do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), cuja função seria transformar a faixa litorânea da Mata Sul de Pernambuco no primeiro Centro de Turismo Integrado do país, denominado Centro Turístico de Guadalupe (CTG). O padrão urbanístico do CTG estabelecido em 1993 tinha como diretriz básica a adoção de uma política rigorosa de preservação dos recursos naturais, de modo a tornar o centro turístico não apenas um balneário tropical, mas também um destino ecoturístico.

A zona mais valorizada do projeto turístico seria o município de Rio Formoso, que difere das demais áreas do projeto de perfil litorâneo, por estar situado integralmente no interior do estuário. Foi projetado com o objetivo de implantação de hotelaria dedicada à construção de *resorts* e à exploração de atividades de lazer. As margens do Rio Formoso, situadas na área urbana da cidade de mesmo nome, concentram as chamadas “pontas de rua”, ou seja, área periférica da cidade onde concentram-se trabalhadores clandestinos da cana-de-açúcar, pescadores, subempregados, refugiados de enchentes passadas, desempregados. Como a área era desprovida de estrutura de coleta de lixo e esgotamento sanitário, tornava-se um risco ao futuro do empreendimento turístico. O órgão financiador (Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID) do projeto turístico então impôs a execução de obras de saneamento da área urbana do município.

Ainda buscando evitar riscos ao CTG e devido à pressão dos órgãos estaduais de meio ambiente, que consideravam o projeto muito impactante ao meio ambiente, uma série de acordos foram feitos para que o empreendimento tivesse aprovado seus Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A criação de unidades de conservação tornou-se a moeda de troca desta negociação e introduziu na região a intervenção e controle fundados na proteção ao meio ambiente, após a criação dos novos estatutos territoriais voltados à conservação.

O projeto turístico abriu possibilidades para o terceiro vetor, a expansão das fronteiras de unidades de conservação e seus gestores governamentais e não-governamentais. Em nome da proteção do projeto turístico, foi criada em 1997 uma Área de Proteção Ambiental, a APA de Guadalupe, com 44.255 hectares, que abrange vários municípios da Mata Sul de Pernambuco como Sirinhaém, Rio Formoso,

Tamandaré e Barreiros. Em 1997 foi criada a APA Costa dos Corais com extensão de 144 Km de praias e 18 milhas para dentro do mar, entre sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, cujo objetivo é proteger os recifes de coral, sua fauna, flora e faixa de manguezais ao longo da desembocadura dos rios³.

A Colônia de Pescadores de Rio Formoso é criada em 1996, neste ambiente de profundas mudanças territoriais que também atingiram às divisões municipais, pois neste mesmo ano foi realizado plebiscito que emancipou o município de Tamandaré, até então distrito do município de Rio Formoso. Antes da emancipação, existia uma única colônia de pescadores, na qual predominavam como associados os pescadores marítimos residentes em Tamandaré.

Os pescadores da área de rio e estuário praticavam pesca artesanal e eram residentes em Rio Formoso. Eles representavam uma categoria minoritária e profundamente desprestigiada em virtude de suas embarcações e apetrechos precários. Estes pescadores eram prioritariamente moradores de “pontas de rua”, conhecidas em Rio Formoso como “Rua da Lama” e “Rua da Levada”, área estigmatizada por ser vista na cidade como favela, local de miseráveis, bandidos e de prostituição. Entre os pescadores de mar, voltados principalmente para pesca comercial, vigorava a idéia de que os pescadores artesanais das ruas da Lama e Levada não eram pescadores legítimos, mas “miseráveis” que encaravam a pesca como mais um dentre vários subempregos.

Havia um histórico tenso de relação entre estes dois grupos de pescadores, inclusive, quando da tentativa de um dos pescadores de Rio Formoso de disputar eleição para presidência da colônia, a liderança de Tamandaré intercedeu e conseguiu junto a Sudepe, em 1988, a suspensão da carteira do concorrente e outros pescadores de Rio Formoso, pelo fato de estes não constituírem pescadores em tempo integral, mas viverem de outras atividades. Este episódio de humilhação coletiva foi citado como momento que fez surgir a idéia de fundar uma outra colônia de pescadores, formada apenas pelos pescadores que pescavam no rio e estuário de Rio Formoso.

Com a emancipação, o município de Rio Formoso perdeu sua faixa litorânea e os pescadores de Tamandaré optaram por levar a velha colônia para o novo município, sob o novo nome de Colônia de Pescadores de Tamandaré. Havia o desejo dos pescadores de Rio Formoso de fundar uma nova colônia e um funcionário do Ibama incentivou e ajudou na realização dos trâmites burocráticos para a fundação da nova organização. O mesmo grupo que articulou a candidatura de oposição para a presidên-

cia da colônia em 1988 e sofreu retaliações, solicitou a este funcionário que intercesse junto ao Ibama, para que o candidato concorrente na época recuperasse sua credencial de pescador e pudesse liderar a nova colônia, o que de fato aconteceu⁴.

O funcionário do Cepene/Ibama que colaborou na fundação da colônia era também um ativo defensor da preservação do manguezal de Rio Formoso, atividade que vinha sendo encorajada em virtude dos projetos turísticos para a área. Durante um longo tempo este funcionário fez rondas de barco, coibindo a pesca predatória no local e catequizando os pescadores ao credo da proteção ambiental.

Esta fase era lembrada por muitos pescadores como a de maior eficácia no controle da devastação ambiental, motivo de queixa dos pescadores artesanais que se viam prejudicados e sem condições de concorrer com estas modalidades de pesca, em virtude de seus poucos recursos para investimentos no método. A presença deste funcionário nos primórdios da existência da colônia foi fundamental para a construção do perfil ambientalista que a organização foi, ao longo do tempo, adquirindo; e tornou-se um diferencial de superioridade moral sempre mencionado por ambientalistas para compará-los com os pescadores de Tamandaré⁵.

De acordo com os relatos dos pescadores, durante essas primeiras reuniões na colônia, ele argumentava que a preservação do mangue era a garantia de sobrevivência dos pescadores, que era deles a responsabilidade de zelar pela sua preservação, pois eram os seus protetores naturais. Solicitava a colaboração de cada pescador para que este fim fosse alcançado; e ressaltava que a proteção ambiental deveria ser o diferencial da Colônia de Rio Formoso em relação às outras, especialmente, à de Tamandaré.

Os filiados da colônia de Rio Formoso residem em áreas nas margens ou próximas ao rio que banha a cidade, tendo lá se instalado entre as décadas de 1960 e 1970, em decorrência da expulsão de trabalhadores dos engenhos, em virtude do alargamento da área produtiva das plantações de cana de açúcar e do aumento do custo da mão-de-obra, decorrente da ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores rurais⁶ (Sigaud 1993).

Este processo ("botar para fora") levou um número crescente de trabalhadores rurais a deixar engenhos e a instalar-se na cidade, em função dos constrangimentos impostos pelos patrões para a manutenção da casa e do roçado, que permitiam aos trabalhadores a subsistência familiar (os sítios). A transferência para a cidade ("morar na rua") não implicou necessariamente uma mudança de atividade: muitos dos residentes das "pontas de rua" continuaram a trabalhar nos engenhos durante o

período do corte da cana (moagem), mas sob condições e regime de recrutamento diferentes⁷, que tornavam o trabalho nas plantações uma atividade sazonal ou ocasional. Durante o inverno (fora da época da moagem da cana), estes trabalhadores buscavam sua sobrevivência em atividades temporárias, ou em recursos do governo estadual voltados para a sobrevivência dos trabalhadores durante a entressafra.

Os filiados à colônia são parte do processo de proletarianização da atividade canvieira dos anos 1970 e 1980 ou seus filhos e netos. Os trabalhadores provenientes dos engenhos frequentemente consideram sua entrada na pesca como uma alternativa imediatamente disponível de trabalho, algo que deveria ser temporário, uma forma de sobrevivência entre uma moagem e outra.

O termo “pescador” envolve uma série de situações profissionais. A pesca frequente entre os períodos de moagem criou condições para a profissionalização, com o surgimento de pescadores em tempo integral.

Alguns conseguiam durante certos períodos uma produção pesqueira maior do que o necessário para a sobrevivência e comercializavam o excedente nas feiras locais, na praia ou na vizinhança. Havia casos ainda mais raros de pescadores que investiam na compra, aluguel ou faziam parcerias para adquirir barcos. Esses começaram a pescar em veículos maiores e mais potentes, capazes de alcançar áreas marítimas. Tornaram-se, assim, “pescadores de noite e dia”, passando a viver exclusivamente dessa atividade.

Uma grande variedade de situações relacionadas à adequação individual ao trabalho nas plantações está na origem da conversão à pesca. Muitos se tornaram pescadores porque não suportavam o trabalho nos canaviais e escolheram a pesca porque não queriam mais ter patrão ou não queriam ficar “presos na ficha”. No entanto, muitos daqueles que são pescadores em tempo integral afirmam que, recentemente, devido à escassez e ao aumento do número de pescadores em Rio Formoso, a atividade não fornece o suficiente para as necessidades de subsistência familiares.

A pesca em Rio Formoso é percebida como uma atividade crescentemente incerta, como relataram alguns pescadores: “há dias que se passa o dia no rio e não se pega nenhum peixe”. Para muitos filiados à colônia, a pesca não é percebida como uma profissão, mas como algo que se faz enquanto se espera uma oportunidade melhor. Vista socialmente como uma atividade desvalorizada, a pesca está associada ao subemprego, situação de desespero e ausência completa de alternativas de trabalho.

Em muitos casos, as trajetórias dos atuais filiados à colônia constituem um *continuum* de deslocamentos, que se iniciou quando ainda viviam com os pais, circulando entre diversos engenhos à procura de casa, trabalho e espaço para cultivar lavouras. Há um número representativo de associados que faz parte ou é diretamente descendente desta primeira geração que abandonou os engenhos e dirigiu-se para as cidades. Muitos deste grupo migraram para São Paulo e Rio de Janeiro, devido à falta de emprego em Rio Formoso e arredores e à abertura de perspectivas nos grandes centros urbanos do sudeste, onde deram continuidade à saga de deslocamentos por várias cidades e exercendo vários empregos.

Muitos destes migrantes retornaram a Rio Formoso em função do refluxo do mercado de trabalho na região sudeste entre os anos 1980 e 1990. Houve ainda aqueles que, ao sair dos engenhos, permaneceram em Rio Formoso sobrevivendo de trabalhos temporários como biscates, construção de casas de veraneio em Tamandaré e contratos na época da moagem.

Uma outra parcela empregou-se na prefeitura de Rio Formoso, que desde a década de 1980, segundo relatos dos pescadores-funcionários, transformou-se na grande contratadora dos habitantes sem qualificação da cidade. A pesca sempre fez parte da vida destes que permaneceram residindo na cidade, assim como, posteriormente, dos migrantes que retornaram ao município, complementando a renda ou como uma atividade para manutenção da família durante a espera por um emprego. A espera demasiadamente prolongada por uma oportunidade que não veio, formou gradativamente um grupo de pessoas que foi transformando a pesca em atividade permanente.

“Antes de eu vir para a rua, eu com a família sempre trabalhamos como agricultor. A gente plantava legumes para nós e fazia salário para a fazenda. Fizemos quatro sítios e deixamos os sítios. Quando o sítio estava coberto de lavoura, o dono falava que não dava mais, porque a terra era pouca e ele precisava do sítio. Quando o pai não dava o sítio, ele acochava. Aí plantava cana até só ficar a casinha. Aí o pai não agüentava e se mudava para outro engenho e perguntava: -“ você tem uma casa para eu morar e na minha família tem tantas pessoas que trabalham, “E ele dizia “eu tenho”. Porque a vantagem para o dono de engenho é quando tem muita gente para trabalhar e meu pai e minha mãe tiveram 25 filhos. Aí continuava, a gente cobria o mundo de lavoura e de repente enchia de cana e só ficava a casinha. Eu tenho 46 anos e nasci em Escada. Com 10 anos eu comecei a trabalhar em Sauezinho. Trabalhei em Mato Grosso, Duas Bocas, São Manuel, Tabor e Mamucaba. Fiquei 10 anos em Bom Jardim. Aí o pai e a mãe morreu. Depois que eu saí do engenho, eu vim para cá para a rua

com ela (esposa) e o irmão. Saí do engenho e vim pescar. Quando a gente chegou aqui, onde é a Rua da Levada era tudo mato virgem. Faz 22 anos que a gente mora aqui. Nós somos os primeiros que moraram aqui. Depois é que invadiram e fez essa rua. Eu comecei a cortar cana por aí, mas é ruim demais cortar cana. Aí fui pegar caranguejo, um outro serviço de corno. Você fica todo esfolado e cortado. Fiz uns biquinhos por aí, mas também não dava. Eu tinha uma máquina Kodak e troquei por uma canoa e voltei a pescar, isso foi há 18 anos. Em 1972 fiz a primeira viagem para São Paulo porque aqui não tinha serviço. Lá fui motorista, cortador de cana, manobrista, ajudante de pedreiro, dedetizador. Até pedi para comer. Já até dormi no meio dos mendigos. Em 1974 voltei para Rio Formoso e em 1976 fui para São Paulo outra vez. Passei 6 anos em São Paulo. Eu quero parar de pescar, está sem futuro. Antes eu pegava dez quilos de peixe aqui na porta. Eu vou ficar pagando à colônia para poder me aposentar e vou parar de pescar". (Zuza, pescador – outubro de 2001).

Em geral, os migrantes que retornaram do sudeste e aqueles que não ingressaram no funcionalismo público permaneceram, após o retorno, fora do mercado formal de trabalho de Rio Formoso; poucos ainda têm perspectiva de algum dia retornar a ele. A maioria ultrapassou a faixa dos 40 anos e acredita não ter mais chances de ser fichado.

Na década de 1990 a falência dos engenhos e usinas reduziu a arrecadação, limitando gastos públicos e oportunidades de ingresso de novos funcionários no único grande espaço empregador que restou na região: a Prefeitura. As mensalidades da colônia de pescadores começaram a ser pagas pelos migrantes "retornados" como um meio para garantir amparo financeiro no futuro, diante da total falta de expectativas de retorno ao mercado formal de trabalho. Os funcionários públicos de Rio Formoso, que formam um contingente importante do número de associados, pagam a colônia porque acreditam que assim irão garantir uma aposentadoria um pouco maior, pois quase todos ganham salários considerados insuficientes para o sustento da família, situação antevista como especialmente grave no futuro, quando estiverem aposentados, sem saúde para complementar a renda fazendo bicos". A filiação à colônia constituiria para estes uma forma de previdência complementar.

No final de 2002, funcionários do Ministério do Trabalho estiveram na colônia de Rio Formoso para prestar esclarecimentos aos pescadores sobre as normas para solicitação do salário-desemprego e outros direitos pelos pescadores. Ao explicarem os procedimentos para o pedido, os funcionários do ministério afirmaram que, para requerer o seguro, não se poderia estar recebendo nenhum outro benefício da previdência social. Alguém no meio da sala lotada perguntou se a mesma regra valia

para pedido de aposentadoria e o funcionário do ministério afirmou que sim. O mesmo homem disse: “mas aqui tem muito funcionário público” e o funcionário respondeu: “para se aposentar você vai ter que escolher se é pescador ou funcionário público”.

Muitos ficaram inquietos e agitados e, durante a reunião, começou a questionar o presidente sobre a situação. O presidente da colônia ficou nervoso, sem saber como responder às perguntas de tantas pessoas. Os funcionários do ministério encerraram o assunto dizendo que precisavam submeter os pescadores a um questionário e pediram para que permanecessem na sala apenas os “legítimos pescadores”, ou seja, aqueles que tiravam seus sustentos apenas da pesca, mesmo que eventualmente “realizassem trabalhos temporários”.

A colônia de Rio Formoso vem contabilizando, desde a sua fundação, um crescimento expressivo de mulheres associadas. Em 2002, 25% dos filiados eram mulheres. No entanto, segundo as filiadas que foram entrevistadas, não houve um aumento do número de mulheres pescando, mas sim um maior número de mulheres que resolveram “procurar os seus direitos”, associando-se à colônia. A coleta de moluscos no mangue é descrita por elas como uma atividade ancestral, passada de mãe para filha, e voltada para a complementação da alimentação, e, eventualmente, da renda familiar, com a venda do excedente nas feiras ou na vizinhança.

Segundo elas, a atividade foi ganhando importância na economia familiar depois que famílias de trabalhadores rurais deixaram os engenhos e foram morar nas cidades. A partir das entrevistas realizadas com as associadas à colônia, foi possível definir duas situações distintas entre as associadas: mulheres que nunca trabalharam formalmente e que pagam a colônia como uma garantia de aposentadoria futura para “aumentar a renda familiar; e mulheres que trabalhavam formalmente (com carteira assinada), ficaram desempregadas e se associaram à colônia como um meio de não “perder direitos” enquanto tentam conseguir outro emprego.

“Eu me filiei por causa do Chico (Presidente da Colônia). Ele disse assim: Gedalva, você está ficando velha, daqui para frente é bom para você. E o meu marido estava parado. A colônia é como se fosse uma empresa para a gente trabalhar. Minha carteira nunca foi assinada e agora está assinada pela colônia”. (Maria Gedalva, filiada à colônia desde 2001).

Antes de 1998, o pescador artesanal (aquele que não trabalha para empresa pesqueira) necessitava apenas de uma declaração de tempo de serviço da colônia para poder se aposentar. Desde 1998 o pescador precisa contribuir com a previdên-

cia social para ter direito à aposentadoria, pagando 2% do salário mínimo por mês e podendo aposentar-se com 25 anos de contribuição, devido à insalubridade e ao risco da atividade. O pescador artesanal é categorizado como “segurado especial”, mesma classificação atribuída a outros segmentos: trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada, assim como dos cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos, que trabalham com a família em atividade rural; e dos índios que exercem atividades rurais e de seus familiares.

Como segurado especial, o pescador tem direitos como aposentadoria (por idade, tempo de contribuição ou invalidez), auxílio em caso de doença ou acidente e pensão aos dependentes. Em 1991, os pescadores artesanais passaram a ter o seguro-desemprego em áreas onde o Ibama decretasse o defeso. Esse direito concedido aos pescadores foi uma consequência da intensificação das medidas de preservação ambiental no país na década de 1990. A medida conhecida como “período de defeso” vem sendo posta em prática desde 1991, através de portarias do Ibama. Tem como objetivo coibir a pesca em épocas de reprodução, decretando sua interdição por determinado período para assegurar a reposição dos estoques ou o ganho de peso dos animais. O defeso tem sido adotado para os seguintes recursos marinhos: lagostas; sardinhas; camarões do Sudeste, Sul e Nordeste; camarão-rosa da costa Norte; bagres do Sudeste e Sul; enchova e robalo etc. Na época em que o defeso é decretado, o trabalhador que tira o seu sustento da pesca fica impedido de trabalhar e, portanto, está habilitado a receber, durante a interdição, o seguro-desemprego igual a um salário mínimo. A lei⁸ garante o recebimento de tantas parcelas de salários mínimos quantos forem os meses de duração do defeso. A visita dos representantes do Ministério do Trabalho à colônia de Rio Formoso teve como objetivo esclarecer dúvidas a respeito do seguro-desemprego e do seguro-defeso, embora não exista nenhuma portaria do Ibama estabelecendo defeso de espécies na área de Rio Formoso ou em municípios vizinhos.

Os representantes do Ministério do Trabalho estavam visitando todas as colônias do litoral sul-pernambucano para informar sobre o benefício, que não existe nesta área, e conclamar os pescadores a pressionarem o Ibama pela criação de uma portaria que estabelecesse o período de defeso do camarão na região, para que, dessa forma, a população de pescadores da área pudesse ser beneficiada com recursos federais. A difusão da decretação do período de defeso era apresentada como direito pelo qual os pescadores deveriam lutar, indicando que medidas de

proteção ambiental tornaram-se também um veículo de aporte de recursos a instituições como o Ministério do Trabalho.

Durante a reunião, os pescadores de Rio Formoso demonstraram muito interesse pelos trâmites burocráticos e esclarecimentos sobre o defeso e a aposentadoria do pescador; desejavam informar-se sobre mudanças na previdência social, os procedimentos para requisição, anos de contribuição etc. Queriam, assim, certificar-se de que teriam mesmo seus direitos de aposentadoria garantidos. As perspectivas de futuro dos filiados à colônia de Rio Formoso são muito pessimistas: ainda que poucos, há homens e mulheres jovens que pagam a colônia porque acreditam que nunca terão um emprego formal, mas não querem abrir mão de ter direitos.

A sobrevivência familiar de muitos tem dependido cada vez mais da pesca, considerada cada vez mais escassa. A sensação de insegurança vem se tornando ainda mais patente com o crescimento do número de pessoas pescando, o que faz com que a atividade só tenha rendido o suficiente para a alimentação diária daqueles que não têm recursos para investir na navegação até locais distantes daqueles onde há maior esforço de pesca.

Mesmo o salário dos pescadores que se tornaram funcionários públicos na década de 1980 era considerado muito baixo, insuficiente para manter as necessidades da família, o que os levava a pescar freqüentemente e fazer biscates para complementar a renda. Aqueles que sempre conseguiam trabalho nos engenhos durante a moagem, afirmaram ser a cada ano mais incerta a obtenção de contratos ou a permanência durante todo o verão/moagem.

As poucas usinas que sobreviveram à crise na região investiram em um novo modelo de gestão e racionalização da mão de obra, caracterizado pela intensificação da jornada de trabalho, exclusão de contratação de mulheres, trabalhadores que não sejam muito produtivos, homens mais velhos e, finalmente, trabalhadores que já processaram patrões (Menezes 2007), algo muito recorrente em Rio Formoso em função da forte atuação sindical na cobrança de direitos. A outra saída que restava eram as prefeituras que estão com seu funcionamento comprometido em função do gasto com pessoal e que têm evitado fazer novas contratações.

O estado de insegurança e a perspectiva sombria de um futuro sem possibilidade de emprego formal para os mais jovens são verbalizados pelos pescadores através de expressões como “não ter direitos” ou “perder os direitos”. A associação à colônia inscreve-se na última alternativa de “recuperar, garantir ou conquistar os direitos”, indicando que o campo simbólico dos direitos constitui referencia

importante e apresenta-se profundamente imbricado com a noção de segurança e proteção.

Rio Formoso é um município onde houve grande engajamento sindical; segundo o censo realizado nos sindicatos da Zona da Mata Pernambucana (Sigaud 1994), Rio Formoso ocupava a terceira posição em número de reclamações encaminhadas à justiça. Os direitos trabalhistas foram rapidamente divulgados aos trabalhadores rurais pelos dirigentes sindicais da região. Poucos anos após a promulgação do *Estatuto do Trabalhador Rural*, já eram visíveis os efeitos do processo de socialização em relação aos direitos trabalhistas (ibidem:143). Os trabalhadores já tinham, nesta época, incorporado o sentimento de que tinham direitos.

A explicação das motivações da associação à colônia retoma a linguagem dos direitos: o ato de filiar-se à colônia visa a simultaneamente poder “pescar dentro do direito” e “garantir direitos”. O principal dos sentidos referentes à concepção de direitos remete ao direito à carteira de pescador. Só a colônia pode atestar que determinada pessoa é um pescador e, com este atestado, tem-se acesso à licença do Ibama, indicando que determinada pessoa é um pescador profissional.

Para os pescadores, ter a carteira do Ibama era um símbolo de dignidade, muitas vezes chamada de “ficha”. Significava ainda poder pescar com segurança, pois era uma comprovação empírica, mediante as autoridades ambientais, de que se estava trabalhando legalmente. Por vezes os pescadores relacionaram a carteira de pescador profissional à carteira profissional, usando a expressão “tenho a carteira assinada pela colônia”. O segundo direito que a entrada para a colônia confere é a aposentadoria: cabe ao presidente da entidade atestar os anos de trabalho e ser mediador dos pescadores junto a INSS, IBAMA e Ministério do Trabalho. Semelhantemente ao sentido atribuído, outrora, ao sindicato de trabalhadores rurais na região, a colônia vem sendo percebida como “um instrumento para garantir os direitos” (Sigaud 1979:24).

Há poucos jovens filiados à colônia. A maioria tem entre quarenta e sessenta anos de idade; muitos eram associados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, enquanto estavam nos engenhos, ou aos sindicatos relacionados aos empregos que tiveram quando trabalharam no Sudeste ou Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais. Muitos dos atuais filiados da colônia estão há muitos anos fora do mercado formal e querem a garantia do direito ao amparo em caso de doença ou quando a velhice chegar, quando não for mais possível conseguir biscates, “ir para a maré” ou fazer novos contratos durante a moagem.

“Eu e minha mulher entramos na colônia este ano (2002). Eu sou trabalhador rural, mas agora estou vivendo da pesca. Eu pesco aratu e vendo quebradinho de aratu para uma mulher de Tamararé todo sábado. Eu vivo disso há 6 meses, antes eu cortava cana. Eu era contratado de Cucaú (Usina Cucaú) para o verão, mas como este ano eu não fiz contrato, eu estou pescando para manter a minha família. E se para o ano eu fizer contrato, eu volto a cortar cana, mas eu vou continuar pagando a colônia sempre, porque se eu pago a colônia, eu tenho direitos e ela tem que me proteger”. (Genivaldo, filiado à colônia em 2002).

A obrigação de dar proteção foi incorporada pela Colônia. Desde a fundação, quando houve um acordo tácito entre os primeiros associados, a colônia deveria funcionar como uma caixa de ajuda aos integrantes em situação de risco, ou seja, que estivessem com a “família passando necessidade”. É ao presidente da colônia que as pessoas se dirigem nestas situações, tanto para pedir as cestas básicas quanto para solicitar o corte de madeira do manguezal para reparos nas casas ou barcos. Cabe ao presidente da colônia a atribuição de julgar o que é degradação e o que é “necessidade”, o que faz com que também recaia sobre ele, além do papel de mediar pedidos de ajuda, o de gestor ambiental dos recursos naturais do manguezal.

Geralmente, a doação das cestas mensais era realizada com recursos oriundos das mensalidades que os associados pagavam à colônia; outras vezes, o presidente mobilizava seus contatos para conseguir cestas suplementares ao número que os recursos da colônia eram capazes de financiar. Frequentemente a distribuição ocorria durante as reuniões mensais da colônia, que são também os momentos para pagamento da mensalidade. A reunião costuma se converter no momento de dar e receber, um espaço de demonstração do *status* de quem tem dinheiro para saldar suas dívidas e participar do ato de generosidade da doação das cestas básicas e do fracasso daqueles que precisam demonstrar publicamente que precisam de ajuda. É, ainda, o espaço de prestação de contas do presidente a respeito do uso dos recursos pagos pelos associados.

A generosidade como forma de demonstrar prestígio, comum no comportamento dos antigos patrões, se manifestava claramente nestes eventos, tornando o que era um acordo previamente estabelecido entre presidente e associados sobre a função de socorrer associados em um ato de magnanimidade, visto que após a entrega das cestas, o público aplaudia o presidente. E era comum escutar dos associados, fazendo comentários, que reforçavam a reputação dele, de que era um “homem bom”. Esta concepção também perpassava o universo dos direitos em muitos

relatos de associados da colônia que já se aposentaram e que atribuíam a obtenção do direito ao fato de o presidente da colônia ter “dado ou ajudado” a conseguir determinada aposentadoria.

Indicamos que a Colônia de Pescadores de Rio Formoso nasce sob os auspícios da moderna linguagem da proteção ambiental, o que poderia nos levar a inscrevê-la no universo de debates dos novos movimentos sociais ou na cisão do monopólio político do significado do termo trabalhador rural. No entanto, ao situar socialmente os associados e observar suas práticas, é possível ver recorrentemente operando em suas reivindicações, uma gramática dos direitos e a dominação pessoal particular às grandes plantações canavieiras, sugerindo que modalidades aparentemente novas de identificação social podem estar orientadas por formas prévias de regulação da vida social.

NOTAS

1. Estes projetos estiveram focados no litoral sul pernambucano e foram desenvolvidos com Lygia Sigaud no âmbito do PPGAS- Museu Nacional e financiados pela Fundação Ford, Faperj, Finep e Cnpq e John Simon Guggenheim Memorial Foundation. Os projetos em questão são: Reforma Agrária, Meio Ambiente e Poder Municipal (1999-2000); Lomas e Bandeiras em Terras Pernambucana (2001-2002); Estudo Comparado de Assentamentos Rurais: desigualdade e sustentabilidade (2003-2005). Minha inserção nestes projetos permitiu realizar várias fases de trabalhos de campo intensivo na Mata Sul Pernambucana ao longo de sete anos.
2. As expressões entre aspas foram recorrentemente citadas em entrevistas. A expressão “dívida social” era freqüentemente usada pelos funcionários do Incra de Pernambuco e alguns militantes do MST; “trazer a Mata Sul para a modernidade” era citada por funcionários dos órgãos de turismo e desenvolvimento do Governo do Estado de Pernambuco e finalmente “saldar” ou “resgatar” o passivo ambiental era termo comum entre ambientalistas de ONG e gerentes de unidades de conservação.
3. A APA surgiu para dar amparo legal a um projeto, neste caso, o aprovado pelo BID em 1998, denominado Projeto Iniciativa de Manejo Integrado para o Sistema Recifal Costeiro entre Tamandaré-PE e Paripuera-AL, conhecido pelo nome Projeto Recife Costeiros. Esse projeto foi submetido e aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento em janeiro de 1998, recebendo o total US\$ 2 milhões em recursos para colaborar no estabelecimento do plano de gerenciamento costeiro, sendo US\$ 1,75 milhões provenientes do BID
4. Em 2002, este Presidente da Colônia de Pescadores de Rio Formoso foi premiado com um troféu e intitulado personalidade do órgão ambiental de Pernambuco (CPRH) do ano, por “relevantes serviços prestados ao meio ambiente”.
5. Era comum entre funcionários de órgãos ambientais, a distinção entre “pescadores conscientizados”, para designar os pescadores da Colônia de Rio Formoso por sua dispo-

sição em colaborar com os esforços de preservação, como os mutirões de limpeza do manguezal; e os “pescadores viciados” para se referir à colônia de Tamararé, por suas exigências de contrapartida para participar de atividades de preservação.

6. Refiro-me ao Estatuto do Trabalhador Rural, Lei de 1963.
7. A ampliação da produção de cana demandou a constituição de um mercado de intermediários para a contratação de mão-de-obra. Estes intermediários eram quase sempre membros da antiga hierarquia administrativa das plantações, na qual ocupavam o cargo de administradores; chamavam-se empreiteiros e se encarregavam de recrutar trabalhadores, conduzi-los às plantações no período do corte da cana, ou à moagem nas usinas, e vigiar a execução das atividades agrícolas. Os patrões pagavam aos empreiteiros e eles pagavam aos trabalhadores.
8. Refiro-me à Lei 8.287, de 20 de dezembro de 1991. Em 2002, 83 mil pescadores brasileiros receberam seguro-desemprego em função de defesos. Segundo a fiscal do ministério do trabalho que esteve na colônia Z-7 em 2002, desde 2000 não havia decretação de defesos em Pernambuco pelo Ibama.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de. (1964). *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____. (1994). *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora Unesp.

BELLO, Julio. (1985). *Memórias de um Senhor de Engenho*. Recife: Fundape.

BEZERRA, Gregório. (1979). *Memórias 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CALLADO, A. (1964). *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editora.

FREIRE, Gilberto. (1943). *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora.

JULIÃO, Francisco. (1962). *O que são as ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MENEZES, Thereza C.C. *Da cana ao caos: usos sociais do meio ambiente no litoral sul-pernambucano em perspectiva comparada, (2004)*. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia). PPGAS-Museu Nacional, Rio de Janeiro.

_____. (2007). *Uma Usina-Símbolo. Novas Formas de Gestão e Proteção nas Usinas Pernambucanas*. Ruris, Vol 1.n. 2, p.71-98.

PALMEIRA, Moacir. (1977). *"The Aftermath of Peasant Mobilization: Rural Conflicts in the Brazilian Northeast since 1964"* in N. Aguiar, ed., *The Structure of Brazilian Development*. New York: Transactin Books: pp.71-98.

SIGAUD. (1979). *Os Clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

_____. (1993). *"Des Plantations aux Ville: les ambiguïtés d'une choix"*. Études Rurales, n 131-132.

_____. (1994). "Direito e Gestão de Injustiças". *Antropologia Social: comunicações do PPGAS*, n.4.

_____. (1996). "Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos". *Estudos Históricos*, São Paulo, n.18

_____. (1999). "Les Paysans et le droit: le mode juridique de règlement des conflits". *Information sur les Sciences, Sociales* Vol. 38 n.1.

_____. (2000). "A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana". *Novos Estudos Cebrap*. No 58: pp.73-89.

_____. (2001). "Ir à Justiça: os direitos entre trabalhadores rurais". In: Novaes, Regina. (Org.). *Direitos Humanos. Temas e Perspectivas*. 1 ed. Rio de Janeiro: ABA/MAUAD/FUNDAÇÃO FORD, 2001, v. 1, p. 50-72.

_____. (2004). *"Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana"*. Mana, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, pp. 131-163.

WEBER, M. (1964). *Economia y sociedad. Esbozo de sociologia comprensiva*. México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica.

TEMPO DE BARRACO¹

Nashieli Rangel Loera

Preâmbulo

Nos últimos 20 anos, as ocupações de terra têm se configurado como um mundo social particular, sofrendo um processo de institucionalização e sendo para muitas das pessoas que participam delas, um mecanismo de ascensão e significação social.² Ainda nesse processo, configuram-se também grupos de *status* (Bourdieu, 1998), grupos de indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder no mundo das ocupações de terra.³ Entende-se por prestígio, segundo inspiração em considerações de Elias (2005), mais como “chances” de poder numa hierarquia tensa de determinada figuração social,⁴ através de elementos convertíveis em moeda de troca nas relações de *status*; e menos como uma qualidade que se porta ou acumula pela reunião de certas qualidades. Já para Bourdieu, “são os grupos de *status* que impõem aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamentos, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar os modelos” (1998:16). Esses grupos, portanto, se distinguem não pela maneira de ter bens, mas de usar esses bens.

Desse modo, no mundo das ocupações de terra, aqueles que se encontram em posições consideradas pela maioria dos participantes dos acampamentos como privilegiadas, direcionam muitas das suas ações para defender essa posição; estão em concorrência com seus pares e com aqueles que não fazem parte do seletivo grupo e que, de alguma ou outra forma, aspiram a sê-lo. Ainda, ter certo *status* no mundo das ocupações ou ocupar uma posição privilegiada, também passa pelo *tempo de acampamento*.⁵ Essa expressão, não é só uma forma de quantificar o tempo que se passa num acampamento, mas também o número de ocupações, acampamentos e mobilizações nos quais já se participou, o quanto já se sofreu, o número de famílias que se conseguiu “*levar para a terra*”. E mais, essa expressão também traduz as relações tecidas com outros acampados, com militantes dentro do próprio acampamento e do próprio *movimento* que organiza a ocupação, as alianças e relações estabelecidas com outros *movimentos*, com representantes do Estado e com políti-

cos locais e, além disso, essa expressão diz respeito ao conjunto de relações e ações ligadas ao nível de comprometimento, ao tempo de participação e dedicação ao barraco, ao acampamento e ao *movimento* e ao cumprimento de certas obrigações assim como a lealdade demonstrada e ao *conhecimento* ou saber que se tem sobre o modo de funcionar do mundo das ocupações de terra.

Neste sentido, hoje em dia, o *tempo de acampamento* é um código social dentro do mundo das ocupações de terra, na medida em que além de uma medida cronológica, é também um demarcador de prestígio, de *status*, um princípio organizador e ordenador das relações sociais, e um requisito para *conquistar a terra* tanto para dirigentes das organizações que promovem as ocupações, como para as autoridades encarregadas das desapropriações de terra. Conforma-se assim uma fórmula social entendida e compartilhada por acampados e assentados, por dirigentes e militantes dos movimentos, por autoridades locais e representantes de órgãos do Estado, enfim, por todos aqueles que fazem parte desse mundo social particular, o das ocupações de terra.

Retomo a expressão “fórmula social” inspirada na bela etnografia *Tempo de Brasília*, de Antonádia Borges (2003). Essa autora descreve certas “fórmulas mágicas” ou equações cunhadas pelo governo e que servem para classificar a quem venderá ou doar suas terras. Cada fórmula, segundo a autora, “apresenta um conjunto de variáveis que se pretendem as mais precisas para calcular o grau de merecimento da população em face dos bens (raros) a ela disponibilizados pelo Estado” (2003: 165). Ainda Borges nos mostra como essas “fórmulas” “foram destacadas do repertório classificatório nativo para figurar em uma fórmula mágica estatal, tornando-se logo em seguida, categorias legais de referência para a população” (2003, p. 165).

No mundo das ocupações o *tempo de acampamento* é referência também para representantes dos órgãos públicos encarregados das desapropriações de terras. Segundo informações obtidas em entrevista com um funcionário do Incra em Salvador (BA), na desapropriação das terras, “dá-se prioridade às famílias que têm mais *tempo de acampamento*”.

No entanto, o *tempo de acampamento* pode ter diversos significados, todos eles referidos ao contexto, à situação e à condição do indivíduo, assim como às posições que as pessoas ocupam nesse mundo social particular. Assim sendo, ainda que os participantes do mundo das ocupações façam referência a certas expressões nativas: *tempo de barraco*, *tempo de luta* e *tempo de reforma*, como expressões homônimas ao *tempo de acampamento*, descrevem, a maioria das vezes, uma diversidade de significados, ações e situações.

Neste texto, deter-me-ei numa dessas expressões em particular, o *tempo de barraco*. Não sem antes descrever brevemente o percurso da pesquisa e as características dos acampamentos nos quais foi realizada a maior parte do trabalho de campo.

Este é um trabalho de cunho etnográfico e forma parte da minha pesquisa de doutorado em Antropologia social ainda em andamento. No entanto, os dados empíricos aqui apresentados foram colhidos ao longo de quase seis anos de pesquisa em acampamentos da reforma agrária no estado de São Paulo. A estratégia metodológica da pesquisa consistiu em seguir o percurso de uma família extensa (consangüíneos e afins), a família Dos Reis-Cerqueira,⁶ pelo mundo das ocupações de terra, desde os primeiros acampamentos nos quais participaram em 2003, até - alguns membros da família - serem assentados no começo de 2006. Dei seguimento também até começo de 2008 aos integrantes dessa família que não foram assentados e que continuaram em peregrinação por acampamentos de sem-terra do estado de São Paulo.

Devo ainda mencionar que o objetivo da pesquisa não é fazer uma história de vida, mas através do caminho percorrido por uma família extensa, descrever o que algumas trajetórias podem revelar de um mundo social em particular, o das ocupações de terra.

O acampamento Terra Sem Males⁷

O TSM cobrou vida em Abril de 2002 no município de Bragança Paulista, na região de Campinas⁸ com a ocupação da fazenda Capuava, que reuniu mais de 400 famílias, entre essas famílias encontrava-se a família Dos Reis.

A maioria das famílias acampadas era originária da região de Campinas e dos municípios próximos, e tinham sido convidadas para participar da ocupação por conhecidos ou parentes que já eram assentados ou faziam parte de outros acampamentos. Alguns deles também estavam participando da ocupação.

O acampamento TSM ficou aproximadamente cinco meses nas terras da fazenda Capuava. Em Junho de 2002 um juiz de Bragança decretou que as famílias acampadas poderiam ficar só 60 dias naquelas terras. Quando o prazo se cumpriu, as famílias foram despejadas e o acampamento foi instalado no município de Franco da Rocha, na região metropolitana (RM) de São Paulo e, em menos de um mês depois, as famílias mudaram novamente e o acampamento foi montado no município de Cajamar, a 30 quilômetros da cidade de São Paulo, ainda na RM-SP. As famílias do

TSM ocuparam, junto com outras famílias do acampamento Irmã Alberta, uma propriedade na periferia da pequena cidade de Polvilho. Em Junho de 2003, um contingente de 50 famílias de ambos os acampamentos, entre as quais se encontrava a família Dos Reis, saiu de Cajamar para ir se instalar em outro acampamento, o Dom Hélder Câmara, na região de Araçatuba, ao noroeste do estado de São Paulo.

É importante mencionar que nesse percurso, muitas das famílias, como no caso da família Dos Reis-Cerqueira, decidiram sair do TSM e ir para outros acampamentos, outras simplesmente saíram ou foram expulsas e outras continuaram nesse acampamento junto com famílias novas que foram se instalando debaixo da lona.⁹

O acampamento Dom Hélder Câmara¹⁰

Cinquenta (50) famílias de acampados do TSM saíram de Cajamar no começo de Junho de 2003 com a expectativa de serem assentados na região de Araçatuba, especificamente perto da cidade de Andradina. Além dessas famílias, havia também outras famílias, originárias da região de Campinas e São Paulo, que haviam sido convidadas em trabalho de base para se unirem ao comboio que sairia do TSM. As famílias ocuparam a fazenda Santa Rosa, perto da cidade de Araçatuba, e dois dias depois foram despejadas. Depois ocuparam a fazenda Araçá, também em Araçatuba, onde ficaram uma semana e também foram despejadas. Finalmente, ocuparam a beira da pista ao lado da fazenda Pau D'Alho, no município de Birigui, a mais de 500 quilômetros ao noroeste da cidade de São Paulo. Foi ali que o acampamento Dom Hélder Câmara foi constituído. As barracas foram montadas perto de uma pequena reserva de mata na beira da fazenda. O nome do acampamento foi decidido em assembléia e sugerido pelos militantes do MST que acompanhavam as famílias de acampados e coordenavam a organização do novo acampamento. Durante vários meses o acampamento esteve ocupado só pelas famílias vindas do TSM e da região de Campinas e São Paulo. E foram essas mesmas famílias, dentre elas a família Dos Reis-Cerqueira, em conjunto com militantes da região, as que realizaram trabalho de base em cidades e bairros rurais próximos ao acampamento, convidando novas famílias para irem se instalar no Dom Hélder. O acampamento ficou nesse local mais de um ano e meio. Durante esse tempo, várias famílias desistiram e saíram do acampamento, entre elas a família Dos Reis-Cerqueira. As que ficaram realizaram outras mobilizações e, finalmente, em abril de 2005, o acampamento Dom Hélder foi desmanchado e as famílias ocuparam a fazenda Tapir – localizada ao lado da cidade de Suzanópolis, a 40 quilômetros da fronteira com Mato Grosso do Sul – e

montaram um acampamento junto com famílias de moradores que já estavam no local. No final de 2005, a fazenda foi finalmente liberada para reforma agrária e as famílias foram assentadas no começo de 2006.

Acampamento Pendengo¹¹

Devo lembrar que a família extensa Dos Reis-Cerqueira foi uma das famílias que saiu do acampamento Dom Hélder Câmera. A convite de um sindicalista da região, elas foram acampar num acampamento organizado pela CUT, especificamente por membros do Sindicato dos trabalhadores da agricultura familiar de Andradina (SINTRAF), que estava montado na beira da fazenda Cafeeira a 20 quilômetros da pequena cidade de Castilho. Foi ali que a família se dividiu. A família Dos Reis (Cleusa, Alfredo, os filhos e a nora) decidiu sair do acampamento e se instalar numa casinha alugada na periferia da cidade de Castilho¹². Já os Cerqueira (Edesmaria, seu filho e nora) continuaram acampados na Cafeeira, de lá Edesmaria junto com outras 12 famílias saíram e montaram um pequeno acampamento na fazenda Santa Cruz, num local conhecido como Três Pontes, no município de Andradina. Lá ficaram menos de três meses e depois se instalaram no acampamento Pendengo, a 25 quilômetros de Castilho.

O acampamento Pendengo ou Ché Guevara, como é conhecido por militantes do MST da região, foi montado após uma grande ocupação em dezembro de 2003. A maioria das famílias que participaram da ocupação eram originárias de outros acampamentos próximos, um deles era o acampamento montado na Cafeeira a menos de 10 quilômetros de distância. A ocupação na Pendengo e a montagem do acampamento, tal como o da Cafeeira, foram originalmente organizadas por membros do sindicato (SINTRAF). Um grupo de famílias novas que estavam acampadas, entre elas a família de um dos que hoje coordena o acampamento, sentiram que a atuação do sindicato, com respeito à organização das famílias e gerenciamento do acampamento, deixava muito a desejar e decidiram procurar representantes do MST da região. O MST decidiu apoiar as famílias e foi organizada uma nova ocupação na própria fazenda Pendengo, onde participaram famílias novas, convidadas em trabalho de base feito por militantes do MST e por famílias de acampados que preferiam ter o MST ao SINTRAF administrando o acampamento.

No começo de 2006 o acampamento foi dividido em dois movimentos: MST e MTR. Uma das razões da divisão foi uma briga entre acampados que não concordavam com o fato da militância do MST permitir os moradores de final de semana no

acampamento. Em outubro de 2008 o acampamento se dividiu mais uma vez, dessa vez um grupo de acampados decidiu ficar sob a bandeira do SINTRAF. E uma das principais razões do *racha* foi que alguns acampados, que ainda continuavam sob a bandeira do MST, não concordavam com a exigência do movimento de participar das chamadas jornadas ou mobilizações. Hoje em dia, o acampamento se compõe de um total de 170 famílias divididas em três movimentos: MST, MTR e SINTRAF.

Introdução¹³

No mundo das ocupações de terra, aqueles que participam pela primeira vez de uma ocupação e subseqüentemente de um acampamento, devem seguir uma etiqueta particular: montar um barraco e se instalar “debaixo da lona”.¹⁴ Essa é a forma apropriada de proceder e de “dizer” que se quer terra e que se “pertence” a determinado acampamento. Essa linguagem é entendida e compartilhada pelos trabalhadores rurais,¹⁵ pelos militantes dos movimentos e pelos representantes do Estado encarregados das desapropriações de terras. O barraco de lona preta se torna então, uma espécie de inscrição, sinaliza a participação num acampamento e é uma forma de marcar a entrada no mundo das ocupações de terra. Segundo Sigaud “Ao montar sua barraca o trabalhador diz que quer a terra. Esta afirmação está dirigida ao Incra, que no momento de selecionar os futuros beneficiários irá contabilizar os que se encontram *debaixo da lona preta*, ao *movimento* que o incluirá em suas listas a serem apresentadas ao Incra; e aos demais que se encontram no acampamento que irão reconhecê-lo como alguém que quer a terra. A barraca legitima a pretensão a *pegar terra*, é a prova do interesse em ser contemplado pela redistribuição das terras” (2004:19-20).

Em alguns acampamentos é possível montar uma barraca e não morar nela;¹⁶ em outros, a barraca não é suficiente para ser considerado como parte do acampamento, para isso sendo necessário, de fato, morar no acampamento. No entanto, em ambos os casos os *trabalhadores* compartilham uma crença, nas palavras de Sigaud (2005), a de que um futuro melhor passa pela lona preta. Ainda, segundo esta autora, a *lona preta* passa a fazer parte de um repertório dos possíveis para “melhorar de vida”, figurando como mais uma alternativa dentro de um horizonte de possibilidades.

Deste modo, no mundo das ocupações de terra, o *tempo de lona* ou *tempo de barraco*, ao qual se faz referência também como *tempo de acampamento*, se torna um requisito incontornável para quem pretende ser beneficiário de reforma agrária,

e a barraca de lona, se torna uma prova, uma amostra desse *tempo*. Em outras palavras, o *tempo de acampamento* pode se tornar visível através do barraco.

Barracos e barracos

No mundo das ocupações de terra, a *barraca de lona* é um bem precioso, é objeto de negociações, trocas e disputas, mas também, como tratado por Rangel Loera (2006), é um elemento através do qual podemos enxergar a existência de hierarquias dentro dos acampamentos. Segundo a autora, “A barraca de lona preta, configura-se como um elemento comunicativo que mostra uma forma homogênea, uniforme. No entanto, é internando-nos, literalmente, dentro das barracas, que as cores e diversidade surgem diante de nossos olhos, explicitando também a parte implícita da mensagem da ocupação. Através das *barracas*, podemos ler a diferença existente entre os militantes e a massa de acampados” (Loera, 2006: 72). No entanto, a *barraca* diz muito mais do que isso, diz também respeito à diferença e hierarquia existentes entre os acampados, ou mais especificamente entre os participantes dos acampamentos considerados experientes ou inexperientes na arte de acampar.¹⁷

O *barraco* é um símbolo de extrema importância entre os Acampados e sempre surge como tema nas conversas cotidianas: *fulano quer mudar de barraco, o barraco rasgou, fulano fez outro cômodo no barraco, fulano desmanchou o barraco, o barraco de fulano é bom*, e sempre, o *barraco* aparece como prova das aventuras e dificuldades de uma ocupação ou do tempo passado num acampamento.

Zé Antonio, acampado do TSM guardava com zelo um álbum de fotografias dos diversos acampamentos onde estivera, e orgulhoso fazia questão de comentar aquelas fotografias onde aparecia *montando a estrutura de um barraco*.

Já, Leo, acampado do acampamento Pendengo não só gosta de mostrar a cada convidado que chega para visitá-la, todos os remendos feitos ao *barraco*, mas,¹⁸ também, não se cansa de relatar com todo detalhe eventos trágicos que têm marcado sua vida no acampamento, eventos nos quais o *barraco* é o protagonista central. Retomarei alguns desses relatos:

Um deles foi o dia em que a maioria dos acampados estava participando de uma mobilização e ela, que havia ficado no acampamento, viu, sem poder fazer nada, *como um vento fortíssimo levava embora os barracos dos vizinhos*. O outro evento relatado por Léo é a tragédia do *barraco* do seu filho que pegou fogo. Ela relata com emoção a solidariedade do coordenador e dos vizinhos do acampamento *quando o barraco pegou fogo* e seu filho *perdeu tudo o que tinha*. Segundo ela [os vizinhos e

os coordenadores] *correram atrás de colchão, de roupa para as crianças, até cama conseguiram, montaram um barraco novinho*. Tempo depois descobriram que o incêndio tinha sido provocado pela sua nora que, segundo ela, *não se conformava com o que tinha, queria ganhar tudo novinho*.

É precisamente devido a esta importância dada ao *barraco* que alguns acampados conseguem acumular certo capital simbólico, principalmente por terem um tipo específico de *conhecimento* também bastante valorado no mundo das ocupações de terra: saber montar barraco.

No acampamento Pendengo, esse tipo de *conhecimento* é um bem precioso, inclusive um acampado pode, como mencionam alguns, *ganhar o pão com esse serviço*, montando *barracos*.

Zélia, acampada na Pendengo, me relatava que assim que chegou ao acampamento “contratou” um acampado *bom de fazer barraco* para que montasse o seu.

O preço cobrado por *montar barraco* pode variar e parece depender principalmente: 1) para quem é feito o *serviço*, ou seja, se é amigo, parente, conhecido e 2) se aquele que faz o *serviço* é reconhecido.

A habilidade e reputação como *bom de fazer barraco*, acredita-se, não só tem a ver com uma característica própria da pessoa, de ter destreza ou de *levar jeito* para realizar esse tipo de tarefa, mas adquire-se com o *tempo de barraco*, com a experiência acumulada debaixo da lona.¹⁹

Maranhão, acampado da Pendengo, me explicava que só pode ser *bom de fazer barraco* aquele que já passou *um bom tempo debaixo da lona*. Para ele, somente com o *tempo de barraco* se aprende, por exemplo, que tipo de material é melhor. *A madeira*, me explicava, *dura mais do que o bambu, o bambu a gente cata em qualquer lugar, no mato, a madeira não, a gente tem que comprar*. No entanto, na hora de mudar o bambu é mais difícil de desmontar. *O jeito de botar a lona*, segundo ele, também é fundamental para um *barraco* suportar chuva e vento forte.

Para esse acampado, não só o *conhecimento* sobre o material que deve ser utilizado é importante na hora de fazer *barraco*, mas também o *jeito* de montá-lo.

Um *barraco* pode então ter mais valor do que outro não só pelo material pelo qual foi construído, mas também pela maneira em que foi construído e por quem foi construído. Em outras palavras, há *barracos* que estariam “impregnados” de um saber particular, do *conhecimento* do *bom de fazer barraco*.²⁰ Essa particularidade e distinção entre *barracos* era explicitada pelo próprio Maranhão, que mencionava: *aqui no acampamento tem barracos e Barracos*.

Como explicitado em Loera (2006), os barracos são percebidos como tendo donos e são objeto de transações entre vizinhos, parentes e amigos no acampamento. Mas hoje em dia, no mundo das ocupações de terra, o *barraco* representa também um capital para o acampado. Dependendo do acampamento,²¹ os Acampados podem investir um pouco mais num *barraco* bem feito, com materiais melhores, sabendo que caso decidam sair ou mudar de acampamento, um *barraco bem feitinho* pode ter mais valor e, por consequência, pode ser mais bem vendido.²²

Por outro lado, há *barracos* que podem ter mais valor e serem vendidos mais caros não só porque o *dono do barraco* investiu mais dinheiro nele, ou porque foram construídos com certo material, de certa maneira ou por certa pessoa, mas também porque o proprietário investiu mais tempo nele, se dedicou mais.

Edesmaria, no começo de 2008 saiu do acampamento Pendengo para se instalar em outro acampamento na região de Araçatuba. Pouco antes de se mudar pôs à venda seu *barraco*. Edes durante seu tempo na Pendengo foi aos poucos melhorando seu *barraco*. Não só construiu mais um cômodo mas melhorou o visual do *barraco* plantando mais flores e se dedicando mais a sua horta. Segundo Ilma, vizinha de *barraco* e melhor amiga de Edes, em conversa com outra vizinha de *barraco* mencionara que Edes havia conseguido vender seu *barraco* por 100 reais. Segundo ela, havia feito uma boa transação por causa da estrutura de madeira e os dois cômodos grandes, mas principalmente porque *do barraco, Edes cuidava bem, estava bem arrumadinho*, inclusive até tinha deixado uma pequena hortinha. Essa dedicação, do ponto de vista de Ilma, justificava o valor do *barraco* e a boa venda.



Barraco de Edesmaria, na frente, o pequeno jardim que Edes plantou. A parte branca, totalmente à esquerda, é o cômodo adicionado ao barraco. (Acampamento Pendengo. Agosto de 2007).

Borges (2003), na etnografia sobre o Recanto das Emas, uma cidade satélite de Brasília, descreve situações vivenciadas por moradoras do lugar, situações que evidenciam relações de *status* que giram em torno do *barraco* (categoria nativa usada para descrever um tipo de moradia daquele lugar). A autora identificou entre os moradores do Recanto certos atributos e hierarquias associados ao barraco. Atributos que passam pelo modo de vida das pessoas que nele vivem, e hierarquias que passam pelo tipo e localização dos barracos e lotes no espaço do lugar. O barraco, para essa autora, revelou-se como um lugar-evento privilegiado para compreender significados e valores do modo de vida dos moradores do lugar. Do mesmo modo, no mundo das ocupações de terra, o *barraco* é uma porta de entrada para identificar aqueles participantes desse mundo social associados às categorias nativas: *velhos* e *novos* acampados. O primeiro desses termos faz referência àqueles que já têm experiência na arte de acampar, seja por serem Acampados de outros lugares,²³ porque já passaram por vários outros acampamentos antes, ou porque já têm bastante tempo no acampamento. O segundo termo refere-se a duas situações: àqueles que têm pouco tempo num acampamento e àqueles que acampam pela primeira vez, que também são chamados *novatos*. De fato, podem existir diversas combinações desses termos que remetem a situações diversas. Por exemplo, pode ser que um *velho acampado* seja chamado de *novato* num determinado acampamento porque acabou de chegar, mesmo se já passou meses ou anos em outros acampamentos. E pode ser que um *novato* em determinado acampamento, seja confundido com um *velho acampado* simplesmente pelas características do seu *barraco*, que, de fato, nesse caso, pode ter adquirido de um *velho acampado*.

Novos, novatos e velhos acampados

Geralmente quando uma pessoa nova chega num acampamento para se instalar “debaixo da lona”, o coordenador designa um lugar a ela dentro do acampamento,²⁴ logo do acampado ter respeitado o procedimento de “entrada”, ou seja, falar com o coordenador e pedir uma *vaga*.²⁵

Nos acampamentos visitados durante o trabalho de campo, o uso do termo *vaga*, tal como menciona Sigaud para o caso dos acampamentos da Mata Sul pernambucana, “não é neutro: indica que a entrada no acampamento é representada a partir do modelo da ‘entrada’ em um emprego” (2000, p. 89).²⁶

Muitas vezes a “entrada” de um *novato acampado* no acampamento é precedida de uma investigação por parte do *coordenador*. Quem é? De onde vem? E como

ficou sabendo do acampamento? Essa “investigação” como critério de acesso é parecido ao critério de entrada nos acampamentos da mata pernambucana, como identificado por L’Estoile e Pinheiro (2006). Para esses autores, o “conhecimento” prévio da pessoa era um critério nos acampamentos organizados pelos sindicatos rurais para aceitar a “entrada” de novas pessoas. No caso de Edesmaria, por exemplo, o fato de sua irmã ser assentada e conhecer parentes do *coordenador do acampamento* facilitou sua “entrada” no Terra Sem Males.

No TSM, depois que o coordenador desse a *vaga*, os *novos* eram instalados nos últimos grupos de barracas formados, e na barraca recém montada era colocado o número do grupo e do *barraco*.²⁷ Para os coordenadores, essa era uma forma de ter um controle das “entradas” e “saídas” de Acampados, e pela própria numeração das barracas os acampados já podiam saber quem era *novo* no acampamento. Uma vez instalados, os *novos* podiam optar por mudar de grupo, trocando de lugar com outra pessoa e se instalando numa barraca já montada ou desmontar seu *barraco* e montá-lo em outro lugar. Mas na chegada, devia ser respeitada a ordem dos *barracos* e o lugar designado.



Barraca do acampamento TSM que fazia parte do Grupo 1. Cajamar, SP. Junho de 2003.

O procedimento de entrada pode variar um pouco de um acampamento para outro, mas a instalação da *barraca* como ato de inscrição é um denominador comum nos acampamentos. Zélia, acampada na fazenda Pendengo, relatava o processo de entrada num acampamento montado em Aracanguá, no município de Araçatuba, SP. Ela *antes de se acampar na Pendengo* morava em Nova Independência, uma pequena vila a 11 quilômetros desse acampamento. Há quase cinco anos, ela, junto com seu marido e duas crianças fizeram sua mudança e se instalaram para morar no acampamento.

Zélia e Cido, no começo de 2008 receberam o convite de Edesmária, que naquela época também acampava na Pendengo, para visitar um acampamento que estava na beira do rio em Aracanguá. Segundo Zélia, *Cido adora pescar e ficou doído quando soube que o acampamento era na beira do rio*. Eles foram de carro até o acampamento e, conhecendo o procedimento, chegando ao local foram conversar com a coordenadora do acampamento. Ela, como se fosse uma representante de uma imobiliária, *fez um tour pelo acampamento*, mostrando a forma de funcionamento e indicando *onde poderiam instalar o barraco*. Segundo Zélia, no acampamento estava *tudo muito apertado*, e *os barracos dos novos ficavam num canto mais apertadinho ainda*; o acampamento estava longe da cidade e não tinha transporte para as crianças irem à escola. Isso, entre outras coisas, fez Zélia desistir da sua decisão de mudar de acampamento.

As pessoas que pretendem se instalar *debaixo da lona* geralmente não escolhem participar de um movimento e sim de um acampamento. Essa decisão não só depende dos laços de amizade ou parentesco que se têm com pessoas que já estão acampadas, mas também depende do contexto e das situações vividas anteriormente e das expectativas para o futuro que cada acampado tem. A proximidade com as cidades, nos acampamentos do estado de São Paulo, é hoje em dia mais um dos critérios de escolha para aqueles que vão mudar de acampamento e inclusive para *novos acampados* que irão se instalar pela primeira vez *debaixo da lona*.

No TSM um *novo* acampado podia ser identificado não só pela numeração e localização do seu *barraco* no espaço do acampamento, mas também a inexperiência no mundo das ocupações podia ser identificada e medida pelos *velhos acampados* pelo número de pertences que se levava ao acampamento e se encontravam no *barraco*. Para os acampados que detinham o estatuto de *velhos acampados* ou *velhos de acampamento*, aquele que chegava com mudança era identificado, a maioria das vezes, como *novato*.

Edesmaria, *velha de acampamento* me explicava que geralmente os *novos não sabem como funciona* [o mundo das ocupações de terra]. Segundo ela, *ganhar terra é algo demorado*, e no caso de um despejo ou de ter que mudar de acampamento ou sair para realizar uma nova ocupação, era melhor carregar o mínimo de coisas possíveis; e caso a saída fosse temporária (por participar de uma ocupação e *abrir um acampamento*²⁸), era melhor não ter muita coisa dentro do *barraco*, pois não era raro, pessoas do mesmo acampamento aproveitarem a saída de alguns para se apropriarem das coisas alheias.²⁹

Cleusa, acampada do TSM, que já havia cumprido mais de um ano de acampamento, lembrava sua chegada como *novata* na Capuava, a fazenda onde foi realizada a ocupação que deu vida ao TSM:

Foi pelo dia 3 de abril [de 2002] que o Alfredo [seu marido] participou da reunião do movimento, só que dali foi logo no começo da ocupação. Ele ficou uma semana, foi de sábado para domingo a ocupação e nos ia desistir, ele não queria vim no começo, não queria de jeito nenhum ali veio uma turma do assentamento aí voltaram... Nossa mais é bonito lá! Porque as terras vão ser lá mesmo! É porque no começo falava que ia ficar lá mesmo né, aí ele ficou doido, "agora eu vou, agora eu vou", aí quando passou uma semana que foi... a data eu não lembro, aí vinha uma caminhonete de lá, era Dona Cida mesmo [assentada de Sumaré] que mandou avisar que quem tivesse ido na ocupação que uma caminhonete vinha para trazer as coisas, colchão essas coisas. Daí nos viemos, ele ficou duas semanas, ali ele já voltou... "Porque vou vender a casa, porque vou embora, porque as terras vai sair lá", e eu: "não você não vai vender essa casa"[...] Aí vinha todo mundo, todos os novos [acampados] de lá [de Sumaré] com seu carrinho, aí nos viemos, veio eu e o Junior, fez um ano já. [...] Aí, [quando chegamos] em Atibaia eram uma 5 horas, 6 da manhã na Capuava mas, chegamos lá tudo escuro, ali olhava assim pro alto e falava para seu Carlitos 'meu Deus do céu! Esse que é o lugar? A não sei se vou ficar aqui não'. Aí seu Carlito, que já era velho de acampamento falava assim 'você vai ver, você vai gostar'. Aí ficou, aí no outro dia cedo eu achei bonito mesmo. Aí peguei e falei assim, 'o que! Eu não volto mais para Sumaré de jeito nenhum'. Aí eu falei assim, 'ah o Alfredo que se vire lá, que venda a casa porque lá eu não vou voltar mais não', aí fiquei duas semanas, aí seu Ademar que estava indo para esses lados lá aí eu mandei o recado, falei 'fala pro Alfredo vender a casa lá, dar um jeito que não vou mais não', aí ele foi e eu mandei trazer umas coisas para mim, eu já tinha deixado separado roupa tudo, umas bolsas, aí passou aqueles dias e não voltei mais, aí o Alfredo vendeu a casa lá pra esse homem e a turma falando que ia ficar ali, que ia ficar ali [na Capuava] Alfredo vendeu tudo lá [em Sumaré] e veio com aquela mudança! (Cleusa, TSM, maio de 2003).

A chegada de Noé como *novato* no acampamento Dom Hélder Câmera em junho de 2003 foi muito parecida com o relatado por Cleusa. Ele foi participar primeiro da ocupação e depois, quando o acampamento estava montado, chegou sua esposa com seus dois filhos. Eles venderam a casa que tinham em Viracopos, na região de Campinas, e percorreram mais de 600 quilômetros até Birigui. Como ele me disse: *fizemos toda uma mudança, deixando a casa e a vida ruim pra trás*. Betinho também chegou como *novato* para se instalar no Dom Hélder Câmera. Ele e sua esposa Cida moravam em Araçatuba e haviam visto na TV local uma matéria sobre os acampamentos instalados na região. Pouco tempo depois ouviram que no bairro estavam fazendo *trabalho de base para ir para a terra*. Eles chegaram no Dom Hélder no final de 2003, levando consigo também a mudança.

Devo mencionar que nos acampamentos nos quais foi realizada a maior parte do trabalho de campo, nem todos os que levavam mudança e montavam sua casa no *barraco* eram *novatos*, nem todos aqueles que só tinham montado seu *barraco* e levavam poucos pertences eram *velhos acampados*. Muitas vezes, *novos* Acampados que se instalam num acampamento próximo a seus lugares de origem, se deslocam com poucos pertences, muitos deles inclusive mantêm *uma casa na cidade*. Esse foi o caso, por exemplo, de Zefa e Zé, um casal que acampou pela primeira vez em 2004, no Dom Hélder Câmera. Hoje em dia são assentados no município de Suzanápolis, e durante todo o tempo em que estiveram acampados (quase quatro anos) mantiveram sua casa fechada na cidade de Andradina. E só quando as terras saíram começaram a levar todos os móveis e pertences da casa de Andradina para o assentamento.

No entanto, no TSM e no Dom Hélder Câmera, a maioria dos *novatos*, principalmente famílias que foram se instalando no acampamento quando já estava montado, encontravam-se na mesma situação de Noé, Cleusa, Alfredo, Betinho e Cida. Haviam chegado com a mudança, alguns, inclusive, como assinalado em Loera (2006), haviam montado sua casa no *barraco*. Segundo a autora: "É comum encontrar essas diferenças dentro das barracas dos sem-terra: alguns deles, quando vão fazer ocupação, só carregam alguns pertences e montam a barraca com pouca coisa; geralmente são os que já passaram por outros acampamentos; outros, geralmente "novos" acampados, voltam para suas cidades e vão trazendo aos poucos todos os seus pertences e praticamente montam uma "casa" dentro da barraca, com fogão a gás, camas, armários, móveis, etc." (Loera, 2006: 76).

Cleusa aprendera, com mais de um ano de acampamento, que *sem-terras levam vida de ciganos, não dá para se apegar a nada*.

Rose do TSM que acampava junto com sua mãe, também relacionava seu *tempo de acampamento* com a itinerância. Ela lembrava que depois de um ano de acampamento, haviam perdido várias coisas, entre painéis, louça e objetos pessoais, e depois de tanta mudança, haviam aprendido a ficar com um mínimo de coisas dentro do *barraco*, inclusive, ela mencionava, que sequer tinham fogão a gás. Havi- am aprendido que *nessa vida de acampado* era melhor ter fogão a lenha. Ela não se considerava como *novata*, mas tampouco como *velha acampada*. Segundo ela, o seu *tempo de barraco* ainda era pouco, tomando como referência outros acampa- dos do TSM que tinham de 3, 4 ou mais anos de acampamento.

Esse era o caso de acampadas como Geni e Gracilda que, juntando o *tempo de barraco* de ambas, podíamos contar mais de dez anos de acampamento.

Geni, *velha acampada* acostumada com as contínuas mudanças de acampa- mento, quase não tinha móveis no seu *barraco*, guardava sua roupa em sacolas de plástico e tinha um mínimo de pertences. Inclusive em 2005, quando a encontrei novamente no TSM que estava montado próximo a cidade de Itu, SP., sua filha e seu genro haviam decidido também ir acampar. Para eles, Geni e seu marido havi- am montado uma pequena barraquinha de lona em forma de barraca de Camping ao lado do seu *barraco*, na qual só tinha um colchão. Como *velhos de acampamento* sabiam que o importante era montar um *barraco* que pudesse ser montado e des- montado com facilidade e com o mínimo de pertences possíveis.

Como vemos, nos casos relatados, o *tempo de acampamento* tem mais a ver com um *know how*, com um saber, ou em palavras nativas, com um *conhecimento* do modo em que funciona o mundo das ocupações de terra, e menos com o tempo que se passa ou se passou *debaixo da lona*.

Uma breve descrição da trajetória de Edesmaria no mundo das ocupações de terra talvez nos sirva para esclarecer melhor esse argumento.

Edesmaria chegou com uma leva de *novas* Acampados no TSM, no começo de 2003. Rapidamente passou de *nova* a ser considerada como uma das mais *velhas de acampamento*. Essa acampada na sua chegada ao TSM havia sido colocada no último grupo de barracas, junto com outros *novas* Acampados. Ela, tentando se diferenciar dos *novatos*, gostava de fazer explícito seu *tempo de acampamento* e repetir em reuniões entre acampados e nas conversas cotidianas, que já tinha “x anos de acampamento”. A referência aos seus anos de acampamento sempre vinha acompanhada de relatos de aventuras, acontecimentos e dificuldades vivenciadas durante o tempo de acampamento.

Edes, em seu estado natal, Bahia, havia passado por vários acampamentos organizados pelo MST e instalados perto da cidade de Feira de Santana. Ela teve o primeiro contato com o *movimento* através de parentes e conhecidos que a convidaram para visitar pela primeira vez um acampamento.

Foi um dia de domingo, e, quando eu cheguei [no acampamento], eu vi que algumas pessoas ali precisava de mim, sabe quando você chega e vê: 'Puts, essas pessoas precisam de mim'. Ai comecei indo, comecei a me aprontar e a direção [do MST] chegou, e o pessoal me apresentou né, e o pessoal de lá me apresentou como uma líder; e por ai começou, eu era a que coordenava para fazer arrecadação, para fazer a farmácia; e ai [...] minha vida era essa, mas nunca morei num acampamento.

Edesmaria interessava-se sim por ganhar um pedaço de terra, mas não foi só esse desejo que a levou a começar uma peregrinação pelo mundo das ocupações de terra. Ela perambulou por vários acampamentos na Bahia, realizando tarefas para o *movimento* (MST). *Do Rosadinho para a Fazenda Asa Branca, depois para a Fazenda Santa Cruz e depois para Santa Lúcia*. No entanto, naquela época, sua vida familiar havia se tornado *um transtorno* e acabou desistindo do que ela chama o *trabalho nos acampamentos*. No entanto, a dedicação aos acampamentos lhe havia permitido se relacionar com políticos locais, deixando-lhe um capital de relações e permitindo-lhe então conseguir um trabalho em *época de política*.³⁰ Mas esse emprego na política³¹ não resolveu, como ela pensava, seus problemas pessoais, muito pelo contrário. Acabou sendo mais um complicador nas relações familiares.

Depois que eu saí [do movimento], aquela confusão toda, aí eu comecei a trabalhar com o deputado José Assunção, que hoje é o prefeito da cidade, e meu ex-marido achou que eu tinha outro homem, porque eu trabalhava bem naquela época [...], eu trabalhava, era [...] época de política, eles compram cestas [básicas] [...]; e [com] a seca no sertão, então o povo precisa de comida, e era doação; então pegava e levava pro sertão, eu [além do salário] tinha as diárias ainda; então ganhava muito bem, aí ele achava que eu tinha outro homem, até que um dia ele me deu um tapa e eu não pude descontar e larguei ele, saí de casa com 3 reais, e até hoje ele nunca mais me viu. (Bom Jesus da Lapa, BA. Entrevista abril de 2006).

A separação³² levou Edes a tentar sorte em São Paulo, especificamente em São Bernardo, onde, fazia vários anos, moravam alguns parentes, que haviam encontrado, na migração para o sul, uma maneira de melhorar de vida.³³ Alguns anos atrás, ela havia animado sua sobrinha e sua irmã para se instalarem num acampamento de sem-terra. Anos depois, o convite para ocupar lhe havia sido retribuído pela sua

irmã. Edesmaria passou alguns meses em casa de um irmão e depois em casa da irmã no assentamento de Sarapuí, SP. Foi então que surgiu a possibilidade de acampar novamente. A irmã falou com Roger, que era o *coordenador* do TSM, e pediu uma *vaga* para Edes no acampamento.

Para Edes, nesse momento, instalar-se debaixo da lona representou uma saída a curto prazo de uma situação emocional e econômica difícil, mas, por outro lado, também era a oportunidade de não depender mais dos parentes.

Sinceramente na cidade não dá, você tem que ajudar a pagar água, pagar o telefone, o gás, então você fica [...], não tem como, é uma coisa muito difícil para você [...] na minha idade que eu estou hoje, não dá para você arrumar um trabalho decente e na roça, não; eu só vim [para o acampamento] porque vou trabalhar, criar gado, plantar, aí vou ter com que me sustentar. (Acampamento TSM, abril de 2003).

Edesmaria, tentando “sair” da cadeia de reciprocidades familiares, dependeu da sua irmã para entrar no acampamento, contraindo assim novas obrigações e inserindo-se numa outra teia de reciprocidades, de interdependências dentro do acampamento.³⁴

Edes rapidamente no TSM começou a assumir algumas tarefas de responsabilidade dentro do acampamento como *coordenação de grupos* e representante do *grupo de mulheres*, que era conformado por mulheres do acampamento que se reuniam uma ou duas vezes por semana para conversar sobre “a luta”,³⁵ e eram feitas outras atividades como bordado e crochê.

Ela, apesar de ter participado em tarefas de coordenação em outros acampamentos da Bahia, só após sua chegada ao TSM em São Paulo se deu conta de que seu *tempo de acampamento* podia render outros frutos que não só a terra.

Edesmaria estava apostando pela segunda vez na lona preta, mas, dessa vez, sua inserção no mundo das ocupações de terra poderia criar as condições de possibilidade de fazer algo que gostava: *trabalhar com o povo, mexer com o povo*.

A dedicação ao acampamento (participação em atividades do movimento, levar famílias para novas ocupações, negociação para conseguir cestas e doações) abria-se então como outra alternativa de vida dentro do seu universo de opções.

Nos acampamentos, os *velhos acampados* como Geni ou Edesmaria, geralmente são valorizados pelos *novatos*, que muitas vezes os procuram para pedir conselhos, para consertar *barracos* e inclusive até para mediar negociações e brigas entre outros acampados. A partir dessas trocas e ajudas, se consolidam relações de amizade

e confiança e surgem outros vínculos fortes. Alguns Acampados inclusive se sentem protegidos quando podem contar com alguém que tem mais *tempo de acampamento*.

A própria Ilma, amiga de Edesmaria, mencionava que era graças a Edes que ela continuava acampada. Ilma, acampada na Pendengo, costumava só ficar aos finais de semana no acampamento e era Donizete, seu marido, quem de fato ficava *acampado*. Segundo ela, *à força de muita conversa*, teria sido Edes quem a teria convencido de ficar, *de morar debaixo da lona*. Segundo Ilma, Edes é uma pessoa em que ela acredita e confia, pois tem *bastante tempo de acampamento*.

Macedo (2005) mostra a importância da circulação de informações sobre a própria experiência da ocupação entre assentados e acampados potenciais. Para o autor, essa circulação de informações torna-se fundamental para mobilizar novas famílias que irão se instalar *debaixo da lona*. Porém, a circulação de informações e a troca de experiências sobre a vida nos acampamentos, entre *velhos* e *novos* acampados, são também fundamentais para que os *novatos* não só fiquem de fato nos acampamentos, mas aprendam o funcionamento do mundo das ocupações de terra e, por sua vez, o reproduzam. É graças a essa troca de experiências e *ensinamentos* que se consolidam laços de amizade, lealdade e confiança, criando-se também as condições sociais necessárias para a continuidade dos acampamentos.

O caso de Zé Antonio é também esclarecedor a esse respeito. Conheci Zé Antonio no TSM em 2003. Ele era um dos mais ativos nas tarefas de organização e coordenação da secretaria do acampamento. E era também conhecido, entre os militantes da *Regional de Campinas*, por sempre levar bastante gente para os acampamentos. Ele, antes de acampar nesse acampamento, participou de outras ocupações da região. De fato, foi um dos que iniciou o *trabalho de base* que criaria o TSM. Ele entrou no mundo das ocupações convidado por pessoas (militantes do MST) que conheceu no sindicato dos trabalhadores rurais de Limeira, SP. Segundo ele, soma, ao todo, *mais de 12 anos de acampamento*. Nesses anos todos, Zé Antonio já acampou em mais de 10 acampamentos diferentes no estado de São Paulo. Como ele me disse, o objetivo dele não é ganhar terra para ele, mas assentar suas filhas. Para ele, o acampamento *é uma coisa de paixão mesmo*.

Zé Antonio se considera *militante do MST*. No entanto, pelo que pude perceber, as pessoas que eram reconhecidas pelos acampados como *militantes do MST*, eram as que atuavam diretamente na *Regional de Campinas*, militantes que, por sua vez, consideravam pessoas como Zé Antonio ou como Edesmaria como *apoios* do acampa-

mento. Outras vezes, esses apoios eram chamados pelos acampados como *militantes do acampamento*, fazendo uma distinção com os *Militantes do MST*, que, para os acampados, diferentemente dos primeiros, *os do MST*, tinham um vínculo com a Direção estadual ou Nacional do movimento.³⁶ No caso específico do Zé Antonio e inclusive da própria Edesmaria, eles eram conhecidos pela maioria dos acampados do TSM não como militantes, mas como *velhos de acampamento*.

No caso particular do Zé Antonio, seus *anos de barraco* lhe conferiam um status particular entre os acampados e era procurado pelos vizinhos de *barraco* e por *novatos* instalados em outros grupos de barracas para resolver todo tipo de situações. Ele me dera, um dia, um exemplo de um conselho dado a uns vizinhos que queriam melhorar seu *barraco*: “Falei oh gente, é o seguinte: é assim, assim e assim, lona preta, “não tem jeito de fazer um barraquinho de madeira e tal?” Não, porque é o seguinte, de repente nós está dentro do barraco e tem que desocupar ele ou ir para outra área, então se você comprou madeira você vai perder 80% do que você colocou lá” (TSM, Cajamar, junho de 2003).

Zé Antonio se orgulhava dos seus *anos de acampamento*, inclusive me relatava com orgulho que muitas famílias só continuavam acampadas por causa dele. “*seu Arlindo só veio para o acampamento porque eu vim, o outro dia ele, era para ele mudar para cá, mudou para outro barraco, ai recebeu a proposta do Chicão,*³⁷ e falou, “não, recebi a proposta dos sem-terra e só quando seu Zé sair daqui e for para outro acampamento eu vou com ele para outro acampamento também” (TSM, Cajamar, julho de 2003).

Zé Antonio, por ocasião da mudança de 50 famílias que sairiam do TSM para um acampamento na região de Andradina, fazia questão de mencionar o quanto seus ensinamentos eram valorados entre esses acampados, “*O povo que foi [para Andradina] queria me levar junto para trabalhar com serviço lá, para estar ensinando eles porque não queriam outro mandando neles*”. Zé Antonio, inúmeras vezes, também fez papel de mediador entre as demandas de acampados e a militância do MST, principalmente quando havia problemas com a disciplina de alguns acampados e as formas de organização de tarefas no acampamento.

O saber, a experiência dele acumulada no mundo das ocupações de terra, ou palavras nativas, o *tempo de acampamento*, colocavam Zé Antonio numa posição de destaque frente a outros acampados, conferindo-lhe também, pela possibilidade de ensinar alguém, de mandar em alguém, certo poder no acampamento.

No entanto, os *velhos acampados* como Zé Antonio nem sempre são bem vistos nos acampamentos. Para um militante do MST de Andradina, é difícil lidar *com os*

vícios dos velhos acampados. Para ele, *é mais fácil trabalhar com os novatos*, por isso, prefere dar aos novatos *cargos de responsabilidade no acampamento*. Segundo esse militante, há *velhos acampados* que ou *driblam a luta* ou acabam se sentindo *donos do acampamento*. Em todo caso, para alguns militantes, os *velhos acampados* podem representar concorrência, uma perda de poder e de controle dos acampados.

Para exemplificar essa afirmação, retomarei uma situação acontecida em 2003, no acampamento Dom Hélder Câmara.

Esse acampamento foi constituído por 50 famílias originárias do TSM e por novas famílias que haviam sido organizadas e convidadas em trabalho de base por militantes da *Regional de Campinas*, que haviam sido transferidos para a região de Araçatuba e tinham como tarefa principal coordenar o acampamento recém formado e criar a Regional de Araçatuba do MST.

Diferentemente do TSM, o Dom Hélder Câmara, com mais de seis meses de existência, não havia recebido nenhuma visita de “fora” do acampamento, nem estudantes, nem artistas, e nem havia sido organizada nenhuma mobilização,³⁸ e inclusive os próprios coordenadores do acampamento raramente apareciam, já que, segundo os acampados, dedicavam mais tempo à *Regional* do que ao próprio acampamento. Por essas e outras razões, os acampados mencionavam sentir-se isolados naquele acampamento. Os conflitos entre os acampados e as acusações de má coordenação do acampamento não se fizeram esperar e o trabalho dos militantes começou a ser questionado.

Na percepção da maioria dos *velhos acampados* originários do TSM, não estava tendo o mesmo investimento físico e intelectual da militância para levar à frente esse acampamento. Segundo eles, no Dom Hélder “*estavam parados*”. Essa expressão não só fazia referência ao fato de sentir que as negociações com o Incra para serem assentados não andavam, mas também porque não havia tantas atividades, tarefas, reuniões nesse acampamento como acontecia no TSM.

Os acampados discutiam constantemente entre eles sobre como devia ser a organização do acampamento. Aqueles que já tinham *tempo de acampamento* (ou seja, haviam estado acampados em outros acampamentos, haviam feito trabalho de base, haviam participado de mobilizações e haviam participado de grupos de coordenação e tarefas em outros acampamentos) concordavam que o Dom Hélder não estava funcionando como deveria e que deveriam impor uma *disciplina*. Por outro lado, havia *novos acampados* que não estavam dispostos a seguir uma *disciplina* e a realizar certas tarefas dentro do acampamento.

Naquele acampamento Edesmaria liderava um grupo de acampados que queria reproduzir a “forma” de organização e disciplina que haviam conhecido no TSM. Nesse contexto, esse grupo de acampados começou a “denunciar” e a falar publicamente sobre o que considerava como “irregularidades” no acampamento.

Uma das irregularidades denunciadas foi um “problema de roubo de cestas básicas” e a outra, o que Edes e alguns acampados consideraram como a *forma errada de repreender as pessoas*, de por em prática a *disciplina*.

O primeiro problema, segundo relatos dos acampados, surgiu depois que os coordenadores haviam repartido cestas básicas que tinham acabado de chegar ao acampamento. Algumas pessoas com crianças que precisavam de mais leite e outros alimentos haviam ido pedir mais cestas para os coordenadores. No entanto, os coordenadores informaram que tudo havia acabado, mas alguém no acampamento descobriu que existiam mais cestas guardadas no *barraco* dos coordenadores e que não só as usavam para seu consumo, mas suspeitavam que as estivessem vendendo.

O outro problema surgiu a partir de uma *“discussão boba”* que um acampado teve com o coordenador e que acabou na expulsão do acampado:

Teve um cara que a Darlene [a coordenadora] expulsou, cortou o barraco dele, as cordas dele, tudo com a faca, sabe; ali ele foi expulso e saiu só com a trouximha nas costas. Pelo amor de Deus, expulsar assim não é certo; brigou, fez alguma coisa errada, usou droga, tudo bem, ficou bêbado, tudo bem, expulsa sim; agora dá um tempo, o cara é de longe. “Fulano você tem tantos dias para trabalhar, arrumar dinheiro e ir embora” (Edesmaria, acampamento Dom Hélder Camara, novembro de 2003).

Na percepção de Edesmaria e do grupo de acampados originários do TSM, quando questionados sobre sua forma de atuação, a forma de organizar e administrar os conflitos no acampamento, os coordenadores começaram a se sentir ameaçados e com medo de perderem *seus cargos no movimento*.

Mário [o coordenador] falou, um dia para mim: “você sabe demais”, falou para mim, “fica calada, guarda para você”, que se eu falasse, ele me matava, fui ameaçada, fui discriminada porque eu falava as coisas [...] então isso que acontece, “você sabe demais”, “você fica calada e guarda para você”, você não pode falar o que você vê dentro do movimento *sem-terra*” (Edesmaria, acampamento Dom Hélder Câmara, novembro de 2003).

Esses acontecimentos no Dom Hélder Câmara revelam a existência de relações de concorrência dentro do acampamento, mas também a complexidade da vida nos

acampamentos, a importância dos *velhos acampados* na regulação dos conflitos e, principalmente, na reprodução da “forma acampamento”.

Se por um lado o *tempo de barraco* se cumpre ou se mede de maneira diferenciada, também dependendo do acampamento e da posição que a pessoa ocupa no mundo das ocupações de terra; por outro lado, independentemente do acampamento, a identificação como *novato* ou *velho* acampado passa pelo *Tempo de barraco*. E o que distingue esses dois grupos pertencentes a categorias nativas diferentes não é só o barraco em si, mas o tempo dedicado ao acampamento e, principalmente, o *conhecimento* sobre esse mundo das ocupações de terra.

Assim sendo, o *tempo de barraco* ou *tempo de acampamento* não é uma mera medida cronológica, visto que não só indica o tempo que de fato uma pessoa passa debaixo da lona num acampamento, mas também é um demarcador e ordenador das relações sociais dentro do acampamento, especificamente das relações de *status*.

NOTAS

1. Este texto corresponde a uma parte de um capítulo da minha tese de doutorado em Antropologia social, atualmente em processo final de redação. Durante a qualificação, na qual apresentei parte deste trabalho, tive a honra de contar com as sugestões e comentários esclarecedores e rigorosos da professora Lygia Sigaud, a quem in memoriam, dedico este trabalho.
2. Para uma discussão apurada sobre a relação entre indivíduos envolvidos em movimentos que organizam ocupações de terra e significação social, ver Rosa (2004) ou ainda ver Smircic (2000).
3. Bourdieu inspira-se em Weber para mostrar a diferença entre classes e grupos de status, estes últimos seriam “conjuntos de homens definidos por uma certa posição na hierarquia da honra e do prestígio” (1998:14), que se estabelecem por critérios de diferenciação e distinção numa determinada estrutura social. Critérios estes determinados por um sistema de valores.
4. Para Norbert Elias (2005), uma figuração social é uma formação social de indivíduos. Seu tamanho pode variar, a saber:: os jogadores de um jogo de cartas, um grupo escolar, um povoado, uma cidade ou uma nação, onde os indivíduos estão ligados uns com os outros por um modo específico de dependências recíprocas e sua reprodução supõe um equilíbrio móbil de tensões. Ver também: Federico Neiburg e Leopoldo Waizbord (orgs.), Norbert Elias. Escritos & ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, vol. I — Estado, processo, opinião pública.
5. Os termos e expressões nativas aparecerão em itálico ao longo do texto.
6. Família conformada por Alfredo (65), Cleusa (43), Tiago (19), Marcos (16), Junino (13). Em março de 2003, o filho mais velho Dos Reis, Tiago casou-se com Cristiane Cerqueira

- (20) que tinha chegado para acampar no Terra sem Males em janeiro desse ano junto com sua mãe Edesmaria (47) e seu irmão Sino (18), quem também casou com Márcia (19) uma moça que conheceu no acampamento. Os pais de Márcia ficaram pouco tempo acampando e acabaram voltando para Campinas, cidade onde moravam antes de ir para o acampamento.
7. O trabalho de campo nesse acampamento foi realizado em diversas datas. Em abril de 2002; de abril a julho de 2003; em setembro de 2003, fevereiro de 2005. Em diante farei referência a esse acampamento como TSM.
 8. Utilizo a terminologia “oficial” que divide o estado de São Paulo em municípios dentro de regiões administrativas (RA), algumas destas inseridas em regiões metropolitanas (RM). Na terminologia nativa também se faz referência a regiões que se referem aos escritórios nos quais a militância do MST está dividida, constituindo as chamadas regionais.
 9. Em Outubro de 2003, as famílias do TSM que ficaram acampadas em Cajamar saíram de lá para se instalarem temporariamente em terras do assentamento II de Sumaré, a 100 quilômetros de São Paulo. Naquela ocasião, contaram com o apoio dos próprios assentados, que cederam uma área de dois hectares de terra para a instalação do acampamento. Em Fevereiro de 2004, as famílias do acampamento saíram de Sumaré e ocuparam uma fazenda em Americana, a alguns quilômetros de Sumaré. As famílias do TSM ainda montaram o acampamento em outras terras no município de Itu e depois foram para a região de Riberão Preto, a 300 quilômetros ao norte do estado de São Paulo.
 10. O trabalho de campo nesse acampamento foi realizado em julho de 2003 e em novembro desse mesmo ano.
 11. O trabalho de campo nesse acampamento foi realizado em três momentos: em julho de 2006, em agosto de 2007 e em janeiro de 2009. Em julho de 2006 e janeiro de 2009 também foi realizado trabalho de campo em Andradina e Castilho, com famílias que estavam acampadas.
 12. A família Dos Reis ficou um ano fora dos acampamentos mas não do mundo das ocupações, já que, a convite de um militante do MST da regional de Campinas, voltaria novamente a acampar em terras da fazenda Capim, também no município de Castilho. Dessa vez só foi seu Alfredo que acampou. De lá foi indicado para ser assentado na fazenda Tapir, juntamente com famílias que haviam ficado no Dom Hélder e que se conheciam desde o TSM.
 13. Devo mencionar que no texto, adotei duas estratégias com o objetivo de respeitar a vontade de algumas pessoas, principalmente de militantes do MST de manter sua identidade preservada: 1) usar um termo genérico dependendo da posição da pessoa como militante, coordenador ou acampado e; 2) trocar o nome.
 14. Os participantes das ocupações e acampamentos de sem-terra utilizam indiferentemente barraco ou barraca para fazer referência às casas improvisadas feitas com paus de madeira ou de bambu e cobertas do plástico negro ou colorido chamado de lona. Neste trabalho também farei referência a ambos os termos.

15. A pesquisa em campo mostrou que o termo trabalhador rural é usado principalmente pelos militantes dos movimentos que organizam as ocupações e acampamentos para designar, de maneira geral, a população que se instala debaixo da lona. É usado também pelos representantes do INCRA, a mídia e o senso comum. No entanto, muitos dos acampamentos do estado de São Paulo são compostos por uma população de origem urbana e que não se considera como trabalhadores rurais. Auto-designa-se ou como acampados ou simplesmente como trabalhadores. Por tanto, atrevo-me a sugerir que trabalhador rural se tornou hoje em dia um termo político, no sentido em que é acionado ou pelos movimentos, ou pelos representantes do INCRA para explicitar o vínculo dos acampados com a demanda por terra, o que acaba reproduzindo afirmações de senso comum, como aquela que diz que todos os acampados seriam trabalhadores rurais ou teriam uma origem rural ou camponesa.
16. Nos acampamentos encontramos uma diversidade de situações: há quem não acampa, mas tem um representante, isto é, um parente ou amigo que fica guardando o lugar; há quem fica debaixo da lona só alguns dias durante a semana; e há quem mora no acampamento e monta “literalmente” sua casa dentro do barraco.
17. Optei por colocar “participantes dos acampamentos” no lugar de acampados com o objetivo de desnaturalizar certos termos, como, por exemplo, acampado, que normalmente usa-se no senso comum para designar a todos aqueles que têm barraco num acampamento. No entanto, durante o trabalho de campo percebi que em alguns acampamentos, nem todo mundo que tem barraca é considerado como acampado. Por exemplo, num acampamento do oeste do estado de São Paulo, o acampado é somente aquele que, de fato, mora no acampamento. E não é considerado dessa maneira, por exemplo, o morador de final de semana, ou andorinha, como identificado por outros autores (Macedo, 2003 e Barra, 2007). Feito esse esclarecimento, no decorrer do texto, ao fazer referência de maneira geral aos participantes dos acampamentos, usarei o termo Acampados (com a primeira letra em maiúscula); e quando fizer referência ao termo nativo, que faz referência aos que de fato moram nos acampamentos, deixarei o termo em itálicas e minúsculas (acampados).
18. Como veremos adiante, no acampamento Pendengo o tempo de barraco se demonstra com a dedicação ao barraco, e os remendos da Dona Leo são uma prova desse tempo.
19. Para ver exemplos em outros contextos etnográficos sobre a relação entre conhecimento e reputação, ver Haviland, 1977.
20. Esta afirmação é inspirada na análise realizada por Mauss (2003 [1950]) da noção maori de hau. Na interpretação desse autor, na troca, as coisas trocadas não teriam valor por si só, mas carregariam o espírito do doador que permanece na coisa dada.
21. Neste texto não será tratado, mas me parece importante mencionar que resultados da minha pesquisa revelaram que no mundo das ocupações de terra existem formas de acampamentos. Isto é, acampamentos que apesar de seguirem o modelo da “forma acampamento” (Sigaud, 2000), a forma de organização, o gerenciamento do acampamento e inclusive as próprias barracas estariam sendo adaptadas à clientela, isto é, às famílias que desejam se instalar debaixo da lona.

22. Devo especificar, ainda completando o comentário da nota anterior, que esses investimentos nos barracos geralmente acontecem em acampamentos que têm muito tempo no mesmo lugar, como é o caso do Pendengo.
23. Devemos lembrar que no mundo das ocupações de terra, sempre participam Acampados de outros acampamentos que, cumprindo com suas obrigações, participam das ocupações mostrando aos novos, a tecnologia de montagem do acampamento e a forma de organização do mesmo. E de fato, ficam acampados esperando que novas famílias se instalem no seu lugar, debaixo da lona,
24. Aqui me parece importante fazer um parêntese para lembrar que nem todos os acampados participam da ocupação que funda o acampamento onde se instalam. Muitos chegam depois, uma vez que o acampamento já está montado, a convite de amigos, conhecidos, parentes ou de acampados e militantes que realizaram trabalho de base nas comunidades de origem deles.
25. No mundo das ocupações de terra, para poder montar um barraco dentro de um acampamento é necessário primeiro negociar uma vaga.
26. Se em alguns acampamentos se “entra” como se fosse um emprego, e a barraca é a inscrição ao mundo das ocupações, podemos entender melhor quando acampados e militantes fazem referência às atividades realizadas dentro do acampamento e para o movimento, como trabalho.
27. Como tratado por Loera (2006), o acampamento TSM quando estava montado no município de Cajamar estava dividido em onze grupos de barracos. Cada grupo estava composto por cinco ou seis famílias, famílias que muitas vezes estavam vinculadas entre si por laços de parentesco.
28. Abrir acampamento é uma expressão usada entre participantes dos acampamentos e significa realizar uma ocupação que irá fundar um acampamento, diferentemente de uma ocupação que é realizada sabendo, a priori, que irão ocupar e logo deverão desmanchar os barracos e sair do local.
29. Como mostrado em Loera (2006), no TSM existia um regulamento interno que fazia parte da disciplina socializada pela militância do MST. Segundo o regulamento “era proibido se apropriar de qualquer objeto alheio”, no entanto, as regras muitas vezes eram quebradas e, dentro de certo limite, um desrespeito à disciplina era tolerado.
30. Como já foi tratado por Borges (2003) e Palmeira (2006), a “política” não constitui um domínio à parte, mas é vivida e pensada pelos agentes sociais como parte da vida social.
31. Nos acampamentos da reforma agrária, o “trabalho na política” não é uma expressão estranha; pelo contrário, faz parte do cotidiano das pessoas. Como menciona Barra, “é comum vereadores e deputados simpáticos ao MST contratarem acampados, assentados e militantes para trabalharem em suas campanhas e, até mesmo, executando trabalho de base para sua candidatura” (2007, p. 21).

32. Edes separou-se há mais de nove anos e, segundo os cálculos que ela mesma fez, dois ou três anos antes da separação, começou a participar nos acampamentos na Bahia. Ou seja, há mais ou menos doze anos.
33. Edes tem a mãe, uma irmã e um irmão morando em Bom Jesus, o restante (quatro irmãos e uma irmã) mora no estado de São Paulo. Para uma discussão sobre as condições sociais que levam indivíduos a fazer investimentos materiais e psicológicos que tais deslocamentos exigem, ver Garcia (1990).
34. Para Elias (2005), a liberdade que cada indivíduo tem de fazer ou de decidir depende do tecido de interdependências (figuração) na qual está inserido. O indivíduo, para esse autor, acha uma margem de escolha individual, margem que ao mesmo tempo impõe limites a sua liberdade de escolha.
35. Como menciona Comerford (1999), o termo luta entre as organizações de trabalhadores rurais pode adquirir diversos significados. Nesse contexto, "a luta" se refere especificamente a estar acampado.
36. Essas distinções e hierarquias da militância não serão tratadas neste texto, mas é um assunto desenvolvido com detalhe na minha tese.
37. Zé Antonio refere-se à proposta de formar outro acampamento dentro do próprio TSM. Proposta que partiu de um grupo de acampados, dentre eles Chicão que não concordavam com o projeto da Comuna da terra, modelo de assentamento para o TSM proposto pela militância do MST. Para mais detalhes sobre essa proposta ver Loera, 2006.
38. Macedo (2003) menciona que muitas vezes as mobilizações contribuem para aumentar a auto-estima dos acampados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barra, Camila Sobral. (2007). *Mario Lago encontra Terra Sem Males. A produção do Outro em acampamentos dos sem-terra*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas.
- BOURDIEU, Pierre. (1998). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- BORGES, Antonádia (2003). *Tempo de Brasília. Etnografando lugares-eventos da política*. Coleção Antropologia da política. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- COMERFORD, John Cunha. (1999). *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

ELIAS, Norbert. (2006). "Escritos e ensaios. Estado, processo, opinião pública", in Neiburg, Federico e Waizbort, Leopoldo (orgs.), *Norbert Elias. Escritos e ensaios. Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro, Zahar.

_____. (2005). "L'étiquette et la logique du prestige", in *La société de cour*. França, Champs, Flammarion.

GARCIA, Afrânio. (1990). O sul: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Editora Marco Zero e UnB.

HAVILAND, John B. Gossip. (1977). Reputation and knowledge in Zinacantan. Chicago, University of Chicago press.

L'ESTOÏLE, Benoit de e PINHEIRO, Cláudio. (2006). Projetos, apostas e hesitações: notas sobre três engenhos em situação de incerteza In L' Estoile Benoit e Sigaud Lygia (Orgs.) *Ocupações de terra e transformações sociais*. Rio de Janeiro, FGV.

LOERA, Nashieli. (2006). A espiral das ocupações de terra. São Paulo: Polis; Campinas, CERES.

Macedo, Ernandez Marcelo. (2005). "Entre a 'violência' e a 'espontaneidade': reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro", *Revista Mana*, vol. 11, nº 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Ppgas, Museu Nacional, out., 2005, pp. 473-97.

_____. (2003). "*Zé Pureza*". *Etnografia de um acampamento no norte fluminense*. Tese de doutorado em ciências sociais, Uerj.

MAUSS, Marcel. [1950] (2003). *Sociologie et anthropologie*. Paris, Quadrige,.

PALMEIRA, Moacir e BARREIRA, César. (2006). Introdução In PALMEIRA, Moacir e BARREIRA, César (Orgs.) *Política no Brasil. Visões de antropólogos*. Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

ROSA, Marcelo. (2004). *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Tese de doutorado em ciências humanas: sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SIGAUD, Lygia. (2005). As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social. Revista de sociologia da USP*. São Paulo, USP. v.17 n. 1, p. 255-280, Junho.

_____. (2004). "Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil". *Cuadernos de Antropología Social* n. 20. Buenos Aires, FFyLUBA. P. 11-23.

_____. (2000). "A forma acampamento", *Revista Novos Estudos*, nº 58. São Paulo: Cebrap, nov., 2000.

SMIRCIC, Sergio Chamorro. (2000). *Com a cara e a coragem. Etnografia de uma ocupação de terra em Pernambuco*. (Dissertação). PPGAS/ Museu Nacional, Rio de Janeiro.

AS OCUPAÇÕES DE TERRA NO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1980 E A “FORMA ACAMPAMENTO”

Marcelo Hernandez Macedo

1. Introdução

Os primeiros movimentos organizados de luta por terra no Rio de Janeiro datam do final da década de 1940. Ao longo da década seguinte, esses movimentos se consolidaram e, a partir do início dos anos 1960, foram organizadas as primeiras ocupações de terra reivindicatórias¹. A partir do final da década de 1950, até 1964, tanto o governo estadual como o federal promoveram diversas desapropriações no estado (o Rio de Janeiro é o estado brasileiro em que mais desapropriações foram feitas nesse período). Este processo de reconhecimento das reivindicações dos movimentos sociais por parte do Estado foi freado pela ditadura militar, que devolveu àqueles que se diziam antigos proprietários as áreas desapropriadas e exerceu forte repressão às instituições que representavam os trabalhadores rurais e seus líderes. Ao longo da década de 1980, o movimento de ocupação de terras foi reativado e reconfigurado. Na Baixada Fluminense, foram ocupadas as mesmas áreas objeto de litígio no período pré-64, nestas sendo montados acampamentos que indicavam ao Estado a reivindicação de desapropriação. para fins de reforma agrária.

Em texto publicado no final de 2000, ao verificar a eficácia dos acampamentos como “uma linguagem pela qual os indivíduos fazem afirmações simbólicas”, Sigaud definiu-os como uma forma social específica: a “forma acampamento”. Os acampamentos constituem uma linguagem social na medida em que veiculam a reivindicação da desapropriação da fazenda ocupada para distribuição de parcelas entre as famílias acampadas. Essa linguagem ou forma social tem seus próprios processos de constituição, com uma tecnologia de mobilização das famílias e realização das ocupações que comporta variações de acordo com as conjunturas específicas, possui as lonas (que cobrem as barracas) e as bandeiras (que indicam a instituição que organiza o acampamento) como principais símbolos e um modelo de organização social próprio, que vem se transformando ao longo do tempo e também comporta variações dessa representação social de caso para caso (Sigaud, 2000).

Por meio da descrição etnográfica de uma das primeiras ocupações reivindicatórias da década de 1980 – a ocupação de Campo Alegre -, o objetivo deste artigo é discutir

as relações de continuidade e descontinuidade entre essas ocupações e as do período pré-64. Isso contribuiu para a compreensão do processo de constituição do que Sigaud (2000) denominou como “forma acampamento”, que pode explicar a explosão de ocupações que viria a ocorrer no Brasil a partir de 1993.²

Após uma breve descrição de como foi realizada a ocupação de Campo Alegre e estruturado o acampamento, tomaremos como fios condutores da narrativa o relato dos participantes e dos organizadores desse processo.

2. A ocupação de Campo Alegre

Em janeiro de 1984, um grupo de famílias organizadas pela Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu - por meio da Comissão Pastoral da Terra de Nova Iguaçu (CPT) - pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e por participantes de ocupações rurais em Duque de Caxias e de uma ocupação urbana em Belford Roxo (Nova Aurora) - montou um acampamento em Campo Alegre, uma área que abrange parte dos municípios de Nova Iguaçu e de Queimados. A ocupação tinha por objetivo reivindicar a desapropriação da área para fins de reforma agrária. Dela participaram, ao todo, cerca de 600 famílias. O acampamento abrigou um conjunto de famílias extremamente heterogêneo, mas em sua maioria proveniente de meios urbanos.

De modo geral, as famílias costumam ocupar a área a ser reivindicada de uma só vez. No caso de Campo Alegre, como tratava-se de um terreno muito extenso, os organizadores avaliaram que esta estratégia chamaria a atenção das autoridades, devido à grande quantidade de pessoas necessária para tanto. Optou-se, então, pela ocupação por etapas. Por meio da divulgação boca a boca entre conhecidos e em algumas feiras livres, os organizadores da mobilização reuniram os interessados que, num primeiro momento, foram levados para a Vila Americana (também chamada de “Urbano”), uma área próxima à Campo Alegre, onde os futuros acampados diziam trabalhar na construção de casas. Tal expediente foi utilizado com o objetivo de despistar a polícia e os grileiros. Nesta localidade, as famílias foram cadastradas e, pouco a pouco, enviadas para o Cruzeiro, região de Campo Alegre onde foi feita a primeira ocupação e montado o acampamento base.

No Cruzeiro (também chamado de “Acampamento”), foram construídas uma grande barraca — onde funcionava a cozinha coletiva — e, ao seu redor, diversas barraquinhas menores. A estrutura das barracas era de bambu e a cobertura, de lona preta. Quando um número suficiente de pessoas era reunido no Cruzeiro, dava-se a ocupação de uma nova gleba de Campo Alegre. Essas glebas foram chamadas

de *regionais*. No total, e ao longo de todo o ano de 1984 até o início de 1985, foram criadas sete delas. À medida que os grupos se deslocavam para as *regionais*, formavam, inicialmente, um acampamento que destinava uma barraca para cada família acampada, localizando-se próximas umas às outras. Num segundo momento, cada família era direcionada para o seu lote, onde era construída nova barraca e iniciado o trabalho agrícola.

Cada regional tinha um coordenador e “comissões de trabalho” (política, limpeza, educação alimentação etc.). Uma das pessoas por nós entrevistadas que esteve em Campo Alegre — na época, participante da Pastoral da Juventude — localizou a origem dessas “comissões” na organização dos conventos, já que teriam sido as freiras ligadas às CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base) e à CPT (Comissão Pastoral da Terra) as que mais teriam auxiliado no processo de organização interna. Os coordenadores das regionais, por sua vez, reuniam-se na UAMCA (União das Associações do Mutirão Campo Alegre), coordenação geral do acampamento.

Dadas as suas dimensões, a ocupação de Campo Alegre gerou grande repercussão em toda a Baixada Fluminense. Campanhas para arrecadação de doações para os acampados foram organizadas por parte das Comunidades Eclesiais de Base (Ceb’s), dos sindicatos e da CPT. O Governo do Estado do Rio de Janeiro, além de fornecer alimentos, garantiu a segurança dos ali presentes. Em 20 de junho de 1984, numa cerimônia cercada por grande pompa, o então Governador Leonel Brizola anunciou a desapropriação de Campo Alegre para o assentamento das famílias acampadas, apoiando o decreto em cima de uma grande batata-doce.³

O mutirão Campo Alegre foi formado pelos filhos de camponeses que vieram para o Rio de Janeiro entre 1940 e 1960, em decorrência da retração do sistema da morada (Sigaud, 1979), da decadência da economia cafeeira em Minas Gerais e no Espírito Santo e das secas e enchentes no Nordeste. Estas pessoas constituíram suas famílias nos meios urbanos e, devido às dificuldades de subsistência ali encontradas, seus filhos optaram por retornar aos meios rurais. Sonia, uma das participantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) em Nova Iguaçu — que esteve acampada em Campo Alegre para prestar assistência social aos acampados, mais adiante apresentada com maiores detalhes — descreveu a origem e a situação social das famílias no momento em que decidiram ingressar no acampamento:

Porque o conjunto dessas pessoas... Primeiro: não tinham como pagar aluguel. Eram pessoas totalmente, é... Eram urbanas, mas com uma história rural. Vieram para o Rio de Janeiro, já perderam esse vínculo. O pai foi, o

avô foi, não é? Todos trabalharam na terra. E eles vieram, perderam um pouco essa referência. Estavam trabalhando na área urbana como biscateiros, como domésticas. E aí, o que veio... O que ganhavam naquele momento não supria as despesas. Então, não dava para pagar o aluguel, para pagar a luz, pagar água... E aí, estavam cada vez mais encurralados, não é? Não sei se... tem que abrir mão de várias coisas para poder sobreviver. E a ocupação veio responder um pouco a essa exigência do momento. E essas pessoas vinham de... A maioria veio de Itaguaí, de Seropédica, então, tinha muita gente. Ainda tem, hoje, em Campo Alegre, gente de Seropédica e de Itaguaí. Lá tem também Caxias, e toda essa região da Baixada tinha ... Tinha gente lá em Campo Alegre.

3. Os assentados

[...] Porque eu morei na roça até os 18 anos. Eu vim para o Rio de Janeiro com 18 anos, não é? Vim porque a gente era colono. Era colono porque a minha mãe... A minha mãe é branca. Ela era filha de italiano e fugiu de casa com meu pai, que era tropeiro da fazenda do pai dela. Era da cor de Bastos, o meu pai. E aí o meu avô desapropriou ela [ri]. Desapropriou não, porque ela era orgulhosa, já que teve coragem de fugir, mas teve coragem de voltar depois para casa, não é? E aí, a gente era colono, sabe? E a gente trabalhava... E a gente, no final da colheita, as outras coisas todas eram da gente: milho, feijão, arroz... tudo que plantava era seu. Mas o café era meia. O café ia para vila. E era do café que a gente tirava o dinheiro. E lá, eles diziam que o café quebrou, não deu nada. Você mandava um tanto de café, então aí, quando vinha... que vinha aquele pouquinho de dinheiro, não dava para nada! E era... você contava só com aquele dinheiro. E era dinheiro uma vez por ano só, que era do café, que era para comprar o sal, a querosene, que a gente tinha para acender a lamparina.

Dona Isabel é uma senhora capixaba de cerca de 60 anos, há 22 assentada em Campo Alegre. Ela nos disse que seus pais eram colonos de fazendas de café, nas quais viveu até os 18 anos. Depois que veio para o Rio de Janeiro, Dona Isabel trabalhou durante 15 anos numa feira em Madureira:

E eu vendia, menino, mas como que a gente... Olha, época de Natal, eu tinha que sair correndo da feira. Olha, eu comprei terreno em Saquarema. Comprei telefone. Comprei carro. Tudo com dinheiro de feira. Formei meu filho na faculdade. Meu filho é fisioterapeuta. Tudo com dinheiro da feira ... Olha, eu saía da feira com tanto dinheiro dia de sábado, não tinha banco aberto, não é? Os bolsos chegavam a vir assim...

Nesta época, Dona Isabel já não estava mais casada com o pai de seu filho. Ela afirma “nunca ter se conformado com a cidade”, “que entra em pânico, se andar na

rua depois das 18h". Vejamos como ela conta como ficou sabendo da ocupação de Campo Alegre:

Eu fiquei sabendo por um colega meu de feira. Um dia, você sabe? Eu falei assim: "Ah, Fernando! Eu queria tanto ter uma terrinha, para eu ter uma horta, ter umas galinhas... Ah, eu não agüento mais cidade!" A barraca dele era assim, pertinho da minha. Aí, ele disse: "Olha, por que a senhora não vai para o mutirão do Brizola?" Falei: "Como é que é? Mutirão do Brizola? Aonde é que é isso?" Ele disse: "Em Nova Aurora. E tem também num lugar, no distrito industrial". "Aonde é isso?" Ele disse: "Olha, é em Queimados, é em Nova Iguaçu, que ele mora aqui [em Nova Iguaçu]". Nova Iguaçu e Nova Aurora. Ele disse: "Nova Aurora é casa e Nova Iguaçu é terreno, mesmo. Eu falei assim: "Fernando, você não está mentindo não, não é?" Ele disse: "Não!" Aí, eu cheguei em casa — nessa época, eu morava com a minha mãe, não é? E o meu filho estava estudando e tudo. Aí, eu falei com meu irmão, um que é maquinista, ele já está aposentado, hoje, mas ainda continua trabalhando, que a rede mandou chamar de novo para trabalhar. Continua aposentado, mas trabalhando. Aí, eu falei para o meu irmão: "Pôxa, olha, eu descobri que o Brizola está dando terra". Aí, ele disse: "E daí?" "Acho que eu vou ver se eu arranjo uns..." Aí, ele disse assim para mim: "Você está ficando doida?! Você quer arrumar serviço pra gente?" (...) Dali a 15 dias, eu falei com o outro: "O Brizola está dando terra, ali para o lado de Nova Iguaçu". Aí ele falou: "É, e por que você não vai?" "Olha, eu falei com o Júlio, ele me deu o maior fora". "Mas, por que não fala com o Gil?" "O Gil só está sabendo do trabalho dele e dos colegas, não quer saber de mais nada". Aí, tinha uma tiazinha minha, que morava aqui com a gente, não é? Lá do Espírito Santo, a tia Amélia, morreu agora, faz três anos que ela morreu, irmã da minha mãe. Aí, tia Amélia: "Vamos!" Meu filho, nós passamos o dia inteirinho para achar Campo Alegre, porque ninguém sabia aonde era.

Como se pode perceber, Dona Isabel foi persistente em busca de uma companhia para dirigir-se ao "mutirão do Brizola"⁴, modo como se referiu ao acampamento montado em Campo Alegre. Dona Isabel lá chegou em fevereiro de 1984, um mês após a ocupação. Foi lá que se casou com o atual marido, Bastos, hoje com 92 anos, nascido em São João de Nepomuceno, Minas Gerais. Bastos veio para o Rio de Janeiro com 12 anos, indo morar em Madureira, Parada de Lucas, até rumar para o Capivari, local onde conheceu Laerte Bastos e com ele participou dos movimentos de luta por terra naquela região de Duque de Caxias, nas décadas de 1950 e 60, vindo a ser um dos coordenadores de regional em Campo Alegre. Segundo Dona Isabel, ele só teria chegado nesta localidade em dia 09 de agosto de 1984. Bastos, no entanto, não lembrava (ou não queria lembrar) das experiências de Capivari. Por

várias vezes solicitamos que ele nos contasse sobre essa época, mas ele rapidamente voltava a falar de Campo Alegre. Segundo Dona Isabel:

Lá teve mutirão também. Ele conta que quando esteve em Queimados — que ele conheceu Queimados, da Baixada, aqui, era um galho de pau... Que Queimados era mato puro, ele conta. Ele teve muito na Mantiqueira também, onde é... tinha fábrica [Fábrica Nacional de Motores, onde morou Laerte Bastos]. Ele tinha uma... botou uma oficina de bicicleta, lá na Mantiqueira. Aquelas terras ali tudo ele... tudo habitado por ele, ali. Tanto que até nós fomos lá, a dona disse assim: “Pôxa, seu Bastos! Há mais de 20 anos isso! Se o senhor quiser vir para cá, a gente arranja terra para o senhor aqui, que o senhor deu terra para a gente aqui, agora a gente tem terra aqui. Só vendo!

A trajetória de Maria José, de 70 anos, também é de retorno aos meios rurais. Nascida em Cruz do Espírito Santo, na Paraíba, seus pais eram sitiantes de um engenho. Maria José perdeu o pai ainda bastante nova — segundo conta, decorrente da febre malária — e sua mãe teve que criar sozinha os sete filhos. Aos 15 anos, a mãe de Maria José foi despejada pelo dono do engenho onde morava. A família foi para João Pessoa, onde Maria José começou a trabalhar como doméstica. Nesse período, ela começou a acompanhar as atividades da Juventude Operária Católica, órgão da Igreja que promovia a formação política de jovens. Em 1963, casada e já com sete filhos, Maria José veio para o Rio de Janeiro. Seu marido já tinha vindo no ano anterior, após ser despedido da firma de cimento onde trabalhava. Aqui, após um curso no SENAI, começou a trabalhar como ajudante de pedreiro. A família morou na Pavuna por algum tempo e, quando já estavam em Belford Roxo, em 1980:

Mas, por um acaso, a gente foi morar num lugar que aí virou uma favela. Eu com as crianças... as meninas já tudo ficando adolescente, aí, já tava um pouco difícil (...) Aí, chegou um moço que era conhecido nosso e falou assim: “Ó, eu tô com um sítio em Campo Alegre, vou vender porque o rapaz não toma conta, deixa roubar os animais. Já me roubaram uma cabra muito boa, agora levaram porco. Que ele fica bêbado, ele não toma conta”. Eu disse: “Ah, se eu tivesse dinheiro, eu comprava”. Ele disse: “Não, dona Maria, o que vale é a sua palavra”. Eu falei: “Não, mas não tenho dinheiro pra comprar sítio não, seu José!” “Não, senhora! Vamos lá ver”. Fez questão, convidou o Elcio. Aí, chegamos aqui. Quando eu cheguei aqui, meu Deus do céu! Isso aqui era tudo preto, era tanta mosca, isso aqui nadava de mosca. Ele botava caminhão das Sendas aí pra alimentar porcos, e aquilo ali apodrecia e criava mosca, invadia a casa... Deus que me livre morar naquele lugar! Isso aqui era tudo preto. O homem fazia fogo aqui, incendiava tudo aqui, ó, como ainda tem sinal de... Era tudo

preto. Mas o pior de tudo não era isso: o pior foi que eles começaram a me roubar. Eu comecei a criar...

Maria José chegou em Campo Alegre quatro anos antes da ocupação. Nesses quatro primeiros anos, enfrentou sérios problemas com o lixo do caminhão das Sendas, o roubo de seus animais e a grilagem de partes da sua pequena propriedade. Ela afirmou que, a princípio, não quis participar do *mutirão*, pois ouvia relatos de violências entre os acampados. Fez referência a um assassinato ocorrido no acampamento, também mencionado por outros entrevistados. No entanto, acabou convencida por um padre a participar, no último dia de inscrição das famílias. Disse que saiu de casa “quase arrastada por este padre” para inscrever-se. O tal padre argumentava ser importante que ela tentasse regularizar sua situação no local, na tentativa de evitar futuros despejos. A dinâmica da inscrição é relevante porque indica, já naquele momento, a proposta de formalizar a reivindicação das terras ao Estado e que, dentro do grupo, havia critérios para se legitimar a participação, sendo um deles o cadastro da família. Segundo os organizadores, para que Maria José não viesse a perder seus direitos, não era suficiente já estar no local há quatro anos. Para que pudesse manter a posse e ampliar os seus direitos, obtendo a escritura, seria necessário formalizar sua participação no grupo que reivindicava terras junto ao Estado.

Um outro exemplo no qual se verifica o retorno aos meios rurais é o de João Generino. Também nascido na Paraíba, ele trabalhou desde os sete anos de idade no engenho de cana-de-açúcar onde morava. Chegou ao Rio de Janeiro em 29 de agosto de 1952, com 21 anos, indo trabalhar na construção civil, em diversos lugares da Zona Sul e do Centro do Rio de Janeiro. Residiu por muitos anos em Duque de Caxias, mas após casar-se e ser pai de quatro filhos, mudou-se para Cosmos (próximo a Campo Grande), onde ficou sabendo das reuniões de preparação para a ocupação do Parque Estoril. Como veremos com mais detalhes adiante, esta foi a primeira ocupação de terras do início da década de 1980, em Nova Iguaçu. Assim como João Generino, diversas famílias que acamparam em Campo Alegre passaram por Parque Estoril. Hoje, uma de suas filhas é militante do MST/RJ.

Como se pode perceber, o *mutirão* Campo Alegre foi formado pelos filhos de camponeses que vieram para o Rio de Janeiro entre 1940 e 1960, em decorrência da retração do sistema da morada (Sigaud, 1979), da decadência da economia cafeeira em Minas Gerais e no Espírito Santo e das secas e enchentes no Nordeste. Estas pessoas constituíram suas famílias nos meios urbanos e, devido às dificuldades de

subsistência ali encontradas, seus filhos optaram por retornar aos meios rurais. Sonia, uma das participantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEB 's) em Nova Iguaçu — que esteve acampada em Campo Alegre para prestar assistência social aos acampados, mais adiante apresentada com maiores detalhes — descreveu a origem e a situação social das famílias no momento em que decidiram ingressar no acampamento:

Porque o conjunto dessas pessoas... Primeiro: não tinham como pagar aluguel. Eram pessoas totalmente, é... Eram urbanas, mas com uma história rural. Vieram para o Rio de Janeiro, já perderam esse vínculo. O pai foi, o avô foi, não é? Todos trabalharam na terra. E eles vieram, perderam um pouco essa referência. Estavam trabalhando na área urbana como biscateiros, como domésticas. E aí, o que veio... O que ganhavam naquele momento não supria as despesas. Então, não dava para pagar o aluguel, para pagar a luz, pagar água... E aí, estavam cada vez mais encurralados, não é? Não sei se... tem que abrir mão de várias coisas para poder sobreviver. E a ocupação veio responder um pouco a essa exigência do momento. E essas pessoas vinham de... A maioria veio de Itaguaí, de Seropédica, então, tinha muita gente. Ainda tem, hoje, em Campo Alegre, gente de Seropédica e de Itaguaí. Lá tem também Caxias, e toda essa região da Baixada tinha ... Tinha gente lá em Campo Alegre.

4. A segunda geração

Bom, é... Então aí, quando desencadeia Campo Alegre, os ocupantes saem do centro de formação de líderes da diocese de Nova Iguaçu. É dali que a coisa sai. Eu acho que é muito fruto do trabalho dessa CPT **diocesana, núcleo agrícola fluminense, Laerte e Nova Aurora**. E também é fruto do acúmulo que houve na ocupação do **Parque Estoril**. Então, tudo isso vai acumulando, né? E se consegue, de fato, um contingente considerável.

O depoimento acima resume o processo social que resultou na ocupação de Campo Alegre. Seu autor é Fernando Moura, assessor da CPT no início da década de 1980, no período em que foram reiniciadas as ocupações de terra no Rio de Janeiro. Fernando nasceu numa cidade do interior de Portugal, vindo para o Brasil em 1968, para evitar ser alistado pelo exército salazarista e servir ao processo de colonização levado a cabo na África. No Brasil, participou do movimento estudantil e engajou-se na Ação Popular, a partir da qual explica sua aproximação com os problemas do campo. Condenado, exilou-se na França, onde passou alguns anos, estudou desenvolvimento agrícola e aproximou-se de outros líderes camponeses igualmente exila-

dos naquele país, dentre os quais Manoel da Conceição.⁵ Ao retornar ao Brasil, em 1979, no período da anistia, trabalhou alguns meses no CPDA (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e, ao perceber que a atividade de pesquisa não o agradava o suficiente, aceitou uma proposta de trabalho da Comissão Pastoral da Terra. Desde o início da década de 1990, Fernando é assessor do PT na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e dirigente do MST/RJ.

A Comissão Pastoral da Terra do Rio de Janeiro foi fundada a partir do engajamento do Bispo Dom Vital nos conflitos por terra no sul do estado, na região de Paraty. As ameaças de despejo de posseiros na região remontam à década de 1950. No final dos anos 1970, após a construção da estrada Rio-Santos, a área tornou-se objeto de intensa especulação imobiliária, o que contribuiu para intensificar os conflitos já existentes. Ao ser procurado pelos posseiros da Praia do Sono, Dom Vital, com a experiência de participação nos conflitos por terra na Amazônia, decidiu implantar uma regional da Comissão no Rio de Janeiro. Isso ocorreu em meados da década de 1970, o Rio de Janeiro constituindo um dos primeiros estados brasileiros a ter uma regional da CPT.⁶

Entretanto, o apoio da Igreja às ocupações de terra não foi unânime entre o bispado fluminense. Das dez dioceses do estado, metade apoiava as ocupações, quais sejam: Duque de Caxias (Dom Mauro Moreli), Nova Iguaçu (Dom Adriano Hipólito), Itaguaí (Dom Vital), Valença (Dom Elias) e Volta Redonda (Dom Valdir). Nas outras dioceses, como as do Rio de Janeiro (Dom Eugênio Sales), a de Campos e a da região serrana, os bispos não se engajaram nas disputas. Ao longo da década seguinte, foram fundadas cinco sub-regionais da CPT no estado (Itaguaí, Baixada, Serrana, Norte e Valença/Volta Redonda).

Dentre os coordenadores da CPT no Rio de Janeiro, entrevistamos Generosa, Padre Geraldo e Sonia. Os três iniciaram sua participação no órgão a partir da ocupação de Campo Alegre, vindo a ocupar sua coordenação estadual na década de 1980 ou 1990.

Padre Geraldo nasceu no interior do estado do Rio de Janeiro, no município de Bom Jardim. Filho de lavradores, veio para a capital estudar num colégio interno, aos oito anos, já com a intenção de ser padre. Do colégio interno passou para o Seminário, até que foi ordenado, em 1964, indo trabalhar na zona rural (no município de Paraíba do Sul). Em 1978, seguiu para a Baixada e, em 1985, após a experiência como assistente nacional da juventude pastoral católica, foi trabalhar em Queimados:

Daí, eu fui trabalhar em ... em Queimados, na Paróquia de São João Batista. Lá estava Campo Alegre, que há coisa de um ano tinha acontecido a grande ocupação lá. Então, eu fiquei lá já... e o padre que trabalhava, que acompanhava a CPT na época, o padre Eduardo, sabendo, vendo um pouco como eu era, logo já me encaixou e me jogou dentro do fogo, não é? Isso de tal maneira que eu entrei para a paróquia em janeiro e em julho já estava... já era escolhido como coordenador da CPT no estado. E aí foi o meu aprendizado. Foi realmente a minha volta para o campo e...

Generosa, cujo ingresso na CPT deu-se em 1986, após passagem pela Pastoral da Juventude e que, entre 1988 e 1994, ocupou o cargo de coordenadora estadual da Comissão, tem uma trajetória social diretamente ligada às disputas por terra. Seus pais participaram dos confrontos envolvendo a Fazenda Piranema,⁷ em Duque de Caxias, no período pré-64. Sua mãe reside até hoje na localidade. O pai de Generosa – com passagem pelo Sindicato dos Comerciantes e, posteriormente, atuando como delegado sindical rural em Duque de Caxias – conhecedor do centro da cidade do Rio de Janeiro devido ao trabalho como cozinheiro de restaurantes famosos, era o encarregado de levar documentos para o advogado que tratava da legalização da área. Generosa tinha 14 anos quando visitou Campo Alegre pela primeira vez:

Generosa - E aí, assim, o meu contato com a igreja foi... natural, porque papai celebrava o terço. Fazia todas essas coisas e tal. Então tem umas coisas que estão no sangue, não é? Essa coisa de....

Marcelo- Seu pai deve ter, certamente... Deve ter conhecido Zé Pureza.

Generosa- Conheceu. Conheceu. Zé Pureza, Chico Silva, Zé Joaquim. Todo aquele povo ali, ele conheceu.

Sonia, por sua vez, nascida e criada em Queimados, tinha 18 anos quando ocorreu a ocupação de Campo Alegre. Por participar das Comunidades Eclesiais de Base (Ceb's) da região, foi convidada a desenvolver campanhas de alimentos para os acampados. Ela narra da seguinte forma seu ingresso em Campo Alegre:

É, na realidade, me convidaram numa dessas idas para levar alimento e outras coisas, e chegando lá em Campo Alegre, encontrei esse número de pessoas que, na realidade, eles eram... quanto que eles falavam? Eram 3mil pessoas que reuniram, acampavam nessa região. E com certeza havia... era um período de férias, janeiro, então se tinha muitas crianças, não eram poucas. Eram muitas crianças e estavam nesse lugar. E, por coincidência, eu tinha acabado de me formar. Eu tinha me formado, tinha feito formação de professora, no início... terminei em 82. E aí é... em 83, eu estava... eu fui trabalhando com outras atividades, que não eram na área de educação. E aí foi que eu iniciei, em 84, com essa experiência...

eu volto a trabalhar dentro desse campo, que é educação, com essa realidade que estava sendo colocada... que era um monte de crianças fora da escola.

Acompanhada por outras duas colegas, Sonia viveu acampada durante parte do ano de 1985, mesmo ano em que ingressou na CPT como assessora e fundou uma escola em Campo Alegre. Assim como Generosa e Padre Geraldo, participou de diversas ocupações de terra ao longo da década de 1980. Em 1992, assumiu a coordenação estadual da CPT, juntamente com Generosa.

Segundo Padre Geraldo e Generosa, o apoio da CPT às ocupações iniciava-se no período da mobilização das famílias, estendendo-se até a garantia da posse da terra, com a efetivação da desapropriação da área. Este apoio mostrou-se relevante por diversas razões. Em primeiro lugar, na organização da mobilização, o discurso dos padres e assessores da CPT sobre as ocupações — baseado na terra como um dom divino, mas também em sua função produtiva — oferecia legitimidade para o ato de ocupar; em segundo lugar, no dia da ocupação efetiva, as relações estabelecidas por este órgão com políticos e delegados de polícia forneciam retaguarda para as ações; em terceiro, as campanhas promovidas para a obtenção de recursos para os acampados não só possibilitavam a permanência nos acampamentos, como atraíram diversas pessoas que viriam a dar suporte aos mesmos, como vimos para o caso de Sonia; e, por último, a mobilização de sua rede de advogados foi fundamental para a contenção dos despejos e a efetivação das desapropriações.

Cabe destacar também o trabalho da Procuradoria do Estado no apoio às ocupações de terra no período. Tivemos a oportunidade de conversar com um dos procuradores mais atuantes na ocasião. Trata-se de Miguel Baldez, que passou no primeiro concurso para a Procuradoria do Estado, em 1962, tendo participado dos movimentos clandestinos contra a ditadura militar e, a partir do final da década de 1970, dos movimentos contra a intervenção no Sindicato dos Professores. No início do governo Brizola, surgiu a oportunidade de trabalhar com questões fundiárias. O chefe da sua procuradoria — que fora advogado das Ligas Camponesas Pernambucanas no período pré-64 — foi chamado para presidir uma comissão que examinaria as solicitações da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) de regularização de 13 áreas em Campo Grande, nas quais os moradores estariam sofrendo ameaças de despejo por ações de loteadores. Baldez integrou esta comissão e propôs a criação do Núcleo de Terras da Procuradoria, que realizou, ao longo do ano de 1983, reuniões semanais com os movimentos de Campo Gran-

de, conseguindo, segundo ele, “resultados magníficos”. Com a criação da Procuradoria do Município do Rio de Janeiro, a Procuradoria do Estado teria se afastado das disputas fundiárias urbanas por divergências em relação ao trabalho de regularização proposto pela primeira. Nesse momento, a partir da ocupação de Campo Alegre, em janeiro de 1984, ganham impulso os movimentos por terra nos meios rurais, aos quais a Procuradoria do Estado passou a dedicar sua atenção.

O grupo de procuradores ligado a Baldez conseguiu nomear um de seus membros como Procurador Geral do Estado, o que atribuiria ainda mais legitimidade para suas ações no campo fundiário, como nos conta Baldez:

O Brizola vinha do Rio Grande do Sul, com uma experiência negativa em torno da Procuradoria Geral do Estado. Não tinha nenhum apreço pela Procuradoria Geral. E pretendia nomear um colega nosso que tinha sido candidato a deputado pelo PDT. É, em 82, e tinha sido derrotado. Então, eu e mais alguns companheiros, dissemos: “vamos influir na decisão do Brizola. Quem é que pode ser Procurador Geral?” Éramos eu, mais dois ou três companheiros, só. Esse, um pessoal mais da esquerda. Toda Procuradoria, éramos uns três ou quatro, só. Mas a gente queria e tinha condição realmente para fazer um trabalho (...) O que nós fizemos? Passamos a trabalhar junto a quem podia influenciar o Brizola. Fizemos reunião com Saturnino Braga, que era da equipe do Brizola, na época; com Marcelo Alemnberg, que era da equipe. E a nossa discussão era essa: “O discurso do Brizola é para valer ou não é para valer?” “Não, o discurso é para valer”. “Ah, então, é fundamental ter uma Procuradoria do Estado que possa realmente pensar numa renovação”. E esse discurso pegou. Pegou. E com isso, a gente conseguiu fazer do Eduardo, Procurador Geral, com o compromisso de abrir a Procuradoria, democraticamente, a Procuradoria. Houve esse movimento interno que coincidiu com o movimento que veio da luta dos moradores da Zona Oeste.

A equipe de Baldez participou ativamente de diversas ocupações de terra no Rio de Janeiro, na década de 1980. A Procuradoria oferecia retaguarda não só jurídica, com vistas à desapropriação das áreas ocupadas, mas também por intermédio da mobilização do aparato policial, como nos conta Baldez:

Nós.... eu ligava para ele [Coronel da Polícia Militar]. Eu tinha um telefone vermelho. Um poder incrível... Pegava o telefone vermelho, ligava para o Coronel, dizia: “Coronel, eu preciso... eu vou fazer uma ocupação de terra. Eu vou fazer...” Veja como era diferente. Hoje, chama a polícia para tirar o povo da terra, não é? Deixava registro: “Olha Coronel, a gente vai ocupar a terra. Eu... Tem lá 200 famílias, eu preciso do apoio da polícia”. Ele dizia: “Pois não. Pois não. Qual é a hora? Qual é o momento?” Eu dizia para ele. E eu chegava lá... Às vezes, encontrava... em Campo Grande, o

quadro da polícia, o capitão dizia: “Não, eu não vou lá, Miguel”. “O Coronel disse para você ir, eu vou para lá”. “Então, o que acontecer, vai correr por tua conta”. Saía, ia para lá, e ele vinha atrás de mim. E eu vejo, nunca fiquei sozinho, não é? Mas foi um momento, assim, muito rico, não é? Começou o Movimento Sem Terra, começa a se interessar pelo Rio de Janeiro nesse processo de expansão. Quando o Movimento Sem Terra chegou aqui, eu já estava, já tinha essa relação com o movimento.

Baldez nos contou que o trabalho da Procuradoria era articulado com a CPT, que organizava as ocupações e, como vimos, oferecia apoio jurídico por meio de seus advogados. Ainda segundo ele, a atuação deste órgão nas ocupações de terra não era uma iniciativa de Brizola, que só ficaria sabendo dos atos depois de ocorridos, embora oferecesse todo o seu respaldo político. Tão logo fosse acionado por sua Procuradoria, que preparava as ações de desapropriação imediatamente após as ocupações, Brizola assinava os decretos e empenhava-se no sentido de evitar o despejo das famílias acampadas. Baldez nos revelou ainda que, em alguns casos, foram utilizadas artimanhas jurídicas para se evitar os despejos. Na Fazenda São Bernardino, por exemplo, ele conseguiu retardar a publicação de uma ação de reintegração de posse emitida por um juiz, no Diário Oficial, o que evitou o despejo das famílias do local e a desapropriação da área.

5. A primeira geração

Segundo Fernando Moura, o apoio da CPT à mobilização para a ocupação de Campo Alegre teria ficado a cargo da diocese de Nova Iguaçu, com a qual alguns membros mais ligados à coordenação estadual teriam divergências:

Fernando Moura: Porque havia a pastoral da terra de Nova Iguaçu e ela tinha à sua frente o...

Marcelo: Dom Adriano Hipólito.

Fernando Moura: Não, havia efetivamente uma presença do bispo que apoiava um grupo... um grupo da igreja que era ligado aos direitos humanos, né? Mas, sobretudo, se engaja ali uma figura que foi uma liderança do movimento anterior a 64... se engaja na CPT, que é o Bráulio.

Marcelo: O Bráulio?

Fernando Moura: O Bráulio. Então, nós tínhamos ali umas diferenças com a CPT Nova Iguaçu, com o próprio Bráulio, mas todos nos reuníamos na CPT do estado do Rio de Janeiro.

Marcelo: E quando você diz “nós”, a quem você se refere?

Fernando Moura: Era o núcleo que compunha a Comissão Pastoral da Terra do estado do Rio de Janeiro.

Pensando nas divergências a que Fernando Moura faz referência, não é de se estranhar que ele só tenha iniciado sua participação em Campo Alegre no dia da ocupação propriamente dita. Embora ele não ressalte, em sua fala, o trabalho de Dom Adriano Hipólito, sabe-se que o bispo ofereceu abrigo a uma série de movimentos sociais originados na Baixada, neste período, e que também estariam ligados às ações de ocupação de terras, dentre os quais o Mab (Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu). Em entrevista realizada com a ex-deputada estadual Lúcia Souto, ela afirmou que alguns membros do Mab (incluindo ela própria) teriam participado das ocupações de Nova Aurora (comentada adiante) e de Campo Alegre, ali permanecendo por alguns dias e de movimentos contra os despejos promovidos pelo BNH, os quais também contaram com a participação de Bráulio Rodrigues. Fica evidente, portanto, que as ações de ocupação de terra na Baixada, no início dos anos 1980, inserem-se em um conjunto mais amplo de movimentos sociais que reivindicavam direitos diversos, tais como saneamento básico, educação, moradia e saúde (ponto de partida para as outras reivindicações e para o próprio surgimento do Mab).⁹

Para além do apoio da CPT e de outros movimentos sociais da Baixada, foi igualmente fundamental o trabalho do Núcleo Agrícola Fluminense, por meio do qual o movimento de ocupações teria sido efetivamente retomado. O referido núcleo foi montado no final da década de 1970, em Duque de Caxias, por líderes camponeses que haviam participado das disputas agrárias no período pré-64. Dentre estes líderes destacavam-se Francisco Silva e Joaquim Antônio, este último ligado ao PC do B e que, segundo Fernando Moura, estaria à frente dessa organização. Ainda segundo Fernando, o Núcleo Agrícola Fluminense, nos anos de 81, 82 e 83, teria realizado uma série de movimentos na região que se estende de Capivari até a Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias. Sete ou oito áreas contíguas teriam sido ocupadas nessa micro-região, os mesmos locais que constituíram objeto de disputas no período pré-64. A CPT, embora não tivesse participado da organização de tais ocupações, apoiou as reações aos despejos destes grupos.

Em Magé, neste mesmo período, também houve ocupações e reações aos despejos. Fernando Moura descreveu o caso da Fazenda Santa Rosa, no qual teria participado pela primeira vez de uma reação a um despejo. As ações em Magé contaram com o apoio de Manoel Ferreira da Silva, líder do período pré-64. Mere-

cem também destaque, nessa época, os confrontos em Cachoeiras de Macacu e em São José da Boa Morte, que também vinham sendo objeto de disputas desde o período pré-64.

Nossos entrevistados foram unânimes em afirmar que, no início da década de 1980, Laerte Bastos ocupou papel de destaque pela liderança exercida na mobilização para as ocupações de terra. Laerte, que fugira para Minas Gerais nos dias que sucederam o Golpe Militar, retornou para a Baixada Fluminense, onde ficou escondido por alguns anos até ser preso. Durante o tempo em que ali esteve escondido, trabalhou como alfaiate para sustentar a família de cinco filhos. Na prisão, foi torturado e ameaçado de morte por mais de uma vez. Sua mulher também foi presa, com um de seus filhos ainda bebê, e sua casa depredada. Durante a entrevista que nos foi concedida, Laerte não citou o Núcleo Agrícola Fluminense, embora tenha situado a retomada das ocupações em Duque de Caxias no final da década de 70. Ele nos contou que a iniciativa de reiniciar as ocupações naquela região teria sido dele, a partir de um encontro realizado com Joaquim Antônio (“Joaquim Capixaba”) que, na ocasião, estaria trabalhando como caseiro em Duque de Caxias. Indignado com o emprego do amigo, Laerte lhe teria proposto que procurassem uma propriedade e organizassem um grupo para ocupá-la.

Como vimos, esta versão difere daquela apresentada por Fernando Moura, o qual afirmou que as primeiras ocupações da década de 1980 teriam ocorrido a partir de uma rearticulação de alguns líderes da Baixada, que teriam fundado o Núcleo Agrícola Fluminense, inspirados nas antigas Associações de Lavradores Fluminenses. Nessa organização, teriam papéis proeminentes Francisco Silva e Joaquim Antônio; segundo Fernando Moura, Laerte ocuparia um papel secundário nesse primeiro momento.

Em maio de 1986, em meio a pressões das instituições de representação dos trabalhadores rurais, Brizola criou a Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF). Para assumir esta Secretaria, trouxe do Rio Grande do Sul, Paulo Schmidt, que havia sido diretor do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), órgão responsável pela execução da reforma agrária naquele estado, no período em que foi Governador. Paulo Schmidt foi também diretor da SUPRA, em 1963 e, nesse período, esteve no acampamento do Imbé, em Campos, para administrar a disputa pela área.

Ao lado da procuradoria, Paulo Schmidt atuou na contenção dos despejos e na agilização dos processos de desapropriação, ao longo de 1986. O *Jornal do Brasil*,

por exemplo, publicou a seguinte manchete, em 24 de outubro de 1986: “Brizola impede despejo de posseiros em Itaguaí”. A matéria começa da seguinte forma:

A intervenção do governador Leonel Brizola, através de seu secretário de Assuntos Fundiários, Paulo Alberto Schmidt, e uma manifestação de estudantes da UFRRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) impediram temporariamente que a polícia federal despejasse cerca de 300 famílias de um terreno da escola em Itaguaí.⁹

Em 30 de outubro de 1986, Paulo Schmidt enviou um ofício ao Bispo Diocesano de Itaguaí e Presidente da CPT/RJ, Dom Vital. Neste ofício, lamentou a violência da Polícia Federal durante o despejo dos acampados na UFRRJ, ocorrido entre os dias 24 e 29 de outubro de 1988, afirmando que a Polícia Militar estava instruída para agir de forma comedida, limitando-se ao mandamento legal de assegurar a integridade física dos oficiais de justiça. Desculpou-se pela falta de recursos do governo do estado para atender algumas das reivindicações dos acampados e reclamou dos “ataques” e acusações do assessor da CPT, Fernando Moura, a este governo, reafirmando sua disposição em discutir de forma democrática e plural os problemas encaminhados. Por último, solidarizou-se com os movimentos dos trabalhadores rurais (*“dentro de nossas limitações, nos colocamos decididamente à favor da luta dos sem-terra”*) e informou que o governador já decretara duas desapropriações em áreas da diocese de Itaguaí e que já estava em andamento um processo de discriminação de terras públicas no estado.

A troca de comunicações entre Dom Vital e Paulo Schmidt evidencia a cooperação existente entre o Governo do estado do Rio de Janeiro e a CPT, principal organização de representação dos participantes das ações de ocupação de terra no período. Embora tal cooperação também fosse marcada por certa tensão, como mostram as reclamações de Paulo Schmidt sobre o modo de atuar de Fernando Moura, fica claro que o governo do estado, na medida de suas possibilidades, fornecia apoio às ações.

Ao nos falar sobre o período em que esteve à frente da SEAF, Paulo Schmidt enfatizou as disputas por áreas urbanas. Segundo ele, havia na ocasião 65 mil pessoas envolvidas em conflitos dessa natureza no Rio de Janeiro. Mesmo ciente de que não poderia solucionar a totalidade desses conflitos, utilizou-se de estratégias como a aproximação com as lideranças das Associações de Moradores das favelas, a regularização de áreas urbanas e a desapropriação de áreas rurais. Segundo matéria da *Tribuna da Imprensa* de 2 de dezembro de 1986, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) havia catalogado mais de 100 áreas de tensão em 38

municípios fluminenses. O Rio de Janeiro seria o estado onde se teria verificado o maior êxodo rural do país, com apenas 6% de sua população vivendo no campo. Segundo Paulo Schmidt, informações do INCRA colhidas por satélites mostravam que 50% das áreas agricultáveis estariam abandonadas, sendo que na maior parte das áreas utilizadas haveria pecuária extensiva, de baixa produtividade. Para ele, ao lado das ações de regularização das áreas urbanas, seria necessário reverter tal fluxo migratório com o assentamento de parte da população que vivia na periferia da cidade em áreas rurais. Sua meta era elevar a população das áreas rurais para 15% da população total.

Diante deste cenário, uma das principais medidas tomadas por Paulo Schmidt foi a instituição de um plano de discriminação de terras públicas, cujo objetivo era assentar 20 mil famílias nos mais de 300 mil hectares de terras previstas nesta categoria. O decreto que instituiu o plano foi assinado por Brizola no final de outubro de 1986, alguns dias antes da eleição para o governo estadual. Esta ação foi amplamente coberta pela imprensa. A *Tribuna da Imprensa*, em 23 de dezembro de 1986, publicou a seguinte manchete: “Estado inicia demarcação de terras”. Segundo dados do Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro do dia 19 de agosto de 1985, até aquela data, o Governo Brizola teria beneficiado quase 20 mil pessoas com ações de desapropriação. Na área rural, teriam sido assentadas 1.406 famílias e 2.393 em áreas urbanas.

Embora as contradições entre as versões apresentadas não nos permitam concluir qual foi exatamente a influência de Brizola na mobilização para a ocupação de Campo Alegre e nos demais movimentos subseqüentes, é certo que seu apoio foi decisivo para a propagação destes movimentos. Assim como já havia feito no Rio Grande do Sul, quando esteve à frente do governo no período pré-64, no Rio de Janeiro, por meio da Procuradoria do Estado e da SEAF, Brizola mobilizou o aparato policial para proteger os ocupantes de terras, enviou alimentos para os acampamentos e tomou providências jurídicas para a desapropriação das áreas ocupadas na Baixada Fluminense. Portanto, ainda que não fosse diretamente responsável pelas ocupações, ao fornecer os meios necessários para a permanência dos grupos de acampados nas áreas ocupadas, ele criou condições para a retomada dos movimentos ou, em outras palavras, deu novo impulso aos mesmos.

Outro acontecimento relacionado à ocupação de Campo Alegre foi uma ocupação urbana na localidade de Nova Aurora, em Belford Roxo, ocorrida em 1979. Quando Generosa fez menção a um grupo de favelados de Heliópolis que teria sido

a base para a ocupação de Campo Alegre, ela fazia referência aos remanescentes da ocupação de Nova Aurora, àqueles que não puderam ser assentados ou que preferiram partir para uma nova ocupação. Em seu depoimento, além de citar Laerte, ela menciona também o “braço da Igreja” no trabalho de mobilização para a ocupação urbana. De fato, conforme confirmou Padre Geraldo, houve o apoio do padre da paróquia local, Padre Mateus, a esta mobilização. Outro que participou ativamente das ações em Nova Aurora foi Manoelão - participante das trincheiras da Fazenda São Lourenço, ocorridas em 1961, e companheiro de Laerte nas disputas por terra do período pré-64 em Duque de Caxias. Manoelão nos contou que, procurado por Laerte, teria sido ele próprio a identificar a área de Nova Aurora como própria para ocupação (por estar abandonada e pertencer a uma empresa endividada com a Prefeitura) e ceder sua residência para a realização das primeiras reuniões, as quais posteriormente viriam a serem realizadas na igreja administrada por Padre Mateus. Laerte contou que o processo de ocupação foi extenso, envolvendo milhares de famílias.

Além das ocupações em Magé, Duque de Caxias e Belford Roxo (esta última, urbana), ainda outras duas teriam ocorrido antes de Campo Alegre. Uma delas, a de Parque Estoril, em 1981, em Nova Iguaçu. Não temos muitas informações sobre esta ocupação. Sabe-se apenas que a área, pertencente ao governo federal, estava abandonada e que ali havia funcionado uma escola técnica de agricultura. Segundo Laerte, a área era pequena demais para abrigar as famílias. Não houve a montagem de um acampamento com barracas, as famílias permaneceram nas dependências da escola até 1986, quando o INCRA desapropriou duas áreas em Nova Iguaçu para o assentamento das famílias. A outra ocupação teria ocorrido na área de uma fábrica, em Magé. Algumas das famílias que participaram dessa ocupação em Magé foram assentadas no município de Italva. Segundo Fernando Moura, o assentamento dessas famílias em Italva teria sido a primeira sinalização que o governo Brizola apoiaria as ocupações de terra.

Acreditamos ter reunido elementos suficientes para explicar a afirmativa que introduz esta seção, qual seja, a de que a ocupação de Campo Alegre foi resultado dos esforços da CPT diocesana, do Núcleo Agrícola Fluminense, de Laerte Bastos, de Nova Aurora e dos remanescentes da ocupação de Parque Estoril. Poderíamos incluir nesta lista o apoio do Governo Brizola, embora não saibamos com clareza qual teria sido, de fato, sua participação na ocupação de Campo Alegre. Sabemos tão somente que o governador ofereceu apoio aos acampados após a ocupação, enviando gêneros alimentícios e proteção policial. Todos os episódios destacados

por Miguel Baldes em sua entrevista ocorreram após Campo Alegre, não sendo esta última mencionada de forma espontânea, um indicativo de que a ação da procuradoria teria ocorrido a partir das ocupações subseqüentes. De fato, a ocupação e a desapropriação de Campo Alegre desencadearam uma seqüência de ocupações na Baixada Fluminense.

É preciso ressaltar que as ocupações da década de 1980, com raras exceções – como a ocupação de Campo Alegre, por exemplo – ocorreram nos mesmos locais e com a participação dos mesmos líderes do período pré-64. Como acabamos de ver, por ocasião da abertura democrática, os líderes do período pré-64 – seja inserindo-se ou formando organizações, como Bráulio (CPT diocesana), Joaquim Antônio e Francisco Silva (Núcleo Agrícola Fluminense), ou de modo mais personalista, como Laerte Bastos – tiveram participação decisiva nas mobilizações para ocupações de terra, voltando a ocupar as mesmas áreas das quais haviam sido expulsos no período da ditadura. Nesse sentido, poderíamos qualificar tais movimentos como uma retomada, um reinício. Entretanto, ao mesmo tempo em que as ocupações de terra da década de 1980 são fruto do aprendizado acumulado durante trinta anos – o que confere certa continuidade a um processo social anteriormente iniciado – ocorrem em contextos distintos e, portanto, a partir de novas configurações sociais (Elias, 2006:25-27).

Na década de 1980, como vimos, surge uma nova geração de líderes nos movimentos de ocupações de terras. Esta “segunda geração” é formada tanto pelos filhos da primeira – como nos casos de Generosa e outros, cujos pais participaram dos conflitos agrários da década de 1960 – como por indivíduos influenciados pelas idéias da teologia da libertação, divulgadas nos meios católicos pelas CEB’s, Pastoris da Juventude e pela CPT – como nos casos de Fernando Moura, Sonia, Padre Geraldo e da própria Generosa – ou ainda por indivíduos inseridos nos aparelhos do Estado, como no caso de Miguel Baldes.

Por outro lado, os líderes do período pré-64 atuantes nos movimentos posteriores ocupavam posições relativamente distintas daquelas do primeiro período, encontrando-se em outras etapas de suas respectivas trajetórias políticas, tendo, portanto, motivações outras que aquelas observadas no período anterior. Para alguns deles, a rearticulação das organizações de representação dos trabalhadores rurais significava a possibilidade de reinserção no cenário político e social. O investimento individual na retomada das mobilizações dependeu de suas respectivas situações sociais naquele momento e dos sentidos atribuídos às experiências progressas.

Sendo assim, embora possamos falar em uma retomada, ela ocorre sem dúvida sob outras bases sociais. As configurações sociais da luta por terra, que não chegaram a desaparecer de todo no período da ditadura militar, mesmo com toda a perseguição política, não são mais as mesmas. Está em cena a segunda geração e a primeira – que contribuiu para a formação dessa segunda e continua em ação, renovada pela abertura democrática –, aparece em posição distinta ao período anterior nas disputas pela representação política dos trabalhadores rurais.

6. Considerações Finais

A partir da ocupação de Campo Alegre, surge na região uma representação estadual daquele que viria a ser o principal movimento nacional de representação dos trabalhadores que lutam por terras no país, o MST. A partir da segunda metade da década de 1990, com a chegada de militantes oriundos da região Sul, o Movimento consolidou-se no Rio de Janeiro, imprimindo novas dinâmicas de mobilização e de organização social e direcionando suas ações para o norte do estado. Até meados da década de 1990, as disputas agrárias no Rio de Janeiro estiveram concentradas na Baixada Fluminense, embora outros conflitos também se verificassem nas demais regiões do estado. A partir do final dos anos 1990, com o deslocamento das ações de ocupação para o norte fluminense, em um contexto de falência das usinas de cana-de-açúcar, o público-alvo dos movimentos sociais passará a ser os trabalhadores temporários desta indústria, instalados nas favelas ao redor de Campos.

Do ponto de vista da relação entre os movimentos sociais e o Estado, foram observadas grandes descontinuidades nesses últimos 60 anos, com relação ao modo de se perceber e de se encaminhar as demandas dos movimentos de luta por terra. Se no início da década de 1950, durante o Governo Amaral Peixoto (PSD), houve grande perseguição aos líderes de trabalhadores nos meios rurais, a segunda parte do Governo Miguel Couto (PSD) representou uma transição em direção a políticas mais favoráveis aos movimentos agrários. Neste governo, foi executada a primeira desapropriação de terras por pressão de movimentos que reagiram a tentativas de despejo (Fazendas Limeira e Santo Antonio do Mato, em Pedra Lisa/ Nova Iguaçu). O petebista Roberto Silveira elaborou, em 1959, uma das únicas iniciativas conhecidas de política agrária no estado do Rio de Janeiro, o Plano de Ação Agrária, que previa a concessão das áreas em litígio aos posseiros. Por pressão contrária dos udenistas que compunham seu governo e de sua bancada de apoio na Assembléia Legislativa, o governador decidiu executar um plano mais modesto que enfatizava

desapropriações em terras devolutas. Vimos como, de fato, diversas desapropriações foram levadas a cabo por este governo, sendo incentivada a criação de uma segunda federação que agisse sob sua órbita política. Em 1963, Badger Silveira (PTB), irmão de Roberto Silveira, entrou em colisão com a FALERJ, sendo fortemente criticado pelo caráter conservador de sua política agrária. Neste período, o governo federal, por meio da SUPRA, realizou algumas desapropriações no estado (Grynszpan, 1987:230-252). Após o longo período de vigência da ditadura militar, durante o qual se observou a reversão das desapropriações efetuadas no início da década de 1960, o governo Brizola, a partir de 1982, voltou a oferecer apoio aos movimentos de ocupação de terra. O governo seguinte, de Moreira Franco, entretanto, não ofereceu o mesmo apoio a estes movimentos. Ainda assim, nesse período, foram regularizadas várias áreas ocupadas durante o governo anterior.

Portanto, de acordo com a configuração política de cada momento – relação entre governo municipal, estadual, federal e sua respectiva assembléia legislativa – resultados bastante diferenciados foram obtidos. De qualquer modo, seja qual fosse a orientação governamental, o fato é que a grande maioria das desapropriações no Rio de Janeiro, assim como em outros estados do Brasil, só foi feita mediante as ações de ocupação reivindicatória, o que explica a consolidação – e ao mesmo tempo evidencia a eficácia – da “forma acampamento”. No estado do Rio de Janeiro, os primeiros elementos desta nova linguagem manifestaram-se nas trincheiras de São Lourenço, em 1961. Foi somente quando os posseiros colocaram suas próprias vidas em jogo, em confronto físico com policiais, que o Estado passou a reconhecer suas demandas. A partir daí, observou-se o desenvolvimento desta linguagem por parte dos movimentos rurais, em conjunto com o poder de estado que, por meio de seus diversos governantes, funcionários e composições políticas, contribuiu de modo diferenciado ao longo do tempo. Como vimos, desde a década de 1980, com a consolidação desta forma de reivindicar terras, pode-se dizer que movimentos sociais e Estado tornam-se antes colaboradores do que partes em oposição.

A desmobilização forçada durante o período da ditadura parece ter sugerido para alguns pesquisadores a existência de um “abismo” entre os movimentos sociais das décadas de 1950-60 e aqueles da década de 1980. Diversos autores, dentre os quais Scherer-Warren, Teles e de la Cruz (1987), reunidos no livro *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*, organizado por Scherer-Warren e Kriskche, qualificam como “novos”, os movimentos sociais surgidos a partir da abertura democrática. Seu caráter inovador adviria principalmente da autono-

mia em relação ao Estado e aos partidos e da participação das bases nas decisões internas. No entanto, no que tange aos movimentos agrários ocorridos no Rio de Janeiro, nossa pesquisa demonstra que houve muito mais continuidades do que descontinuidades entre os dois períodos.

Conforme vimos, as relações entre Estado e movimentos sociais foram intensas ao longo de toda a década de 1980, especialmente no período que Brizola esteve à frente do Governo do estado do Rio de Janeiro. Em termos da organização social, não há nenhuma evidência de maior participação das bases nos processos de decisão interna durante os anos 1980. Pensando em termos de seus componentes e dos locais em que atuaram, nada tampouco nos permitiria qualificar tais movimentos como “novos”, já que as organizações surgidas na referida década foram criadas pelos antigos militantes, nos mesmos lugares, configurando muito mais uma retomada do que propriamente uma novidade. Uma afirmativa plausível seria a de que as configurações sociais nas quais estes personagens estavam inseridos, estas sim, modificaram-se ao longo do tempo. Os militantes da década de 1960 vivenciavam, agora, outras etapas de suas vidas. Muito mais experientes, buscavam recuperar em outra conjuntura, o espaço perdido durante a ditadura militar.

Além disso, nos anos 1980, novas lideranças foram formadas por aqueles que atuaram no período pré-64. Não obstante, elas configuraram um número insuficiente para organizar os grupos dispostos a participar dos movimentos de ocupação e, ao mesmo tempo, administrar os assentamentos resultantes das primeiras ocupações da década. Sendo assim, para assegurar que a principal organização de trabalhadores do campo continuasse operando no estado, foi necessária a vinda de militantes do sul do país, na segunda metade da década de 1990. Somente a partir da chegada desses militantes, o MST pôde finalmente consolidar-se no estado.

Sendo assim, nos questionamos se o caráter “inovador” conferido aos movimentos sociais deste período não corresponderia antes à projeção de um desejo dos pesquisadores sobre aquela realidade social. Passadas quase duas décadas, em melhores condições para um olhar mais distanciado, podemos afirmar a existência de outras novas configurações em movimentos que, contudo, não podem ser chamados de “novos”. Em última instância, podemos dizer que os movimentos de luta pela terra constituem processos sociais, “referem-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração – ou seja, em geral não aquém de três gerações – de figuras formadas por seres humanos” (Elias, 2006:27-28), por mais que em alguns períodos retrocessos possam ser verificados, como o ocorrido durante a ditadura militar.

Tudo isso nos leva à conclusão de que, no Rio de Janeiro, a “forma acampamento” somente pode ser compreendida a partir da adoção de uma perspectiva pro-

cessual e, portanto, histórica, para as relações entre o Estado e os movimentos sociais. As perspectivas sistêmicas, que têm como categorias de análise os “agentes internos e externos”, “novos e velhos”, nos parecem frágeis para explicar as condições de naturezas diversas, integrantes das dinâmicas sociais. Nesta perspectiva processual, embora sejam observados retrocessos de acordo com determinadas configurações, percebe-se uma direção, que é a da legitimação por parte do Estado das ocupações realizadas para a reivindicação de terras. Um primeiro olhar para as ocupações ocorridas na década de 1980 pode ter sugerido uma “nova” forma de agir dos “novos movimentos sociais”. Contudo, examinando a questão com mais distanciamento, percebe-se que tal configuração já estava sendo gestada há tempos e que alguns de seus criadores ainda estavam por ali, para regar as sementes plantadas nas trincheiras de duas décadas atrás.

7. NOTAS

1. Estaremos aqui designando como ocupação reivindicatória aquela por meio da qual um grupo de famílias ocupa uma área e ali monta acampamento com o objetivo de reivindicar a sua desapropriação junto ao Estado.
2. Este trabalho constitui parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla sobre a sócio-gênese das ocupações de terra no Brasil, coordenado pela Prof^a Lygia Sigaud.
3. A ocupação de Campo Alegre foi reconstituída por meio de entrevistas com acampados, com pessoas que a organizaram e com outras que, embora não tenham participado da organização do ato em si, auxiliaram nas atividades do acampamento desde os seus primeiros dias. Após a desapropriação, o Governo do Estado enviou tratores e outros utensílios para a produção, além de disponibilizar recursos a fundo perdido para a formação de cooperativas e o desenvolvimento de projetos específicos, como a criação de cabras, por exemplo. Devido ao grande número de pessoas que alegam deter partes da propriedade, o assentamento de Campo Alegre nunca foi efetivamente regularizado. Embora as famílias assentadas não sofram ameaças de despejo, nunca tiveram o título de posse e o acesso aos benefícios regulares oferecidos pelo governo federal aos assentados em projetos de reforma agrária.
4. “Mutirão” foi a categoria utilizada para designar os acampamentos formados a partir de ocupações reivindicatórias ao longo da década de 1980, no estado do Rio de Janeiro.
5. Manoel da Conceição fundou sindicatos em diversos municípios do estado do Maranhão, na década de 60. Por intermédio destes, reuniu pequenos proprietários de terra e posseiros em movimentos contra expulsões e outras violências realizadas por grandes proprietários (principalmente a destruição das plantações dos posseiros pelo gado pertencente a estes últimos). Conceição também empenhou-se para conseguir o pagamento de um preço justo para a produção dos pequenos produtores. Em julho de 1968, amputou uma

perna devido à gangrena, consequência de um tiro disparado por policiais durante uma reunião de sindicato. Em 1972, foi preso e assim permaneceu por três anos e quatro meses. Esteve por um mês internado num hospital para tratar os problemas decorrentes da tortura. Durante três anos e sete meses, foi refugiado político na Suíça, onde lançou o livro "Essa terra é nossa", no qual relata sua trajetória política. Depois da anistia, em 1979, voltou ao Brasil, participou da reorganização da Ação Popular, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) e criou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), em Recife (PE) e em Imperatriz (MA), onde vive atualmente (Ver Conceição, 1980).

6. Segundo Poletto (1985:129-136), em 1972, a partir da prisão de uma equipe pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia, um grupo de religiosos reunidos em Goiás Velho para avaliar o contexto político-religioso da época, percebeu que o trabalho pastoral só poderia continuar caso fossem inventados canais que garantissem a articulação entre as diversas experiências em todo o país. Após esta reunião, um grupo de pessoas percorreu o território nacional com o objetivo de sensibilizar os bispos sobre a necessidade de um posicionamento político a respeito do modo como a autoridade era exercida em nosso país. Como resultado desta jornada, foi realizado um encontro entre bispos e assessores e publicados textos que denunciavam a situação de pobreza e repressão no campo, inclusive aos povos indígenas. Em uma segunda reunião, ocorrida em 1974, em Salvador, foi reforçada a percepção da necessidade de articulação entre as atividades pastorais espalhadas pelo país. No ano seguinte, num encontro de pastoral na Amazônia, nascia a CPT. Poletto destaca que a estratégia inicial do órgão foi a de posicionar-se como um serviço de assistência e não de coordenação para, num segundo momento, em um contexto mais favorável, apoiar propostas mais "avançadas" para a reforma agrária. O autor destaca ainda que a fundação da CPT esteve marcada por grandes contradições, tanto entre a Igreja e o Estado, como no interior da própria Igreja, daí a relativa independência do órgão em relação à CNBB.
7. A Fazenda Piranema é contígua à Fazenda Capivari, onde Laerte Bastos e outros líderes organizaram um movimento de reação armada aos despejos, no início da década de 1960, conforme vimos na primeira parte deste texto. Segundo Grynszpan (1990:65), os conflitos agrários na Fazenda Piranema remontam à década anterior.
8. A entrevista realizada com Lúcia Souto, bem como outras que foram usadas como fonte para a elaboração deste parágrafo, encontram-se em Macedo et alli (2007), onde o leitor poderá encontrar mais informações sobre os movimentos sociais na Baixada Fluminense.
9. Estas famílias viriam a ser transferidas para a localidade de Chaperó, onde receberam amparo do governo estadual. Em 1989, foram assentadas em Conceição de Macabu, originando o assentamento São Domingos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCEIÇÃO, Manoel da. (1980). *Essa terra é nossa: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão*. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis, Vozes.

DE LA CRUZ, Rafael. (1987). "Os novos movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia". In: Ilse Sherer-Warren & Paulo J. Krischke (orgs.), *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense. pp.86-101.

ELIAS, Norbert. (2006). *Escritos e ensaios 1 – Estado, processo, opinião pública*. Frederico Neiburg & Leopoldo Waizbord (orgs.). Rio de Janeiro, Zahar.

GRYNSZPAN, Mário. (1987). Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação de mestrado, UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro.

_____. (1990). "Levantamento histórico dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro (1950 – 1990)". *Série Documentos – estudos e projetos sobre a estrutura fundiária*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos – Governo do Estado do Rio de Janeiro

MACEDO, Marcelo Ernandez. (2003). Zé Pureza - etnografia de um acampamento no norte fluminense. Tese de doutorado, PPCIS/UERJ, Rio de Janeiro.

_____, MAIA, Juliana Guaraná V. & Monteiro, Maria Gabriela (orgs.). (2007). *Sociedade em movimentos – trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, Imprinta Express.

SHERER-WARREN, Ilse. (1987). "O caráter dos novos movimentos sociais". In: _____. & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense. pp. 35-53.

_____. & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). (1987). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense.

SIGAUD, Lygia (1979). *Os clandestinos e os direitos – estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Livraria Duas Cidades.

_____. (2000). "A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana". *Novos Estudos CEBRAP*, 58:73-92.

TELLES, Vera da Silva. (1987). "Movimentos sociais: reflexões sobre a experiências anos 1970". In: Ilse Sherer Warren & Paulo J. Krischke (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense. pp. 54-85.

A “FORMA MOVIMENTO” COMO MODELO CONTEMPORÂNEO DE AÇÃO COLETIVA NO BRASIL¹

Marcelo Carvalho Rosa

Introdução

Neste artigo, procura-se analisar o processo pelo qual uma forma específica de conflito, enunciado nas formas de *movimento* e *ocupação*, foi se estabelecendo em diversas áreas do país como uma maneira legítima de relação entre agentes do Estado e grupos organizados que demandam sua atenção². Para isso, parte-se da exposição de quatro contextos ou casos cronologicamente dispostos ao longo dos últimos quinze anos, nos quais essas duas formas de ação social foram utilizadas.

- O primeiro caso é o da chegada (em 1989) do MST à região da Zona da Mata de Pernambuco, lugar marcado pela hegemônica representação dos trabalhadores rurais pela FETAPE;
- O segundo também na mesma região, mas já no início do ano 2000, recupera o processo pelo qual a CPT afirma-se como um *movimento* atuante nas ocupações de terras a partir de pressões do INCRA;
- O terceiro caso é de um *movimento* criado por um grupo dissidente do MST em Pernambuco, que tinha como bandeira inicial a não realização de *acampamentos* e ocupações de terra;
- O quarto e último narra a formação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD - no Rio de Janeiro, no ano de 2004. Embora se trate de um caso alheio ao contexto rural, temos neste último episódio a mobilização dos elementos simbólicos que constituem o que chamo de *forma movimento*, a partir das reflexões de Sigaud (2000) sobre acampamentos e ocupações.

A concatenação dessas experiências visa a lançar luz sobre as formas e as ações que têm sido utilizadas para se iniciar processos específicos de conflito com o Estado. O estudo comparado dessas gêneses, a um só tempo dissonantes e complementares, é fundamental para um debate sobre o momento e as formas necessárias ao reconhecimento desse tipo de ações sociais como conflitos.

Acampamento? Movimento? E o onde está o sindicato?

O MST aportou no estado de Pernambuco pela primeira vez em 1989, quando um grupo de dirigentes e militantes vindos de Sergipe, Paraíba e Alagoas, coordenados pela direção nacional, fundou a primeira secretaria do movimento no município de Palmares, na região da Mata sul. Naquela cidade, pessoas ligadas ao sindicato de trabalhadores rurais e à Igreja Católica deram abrigo aos membros do MST que começaram a contactar associações de bairro, sindicatos e políticos da região³.

Após vários meses do chamado “trabalho de base”⁴, encontraram no prefeito do município de Cabo de Santo Agostinho, na região metropolitana de Recife, apoio político e financeiro para realizarem sua primeira ocupação de terras no estado⁵. A área escolhida - um engenho, localizado na região litorânea daquele município - fora desapropriada pelo governo do estado para a construção de um grande complexo portuário.

Arrebanhando um grupo de cerca de 1.500 pessoas que viviam nas periferias das cidades da Zona da Mata, os militantes do MST ocuparam a área, conhecida atualmente como Complexo de Suape, no final de junho de 1989⁶.

O acontecimento chamou imediatamente a atenção em toda a região. No dia seguinte à ocupação, o caso foi posto em destaque nos principais jornais de Recife, que estampavam em suas capas fotos das barracas de lona preta e da bandeira do MST⁷. Assim que foi noticiada a contenda, a Comissão Pastoral da Terra, a FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco) e o governo do estado, ou seja, todos os tradicionais agentes envolvidos em conflitos de terra na região, enviaram representantes para a área.

O objetivo da ocupação era, além de marcar a presença do MST na região, exigir do governo do estado o assentamento daquelas famílias. A resposta do governo estadual, na época chefiado por Miguel Arraes, foi imediata: ele não aceitou negociar com um grupo de pessoas *de fora*, isto é, sem legitimidade para representar a população rural da região, fossem estes trabalhadores rurais, lavradores ou sem-terra.

Dois dias depois, o Chefe da Casa Civil do governo Arraes declarava publicamente: *“O Governo sempre resolveu estas questões via sindicato ou FETAPE e não com grupos isolados”* (*Diário de Pernambuco*, 23 de junho de 1989).

Outras declarações dos principais representantes do governo aos jornais da época indicam que o governo Arraes oferecia como única alternativa enquadrar os “invasores” em um programa para trabalhadores agrícolas em tempos de entressafra, de-

envolvido em conjunto com os sindicatos⁸. O programa, denominado Chapéu de Palha, empregava em frentes de trabalho grupos de trabalhadores rurais desempregados, indicados pelos sindicatos⁹.

A negativa do governo Arraes em negociar com um “grupo isolado” demonstrava a falta, naquela época, de formas locais de reconhecimento para a ação do MST. Concebida por um dos lados como uma demanda por desapropriação de terras, o evento do município do Cabo foi traduzido pelo governo e pela imprensa como um problema de emprego; interpretado dentro da forma cognitiva que marcara uma estreita relação histórica entre o governo e a FETAPE no estado de Pernambuco¹⁰.

Diante do impasse, os dirigentes do MST mantiveram a ocupação em Suape e montaram outro acampamento em frente ao Palácio do Governo em Recife com cerca de sessenta famílias. Mais uma vez, o *Diário de Pernambuco* publicou em sua capa as barracas dos sem-terra, agora no centro do Recife, estampando faixas nas quais se lia: “Cadê a reforma agrária Arraes?”¹¹. Depois do acampamento na cidade, o governo aceitou negociar uma outra alternativa, desde que o MST viesse acompanhado por um representante da Fetap¹².

Dez dias depois, sem solucionar a questão, o governo ordenou que a Polícia Militar despejasse as famílias acampadas em Suape. A violenta ação da tropa de choque, descrita por todos que estiveram presentes, assustou a maioria dos acampados, que abandonaram a área rumo às suas cidades de origem em ônibus cedidos pelo governo. Apenas o pequeno grupo de famílias que se encontrava acampado em Recife permaneceu organizado, formando um novo acampamento às margens de uma rodovia na mesma cidade.

Em um processo de negociação mediado pela FETAPE, o governo teria oferecido a cessão de uma área no município de Cabrobó, no sertão de Pernambuco, a mais de quatrocentos quilômetros do local do acampamento. Sem alternativa, cerca de cinco meses depois da ocupação de Suape, o grupo foi levado para aquela região reconhecida pela estigmatizante alcunha de “polígono da maconha”. Sem assistência, em pouco tempo todas as famílias abandonaram a área. Da mesma forma os dirigentes do MST voltaram para os estado de onde havia partido meses antes¹³.

A malfadada incursão do MST na zona canavieira de Pernambuco pode ser resumida na anedota contada por uma das organizadoras do acampamento de Suape: segundo ela, ao encontrar, certo dia, com os líderes do movimento no Palácio das Princesas, Arraes teria lhes dito: “cresçam e apareçam”. Com esse tipo de narrativa os dirigentes nos mostram que em julho de 1989 se organizar em um *movimento* e

montar um *acampamento* não eram condições suficientes para se ser aceito como interlocutor do Estado.

Ocupações de sindicato

A volta do MST à Zona da Mata se deu em 1992 quando um novo grupo de militantes foi acolhido no sindicato de trabalhadores rurais de Rio Formoso no extremo sul da região¹⁴. Mobilizando antigas bases deste importante sindicato, militantes do MST e dirigentes locais realizaram nos engenhos vizinhos àquela cidade uma série de ocupações entre 1992 e 1993¹⁵. Naquela época o principal interlocutor da ocupações passou a ser o INCRA e não mais o governo do estado.

A partir de 1993 o MST passou a realizar ocupações reconhecidas pelo INCRA sem a ajuda dos sindicatos, mesmo que o Instituto exigisse a presença de um representante da FETAPE em todas as negociações. Gradualmente as ocupações e acampamentos passaram a ser considerados legítimos, ainda que o *movimento* não plenamente. Apenas em 1995, quando a FETAPE começou a capitanear suas próprias ocupações de terra, o MST começou a ser recebido no INCRA sem a companhia de dirigentes sindicais. Realizando a profecia de Arraes, somente quando as ocupações e acampamentos cresceram é que o *movimento* passou a ser visto um oponente digno de ser aceito no universo local dos conflitos agrários.

Um dos principais índices do reconhecimento dos acampamentos como uma forma legítima de conflito foi o crescente número de desapropriações das terras intrusadas. Se entre 1979 e 1989 haviam sido desapropriadas pelo INCRA 19 propriedades rurais, entre 1992 e 2000 esse número chegou a 107 em todo o estado de Pernambuco¹⁶.

Neste mesmo período, a FETAPE, aderindo à inusitada forma acampamento (Sigaud, 2000), passou a realizar suas próprias ocupações, chegando a criar uma secretaria específica para tratar dos assuntos de “política agrária”. Seus acampamentos reproduziram fidedignamente o modelo do MST a ponto de confeccionarem uma bandeira para a federação que passou a ser hasteada em todos os seus futuros acampamentos.

O acampamento está ligado a qual movimento?

A intensificação das ocupações de terra e dos assentamentos no período posterior a 1995 foi uma espécie de efeito de demonstração para os trabalhadores da lavoura canavieira que passavam por dificuldades de toda ordem. Ao longo do tem-

po a idéia de montar um acampamento para se exigir a desapropriação de determinada terra começou a se configurar como uma possibilidade cada vez mais plausível diante do significativo número de assentamentos efetivamente implantado.

Ainda assim, em certas localidades, nem o MST nem a FETAPE foram capazes de organizar as pessoas interessadas em montar um acampamento. A FETAPE encontrava dificuldade em penetrar áreas controladas por sindicalistas avessos a idéia de se fazer ocupações. Já no caso do MST, se tratavam de lugares nos quais o movimento não havia angariado militantes ou que não eram consideradas prioritárias nas suas estratégias.

É importante observar ainda que, em certos casos, trabalhadores rurais e moradores de engenho vivendo os efeitos da crise da agroindústria canavieira recusavam as propostas feitas pelos militantes do MST e decidiam não se aliar às suas fileiras. Um desses casos ocorreu na área da usina Aliança no município de Condado na região norte da zona canavieira. Nos engenhos daquela usina os trabalhadores negaram-se a montar um acampamento e nele colocar a bandeira do MST, ao mesmo tempo em que discordavam do modo pelo qual os sindicalistas rurais da cidade lidavam com o problema da falta de pagamento de salários e indenizações trabalhistas¹⁷. Como me confidenciou um desses trabalhadores durante uma visita à sua casa em um dos engenhos abandonados pela usina no ano de 2002: os sindicalistas não estariam fazendo nada e o MST era muito “baderneiro”.

Além do MST e dos sindicatos havia na região um forte trabalho da Comissão Pastoral da Terra que tentava ajudar as centenas de trabalhadores dessa usina despejados sem qualquer indenização. O trabalho que se iniciou com distribuição de alimentos e roupas, culminou em pouco tempo na ocupação de um dos engenhos. Após a formação do acampamento os agentes da CPT procuraram aproximar os ocupantes dos militantes do MST e propuseram o hasteamento de uma bandeira do movimento no engenho. A sugestão foi veementemente rechaçada e aquele acampamento ficou sendo assistido por agentes e advogados da CPT - sem bandeira.

Agente da CPT: *No começo, nós juntávamos toda nossa pauta com o MST ou com a Federação. Dependendo da região, a gente fazia com o MST ou com a Federação. Fazia em parceria com os sindicatos, mas depois o sindicato nunca aparecia ou os trabalhadores brigavam com o outro pessoal e a gente acabou assumindo*¹⁸.

Este não foi o primeiro caso no qual a CPT ocupou um papel que tradicionalmente era ocupado pelo MST e pela FETAPE. Anteriormente, os agentes pastorais já haviam ajudado a organizar (nas suas palavras) e a assessorar juridicamente cerca

de cinco outros grupos que promoveram ocupações de terra na região norte da zona da mata.

Como vimos no caso de Suape e também como aponta Sigaud (2000), montar e manter o acampamento é apenas o primeiro passo para que este tipo de *conflito* se estruture. Outra etapa tão ou mais importante é garantir a legitimação do acampamento por meio do reconhecimento por parte do Estado. E foi justamente nesse processo de legitimação que a CPT enfrentou grandes adversidades:

Agente da CPT: O outro problema é que nós não somos um movimento, mas a gente age como um movimento, por conta disso. A gente organizava e dizia: o acampamento é dos trabalhadores, porque eles têm nossa assessoria, nossa formação, eles têm autonomia. Mas quando vinha pro INCRA e dizia acampamento tal, eles perguntam se era ligado a quem? Tem que ter uma organização que é a referência, que é a responsável. E acabou a CPT ficando na lista dos movimentos.

Como pude observar nas palavras da agente da CPT e durante um trabalho de campo que realizei na sede do INCRA em Recife, organizar os acampamentos, representá-los “diante da Justiça” e, principalmente, do Estado é uma tarefa que foi consagrada ao longo da década de noventa a um *movimento*. Fica claro, a partir dessa interpretação sobre o episódio da CPT, que um *acampamento* sem *movimento* não era considerado legítimo diante do INCRA – esta instância governamental que concomitantemente se constituía como a instituição responsável pelo reconhecimento dos *conflitos* agrários¹⁹.

Somados esses elementos nos sugerem que a constituição de um modelo do que seria a *forma organizada de conflito* não se deu apenas por vontade dos agentes do Estado, como nos esclarece a agente da CPT:

Agente da CPT: Se não foi em 1999, foi em 2000. Mas, por quê [se começou a pôr bandeira nos acampamentos]? Porque bandeira não é o símbolo da CPT. A gente sempre costuma dizer é uma coisa bastante polêmica, só aqui no Nordeste que a gente usa a bandeira. A gente costuma dizer que o nosso símbolo mais importante é a Bíblia. Nossa motivação é evangélica. Não foi a CPT que disse que ia criar uma bandeira. Foram os trabalhadores, eles queriam uma bandeira. Eles viam o MST e viam outros movimentos. A Contag tinha bandeira, o MST tinha, o MT tinha bandeira. Por quê a CPT não tinha bandeira? Era uma questão deles se identificarem. Porque nós não somos um movimento, nós não queríamos ter um símbolo oficial da CPT. Mas a gente procura estar junto com outros movimentos. Tinha marcha do MST que tinha bandeira e eles [os trabalhadores]: e nós? De princípio, a

nossa vontade era de que eles segurassem a bandeira do MST. Mas eles viam por conta da metodologia que então eles não se identificavam tanto e daí eles queriam um símbolo próprio. O símbolo da CPT sempre foi uma cruz, nos acampamentos ainda tem. Acampava e fincava uma cruz de madeira. Mas depois eles vieram nas caminhadas e tudo com a cruz, primeiro botaram um pano branco na cruz. Porque queriam uma bandeira e ficaram forçando. O símbolo é este o que já existe, a logomarca da CPT. Aí botaram o verde, por quê? Verde porque era mais a questão da natureza, da reforma agrária com respeito à natureza, verde da esperança de ter terra. Depois a bandeira foi importada para a Paraíba, onde os outros movimentos são fracos. Ainda não é uma coisa assumida nacionalmente.

Ao se envolverem no mundo das ocupações, dos acampamentos e da intensa socialização nas atividades relacionadas às reivindicações por desapropriação de terras, os próprios trabalhadores dos engenhos envolvidos com a CPT passaram a incorporar os elementos da *forma movimento*. Ao longo das marchas de “sem-terras” que acompanhei pela cidade de Recife entre 2001 e 2003 sempre se avistava, em meio às centenas de bandeiras, bonés e camisetas do MST, um pequeno grupos trajando as mesmas peças em cor verde, empunhando a bandeira da CPT.

O Movimento está ligado a qual acampamento?

Nem sempre a montagem de um acampamento por parte de um movimento é bem-sucedida. Assim se deu com várias ocupações realizadas pelo MST no município de Amaragi na parte central da zona da Mata.

Naquela cidade, esse movimento recrutou entre 1995 e 2000 diversos trabalhadores rurais para a ocupação de engenhos tidos como improdutivos. Ocupações que frustraram as expectativas de seus integrantes por duas razões primordiais:

- a) uma série de adversidades relacionadas com a impossibilidade jurídica de desapropriação das terras pretendidas;
- b) a impossibilidade do MST atender a todos os acampamentos com o mesmo empenho, tendo por fim que hierarquizá-los.

Em um desses acampamentos estive José Vicente em 1999.

“José Vicente: Foi antes de eu ir [para São Paulo]. Esse foi antes de eu ir. Aí a gente... teve um despejo pesado. Começamos a analisar a situação, um engenho pequeno, o número de morador grande, não é? Então, a gente ia trabalhar só para os moradores. Porque na matemática nossa, o engenho sendo desapropriado ia assentar só cinco sem-terra, o resto tinha que ser morador [bate na mesa]. Então, para o MST na época ia ser bom, mas para nós não”.

Frustrada essa incursão no mundo dos *movimentos*, já no ano de 2000, ele migrou para São Paulo, de onde voltou em menos de um ano. Sem emprego, na sua cidade Amaragi, foi procurado novamente por dirigentes do MST.

Como havia sido coordenador de turma no primeiro acampamento e, portanto, conhecia muitas das pessoas que participaram daquela mobilização, Vicente foi escolhido para ser o coordenador do MST na cidade²⁰. A sede do *movimento* passou a funcionar na casa de sua família que, além da infra-estrutura, cedeu para o trabalho de mobilização todos seus membros homens. José Vicente, seus pais e seus irmãos se tornaram a referência do MST na cidade, e organizaram um novo acampamento com os remanescentes de sua primeira e frustrada incursão.

A área que foi ocupada, indicada pela direção do MST, pertencia a uma usina da cidade de Vitória de Santo Antão. Porém, assim como da oportunidade anterior, o acampamento passou por diversas dificuldades, ao passo que a desapropriação se- guia impedida. A Justiça do Trabalho decidira destinar a área do acampamento ao pagamento das indenizações dos funcionários da usina – que funcionava em outra cidade – e aos demais credores da empresa. José Vicente, que nessa época coordena- vava as ações do movimento na cidade, teria recorrido a todas as instâncias possí- veis, desde o Sindicato dos Trabalhadores Rurais até os advogados que assessoram o MST, e ninguém conseguiu reverter a questão.

“José Vicente: É, 2001. Então ficamos dois anos lá, debaixo da lona. Isso não é uma coisa ruim? Ficamos dois anos lá, debaixo da lona. Quando acabou perdemos tudo.

Marcelo: Vocês foram despejados ou não?

José Vicente: Não, nós não chegamos à juíza mandar a polícia tirar o povo, porque quando a Justiça deu a causa ganha, que o sindicato não deu apoio e o MST esqueceu, então não ia esperar... para quê?”.

Mais uma vez, a possibilidade de obter uma parcela de terra foi frustrada. Porém, neste segundo evento, o grupo de acampados estava sob o comando de José Vicente, que ostentava a insígnia de coordenador local do MST. A inoperância do MST foi estendida à sua pessoa, que passou a ser responsabilizado pela frustrante aventura já que ele próprio convidara muitos dos acampados a se engajarem.

A alegada falta de empenho dos dirigentes regionais do MST em resolver o caso das famílias de Amaragi o forçou naquele período a desempenhar funções que normalmente não estão ao alcance de militantes em sua posição:

“José Vicente: A gente reuniu [o pessoal] todo o tempo aqui. E nunca vinha ninguém dar apoio a nada. Nunca nos encontramos no INCRA para resolver nada. Uma certidão do engenho, para tirar no cartório, era nós que desembolsávamos o dinheiro e pagávamos. Nunca recebemos um centavo.

Marcelo: Nada, nada?

José Vicente: É, nunca recebemos um centavo. Cestas básicas tinha que recorrer direto ao INCRA, porque se esperasse pelo movimento, para aqui não vinha.

Natan: É, o superintendente teve vez de mandar [as cestas] aqui no carro do INCRA.

José Vicente: Mandar no carro do INCRA, porque se esperasse pelo movimento mandar, não vinha.

Natan: Desviavam, ficavam com o caminhão.

Marcelo: Mas por que você acha que eles não davam atenção aqui?

José Vicente: Olha, eu acredito que isso depende muito de dirigente”.

“José Vicente: Por conta do MST ter grande nome, número, Norte a Sul do país [...] abandonou nós aqui, em termos de dar um apoio. Porque o movimento, ele funciona de tal forma: como se organiza um grupo de pessoas, solicita - como você tem acompanhado no INCRA - determinadas áreas, mas tem que ter a direção do movimento para que... [eles] é que têm o poder de chegar até o INCRA e dizer assim: - olha nós vamos dar prioridade a essa área por conta desse povo que está esperando. O município de Amaragi, por exemplo. E nós estamos solicitando essa área aqui, para um número de tantas famílias, porque só a direção do movimento tem o poder de [...] dar prioridade a cada município em determinadas áreas. Porque aqui em Amaragi a gente tem um pedido de vistoria de dez áreas, por exemplo.

Marcelo: Dez áreas agora, é?

José Vicente: Só um exemplo, dez áreas. Só que tem as áreas prioritárias. Aqueles que se encontram em situações mais graves em termos de dívidas do proprietário, mais coberto de mato aí, e a dívida é grande [...].

Marcelo: Sim.

José Vicente: No caso, na época que a gente era MST, como eu falei, nós não tínhamos o poder de chegar lá [no INCRA] e dizer: - a gente está dando prioridade a tal área. Porque vinha o dirigente, no caso da Mata sul aqui, o Edílson, dizia: - não, a gente precisa dar prioridade em Ribeirão, em tal área. E nós não tínhamos o poder daquilo.

Marcelo: Sim. Era ele que decidia.

José Vicente: Era ele que decidia. Ele como dirigente. A não ser ele, só o Jaime Amorim, que é o coordenador geral de Pernambuco, do MST. Então a gente sofreu, Marcelo, durante quatro anos e alguma coisa. Entramos para o quinto ano que era MST. Então, só nessa rotina, reunindo o povo e esperando, esperando. E promessa, e nada”.

Ao recorrer pessoalmente aos cartórios e ao próprio INCRA ele foi se distanciando, aos poucos, da direção do MST, e internalizando os procedimentos e códigos que regem os conflitos com o Estado na região. Aprendeu a dialogar com funcionários do INCRA e conheceu a lógica para a obtenção dos meios para a sustentação de um acampamento. Ao estender cada vez mais seus tentáculos na região, o MST foi levando os novos militantes a tomar contato com a forma tornada obrigatória na realização do processo de desapropriação na região. O revelar, mesmo que parcial, dessa lógica tem se mostrado como uma condição à sua própria expansão naquela área.

Sendo, assim lhes pareceu que o MST já não era mais eficaz para seus anseios:

“José Vicente: A gente se reúne aqui de 15 em 15 dias. Mesmo depois da reunião sentava aqui, eu, ele [Natan], um outro irmão meu, meu pai, que aqui é a casa dele. E a gente estudou que nessa maneira nós estávamos sendo roubados, não é? Esperar cinco anos, e hoje até o momento não se encontra com nada garantido! Até que tempo nós vamos levar para se assentar? Então, a gente vai esperar até que tempo para um dia ser assentado? Não. Aí a gente chegou à conclusão: vamos fundar um movimento? Vamos. Reunimos o pessoal aqui e conversamos com o pessoal nessa situação, que a gente vai ficar sem ter condições. Aí, no dia 5 de outubro de 2002, nós passamos a ser um grupo independente. Reunimos o pessoal e analisamos a situação e passamos a ser um grupo independente.

Marcelo: Aí vocês se desligaram do MST.

José Vicente: Do MST.

Marcelo: Comunicaram ao MST que estavam se desligando.

José Vicente: Não. A gente não tinha que comunicar ao MST.

Marcelo: Ah, sim.

José Vicente: Nós tínhamos que comunicar ao INCRA.

Marcelo: Por quê?

José Vicente: Comunicar ao INCRA. Então a gente ficou, a partir de outubro de 2002, independente. Não fazia parte de nenhum movimento, ficamos

[sendo] um grupo apoiado pelo INCRA. Inclusive está aqui um documento assinado pelo superintendente.

Marcelo: E como é que o INCRA apoiou? Ele apoiou vocês a constituir um movimento?

José Vicente: Não. Primeiro o superintendente, o Dr. Geraldo, a gente falou para ele que não queria fazer mais parte de um movimento do MST e se podia ficar um grupo independente. Até que analisasse a situação e visse uma forma de ou passar para outro movimento ou fundar um movimento, entende? Desde que nós continuássemos com as mesmas áreas que a gente tinha solicitado, não é?

Marcelo: Claro, mas por quê?

José Vicente: Por quê? Porque quando a gente pedia... na época do MST a gente fazia um ofício e dizia que o MST estava solicitando determinadas áreas. Então, a gente era quem pagava a documentação. E a partir dali nós é quem estávamos dando andamento no processo. Então ficamos, a partir dessa data, independentes. Aí foi ao conhecimento do INCRA dia 24/10/2002. Quer dizer, a gente entrou no dia 5, ficamos independentes no dia 5, no 10 o INCRA tomou conhecimento. E o superintendente assinou. Fizemos um abaixo assinado aqui, com todo mundo assinando com número de CPF, para ficar acobertado da coisa."

A forma pela qual José Vicente revela seu desligamento do MST enfatiza as pistas de que o INCRA seria, por excelência, o legitimador de um novo *movimento*; o que nos remete à importância que a resposta positiva do INCRA para certas demandas do MST teve para o reconhecimento do próprio Instituto. A formação de um grupo dissidente e, posteriormente, do Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terras (MTBST) nos ajuda também a compreender o conteúdo pedagógico que ações MST tiveram para os trabalhadores rurais da região:

José Vicente: Certo? Então nós temos que fundar um movimento para que nós tenhamos o direito que os outros movimentos têm e que nós tenhamos o poder que o MST tem, mesmo nós sendo um movimento pequeno, que começamos agora, mas a nível de movimento temos o mesmo, não é? E registrar nosso movimento porque nós ficamos com o apoio da Justiça, de todo mundo.

Uma pedagogia que contribuiu para que, em certas circunstâncias, as idéias de direito à terra e de direito à assistência do Estado fossem associadas à organização de um *movimento*. Associação que não era feita apenas pelas pessoas que tomaram contato com os movimentos, mas também pelos próprios funcionários do INCRA.

Órgão que somente passou a considerar formalmente as demandas de J. Vicente quanto ele fundou seu *movimento*.

Ao serem reconhecidos pelo INCRA, os líderes do MTBST que vinham de duas experiências mal-sucedidas de *acampamento* optaram por não repetir este expediente clássico do MST.

José Vicente: [...]. Nesse período a gente não fez ocupação. E até agora [a gente] não fez. Tinha feito ocupação quando estava no período no MST. Porque até eles exigiram de nós fazermos.

Marcelo: E o MST exigia isso?

José Vicente: Exigia de nós fazermos. A ocupação era importante na época em que as leis diziam que a terra ocupada, se vistoriar vai desapropriar.

“José Vicente: Então, essa é a história do nosso movimento. Não pretendemos fazer ocupação.”

Marcelo: Vocês querem fazer movimento sem ocupar?

José Vicente: Enquanto não houver uma mudança na lei. Se isso é que ia acontecer, nós não vamos. Se não houver mudança nós não vamos [bate na mesa] fazer ocupação. Porque para nós fazermos ocupação nós vamos bater de encontro com a lei. E lei tem que ser cumprida. Em momento algum nós, do MTBST, queremos trabalhar de encontro com a lei. Processo é pouca coisa. Mas a partir da hora que a gente vai trabalhar de encontro com a lei, a gente pode sofrer as conseqüências pior.

Marcelo: Claro.

José Vicente: Então, em momento algum, se não houver uma mudança na lei, nós não vamos ocupar área de ninguém”.

Considerando que, ao contrário do MST, o MTBST era um movimento registrado em cartório e que havia angariado apoio formal da superintendência do INCRA no estado, seus líderes dediram não ocupar as terras que reivindicavam²¹. Eles apenas entregaram ao INCRA uma lista com os nomes daqueles que estiveram acampados sob as lonas do MST na esperança de serem chamados quando a área fosse desapropriada.

Para o argumento desenvolvido no presente texto é importante ressaltar que realizar um acampamento - além de ser um processo longo e, no caso de José Vicente, traumático - poderia ser interpretado como uma aceitação passiva de um procedimento de conflito com o INCRA instituído preponderantemente a partir de suas negociações com o MST. Esta postura distinta e especial do MTBST de não promo-

ver ocupações de terra, visava instituir uma quebra no universo de regras que conforma os conflitos contemporâneos por terra. No entanto, passado algum tempo, a lista entregue ao INCRA se mostrou insuficiente não apenas para lhes garantir a terra como também para a continuidade das negociações com INCRA. Alguns meses depois de ter concluído meu trabalho de campo, acompanhei pelos jornais de Recife a notícia de que o movimento de José Vicente organizara sua primeira ocupação no Engenho Bom Jesus em julho de 2003. José Vicente com a sua decisão inicial de não realizar ocupações se afastava de um movimento inercial que os vincularia ao MST (do qual buscava se distanciar). Ao fazê-lo ele desvelava um aspecto fundamental, por vezes ocultado nesse texto, desta relação entre sem terras e Estado no Brasil: o diferencial de poder entre as partes garantido pelo monopólio da violência física. Ao sentar à mesa para discutir exclusivamente com movimentos que promovam ocupações, o Estado garante a persistência de uma relação assimétrica que paulatinamente torna evidente por meio de punições infligidas aos sem terra por suas práticas de “invasão” em todo o território nacional.

Uma linguagem em expansão

Essa linguagem – em que se explicita a ambivalência da ocupação como forma de conflito entre sem terra e Estado ora de forma velada, ora de forma explícita – parece ser tão forte e eficaz nas relações com o Estado que atualmente se expande para além dos próprios espaços agrários. No ano de 2004 um grupo de moradores de Belford Roxo, na região da baixada fluminense no Rio de Janeiro, invadiu um terreno do governo do estado na cidade²². Organizado por lideranças políticas locais que haviam participado de outras *invasões* nos anos oitenta, o grupo reproduziu no terreno a forma de organização adotada na região pelo menos desde os anos setenta (Boscho, 1987). Cada família cercou seu terreno e passou a aguardar pela regularização da área. Poucos dias depois a polícia militar chegou ao local e desmontou toda a *invasão*²³.

Meses depois, no feriado de Primeiro de Maio do mesmo ano, alguns dos líderes da primeira *invasão* foram a uma festa popular no centro do Rio de Janeiro. Naquele local encontraram, entre outras tantas, um *stand* do Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD. Esse movimento formado no Rio Grande do Sul no final dos anos 90, sob a tutela do MST, já contabiliza como conquista o que seus líderes denominam de assentamento *rururbano*.

Depois de uma breve conversa na festa do Primeiro de Maio, os líderes do MTD no Rio de Janeiro, escolhidos em curso promovido pelo MST, passaram a frequentar o bairro no qual os participantes da *invasão* frustrada residiam. Seguindo o mesmo sistema adotado pelo MST, depois de uma série de reuniões, os dirigentes marcaram a data da *ocupação* do terreno. No dia 22 de agosto de 2004, em plena madrugada, um grupo de cinquenta famílias organizado pelos líderes do MTD e por mais dois militantes do MST-RJ entrou no terreno e ali ergueram barracas de lona preta sob a bandeira do MTD.

Após três dias, a polícia militar enviada ao local para desocupar a área foi demovida da idéia, ao ser informada que se tratava de um *movimento* e que a ocupação estava sendo negociada com as autoridades do município. Segundo relatos das famílias acampadas, a reação da polícia ajudou-os a confirmar a idéia de que aquele era mesmo o modo correto de reivindicar. Desde então o acampamento se mantém no mesmo lugar; seus líderes passaram a ser recebidos pela prefeitura local e pelo governo do estado, que tem fornecido material para a reparação das barracas de lona que sofrem com os constantes ventos da região²⁴.

Sujeito do Conflito	Data	Local	Forma de enunciação do Conflito	Forma de representação	Conflito considerado legítimo
MST	1989	Zona da Mata PE	Ocupação	Movimento	Não
MST/STR	1992	Zona da Mata PE	Ocupação	Sindicato	Sim
CPT	2000	Zona da Mata PE	Ocupação	assessoria	Não
MTBST	2002	Zona da Mata PE	Lista de pretendentes	Movimento	Não
MTBST	2003	Zona da Mata	acampamento	movimento	Sim
MTD	2003	Baixada Fluminense	invasão	comissão	Não
MTD	2004	Baixada Fluminense	acampamento	movimento	Sim

O caráter coercitivo dos acampamentos e movimentos

Os casos acima trabalhados são peças fundamentais para compreendermos a conformação e a institucionalização de uma forma específica de conflito que ultrapassa os limites da zona canavieira de Pernambuco. Como demonstrei, em 1989 organizar-se na forma de um *movimento*, ocupar e montar um *acampamento* não foram elementos suficientes para enunciar e legitimar de imediato este tipo de conflito. Apesar de terem mobilizado símbolos cuja eficácia já havia sido comprovada em

outras regiões do país, tais ações não foram reconhecidas porque mobilizaram elementos que não pertenciam à linguagem corrente dos conflitos agrários naquela região. Ao destoarem da prática consolidada pela FETAPE nas décadas anteriores, os líderes da ocupação do Cabo foram veementemente ignorados pelos sujeitos do Estado²⁵.

Esse quadro somente começou a se alterar em 1992, quando os líderes do MST se associaram a importantes lideranças sindicais e políticas da região, acrescentando as ocupações e acampamentos ao cotidiano de determinados sindicatos. Assim que os STR passaram a dar apoio e a realizar ocupações conjuntamente, esta prática foi logo reconhecida pelos governos estadual e federal. Porém, somente em 1995 é que o *movimento* MST foi recebido sem a presença de um representante da FETAPE pelo INCRA. A partir de então os *acampamentos* e *movimentos* foram se transformando em pilares indissociáveis dos conflitos agrários, modificando até mesmo as estruturas do sindicalismo local.

A imbricação de tais elementos foi se tornando tão forte entre os sujeitos do Estado que, por volta do ano 2000, a própria Comissão Pastoral da Terra passou a se identificar como um *movimento* sob pena de não ter suas ocupações legitimadas pelo INCRA²⁶.

O caso de José Vicente e do MTBST demonstra a intensidade com que isso repercutiu sobre todos aqueles que tinham interesse em reivindicar terras ao Instituto. A experiência desse *movimento*, por sua vez, também reforça a idéia de que esta lógica supera inclusive as regras formais que foram impostas pelo Estado no momento da proibição das ocupações em todo o país. Regras suplantadas por força de uma incontrolável dinâmica social que foge completamente aos desejos de seus criadores que, ao cabo, mostraram não estarem aptos a reconhecer este tipo de contenda por outras vias que não fossem as ocupações e acampamentos.

Apesar de brevemente enunciado durante o texto, outro ponto a ser considerado é a capacidade de adaptação desta linguagem para outros contextos que não das disputas agrárias. Certamente aqui o papel do MST é importante não somente como matriz de um modelo, mas por seguir reinventando inúmeros aspectos dessa linguagem em outras frentes, ao expandir sua presença e sentido para além do seu objeto originário – isto é, a terra.

Tal expansão tem relação intrínseca como vimos com o Estado no que tange o tipo de atenção pública dado a esses conflitos nos últimos anos. Sugerimos com nosso argumento uma legitimação ambivalente do conflito que alça os demandantes

e beneficiários ao patamar de interlocução ao mesmo tempo em que se reconstitui o poder estatal de controle e emprego da força (seja burocrática ou física). O que de início (pensando no caso dos primeiros acampamentos do sul do país) era um conjunto de signos articulados de forma pouco refletida, na medida que incorporava elementos presentes nas diversas tradições de seus fundadores, tornou-se nos últimos anos uma espécie de modelo, cultivado nos mais distintos pontos de contato entre sujeitos do Estado e grupos organizados: uma espécie de *forma movimento* que sustenta os movimentos e reestrutura o Estado.

Por fim é preciso acrescentar que tais considerações analíticas permitem-nos suplantar as interpretações que restringem os conflitos protagonizados pelos movimentos sociais a razões e lógicas vinculadas aos objetos que estariam no centro da contenda. Se nos concentrarmos apenas na terra, por exemplo, chegaremos a explicações como as de Martins (2000) que justifica os conflitos agrários no Brasil como um resultado espontâneo de uma distribuição desigual de poder nessas áreas.

Ao apontarmos para a invenção de uma nova linguagem evidenciamos um inusitado elemento que passa a ocupar um espaço no mundo social outrora inexistente. Qualquer explicação sociológica que não comporte essa expansão de sentido possibilitada pelos encontros e embates contemporâneos entre movimentos e Estado, que se aferrolhe aos modelos de explanação “naturalistas”, tende inevitavelmente a ver os *movimentos* como algo que macula as qualidades selvagens de uma luta tradicional.

Evitando esse caminho conseguimos ainda angariar elementos de ordem compreensiva para nos opormos à proposição de Honnet (2004), para quem as lutas dos movimentos sociais são lutas por reconhecimento (de uma condição de desrespeito que está dada e que tende a ser por esse meio sanada). Por fim, podemos expandir nosso argumento e concluir que lutas como as esboçadas no presente texto apenas existem socialmente quando reconhecidas, isto é, quando tornadas linguagem, quando pronunciadas e quando refutadas. Ao contrário do que propõe Honneth e outros inspirados em Barrington Moore, as revoltas não emanariam de uma percepção de justiça que se instalaria na consciência dos camponeses como um deus ex-machina.. Nos conflitos por terra, assim como nos duelos descritos por Norbert Elias (1997), a burguesia, ao ascender, exhibe cicatrizes que não apenas não dizem o mesmo que aquelas que marcavam as faces aristocráticas, como reiventam o sentido dado às cicatrizes da nobreza.

Sem um processo de reconhecimento e de legitimação da *díade movimento/acampamento*, os conflitos vivenciados atualmente, na zona da mata e na baixada

fluminense, passariam despercebidos ao Estado e à própria sociologia, que continuariam ambos a dar atenção apenas aos conflitos legítimos que fazem parte de sua tradição e que continuam a existir.

- a) boa parte do sucesso das lutas contemporâneas por terra se deve a forma pela qual ela vem sendo conduzida;
- b) os *movimentos* contemporâneos não são meros mediadores das relações entre Estado e Sociedade Civil, porque em muitos casos seriam os responsáveis pela formação das idéias de Estado e da sociedade civil nas zonas rurais;
- c) os *movimentos* têm se transformando numa importante forma de inserção social e política para os moradores de regiões rurais do Brasil;

NOTAS

1. Este texto foi publicado em diferentes versões em Leonilde Medeiros, Bernardo M. Fernandez, Maria I. Paulilo. (ed). 2009. Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, vol 2: A diversidade das formas das lutas no campo, Sao Paulo: UNESP e em Grinberg, M., Fernandez Alvares, M. I., Rosa, Marcelo, C.. 2009. Estado y movimientos sociales : estudios etnográficos en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Antropofagia.
2. Corroboro aqui o ponto de vista de Borges (2004), de que sociologicamente o Estado só se faz presente na vida cotidiana das pessoas como governo e não como uma abstração presente nas teorias das ciências sociais. Abstrações que, na maioria dos casos, têm servido de esteio etnocêntrico para disputas em torno de um modelo ideal (ou típico-ideal) de sociedade.
3. Dados de entrevista com Jaime Amorim, principal líder do MST em Pernambuco.
4. Os militantes do MST chamam de “trabalho de base” as visitas que fazem em periferias das cidades da região, convidando os moradores para participar das reuniões que o movimento promove.
5. O Diário de Pernambuco, de 21 de junho de 1989, descrevia a chegada ao acampamento de uma camionete com alimentos doados pela Prefeitura, pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e por associações de bairro da cidade.
6. Segundo Jaime Amorim, atual coordenador do MST, a ocupação contou com um grupo de dirigentes que fora escolhido pela direção nacional.
7. Cf. Diário de Pernambuco, de 21 de junho de 1989: “Nem a pronta intervenção de cerca de cinquenta policiais militares conteve a disposição das quatrocentas famílias que, na noite do último domingo, invadiram a parte dos 13 mil hectares de terra de Utinga de Baixo, no Cabo, pertencentes ao complexo Industrial da Suape. A ação da PMPE ocorreu

na madrugada de ontem e, embora tenha provocado conflitos, sustos e discussões não evitou a montagem do acampamento. A área considerada improdutiva pelos invasores e reserva ecológica por Suape. Na tarde de ontem, as entradas permaneciam bloqueadas; já que uma reunião, marcada às pressas, entre líderes do Movimento dos Sem-Terras e o secretário da Casa Civil, Fernando Pessoa, em nada resultou” (sic).

8. Cf. Diário de Pernambuco, 2/7/1989.
9. A safra da cana-de-açúcar geralmente tem início em setembro e se estende até o mês de março.
10. Não podemos deixar de lembrar que o MST já tinha realizado ações como esta em outros estados do país e da região nordeste. Localmente no entanto essas primeiras investidas do MST na região foram anunciadas a partir dos termos costumeiramente empregados na interpretação de outros fenômenos. Um exemplo dessa percepção acionada pode ser visto nas matérias publicadas à época, em que se afirma que o MST repetia a “estratégia foquista” das Ligas Camponesas das décadas de 1950 e 1960. Ver Diário de Pernambuco edições de junho de 1989.
11. Cf. Diário de Pernambuco, 23 de junho de 1989.
12. Até aquele momento o único apoio que o MST teria recebido de entidades locais em Recife fora da Central Única dos Trabalhadores– CUT, que cedia suas dependências para reuniões. Essa aliança inicial dificultava o MST de se aproximar do sindicalismo rural local, já que aquela central sindical era uma das mais ferrenhas críticas do tipo de ação desenvolvida pela FETAPE. Segundo os coordenadores da Comissão Pastoral da Terra, os militantes do MST não fizeram contatos com grupos da região, como a Comissão e a Federação, porque queriam demonstrar que tinham condições de agir sozinhos.
13. Essa avaliação é compartilhada pelos dirigentes do MST, membros da CPT e sindicalistas.
14. Sobre as condições que propiciaram a associação do MST com os dirigentes desse sindicato ver Rosa (2004a).
15. Ocupações descritas por Sigaud (2000).
16. Dados do INCRA. www.incra.gov.br.
17. A proposta dos sindicalistas era cobrar judicialmente as somas devidas pela usina aos seus trabalhadores reeditando o modelo tradicionalmente bem sucedido utilizado pela FETAPE desde os anos setenta.
18. Entrevista realizada em 2002 na sede da CPT em Recife.
19. Até mesmo em um de seus formulários, o INCRA registrava e classificava os conflitos por terra em um campo de preenchimento obrigatório intitulado movimento.
20. O antigo coordenador do MST na cidade havia trocado de movimento passando para o Movimento dos Trabalhadores. Em Rosa (2004a) analiso o MT e uma série de outros movimentos que surgiram na zona da mata a partir da chegado dos anos noventa.

21. A não realização dos acampamentos guarda íntima relação com a edição da medida provisória nº 2.109-50 de 2001. Medida editada no governo Fernando Henrique, e mantida no governo Lula, que suspende por dois anos a desapropriação de áreas ocupadas.
22. O trabalho de pesquisa sobre esta ocupação vem sendo realizado sob minha orientação por Sérgio Muniz Mangueira, aluno de Ciência Sociais da UFF. Os dados de que me utilizo são, portanto, produtos de seus primeiros escritos.
23. Invasão é o termo utilizado pelos atuais líderes para descrever o evento.
24. No primeiro semestre de 2005 participei de uma reunião da direção do MTD, na qual os líderes do acampamento exibiam uma série de ofícios que lhes foram enviados por órgão do governodo estado e da prefeitura.
25. É necessário aqui levar em conta que se tratava de um governo liderado por Miguel Arraes e que, portanto, se constituiu em uma íntima relação com o modo sindical de organizar e reconhecer conflitos.
26. Situação análoga, mas não trabalhada nesse texto, foi vivida em 2003 pela FETAPE cuja liderança que organizava os acampamentos acabou por deixar a Federação e fundar seu próprio movimento, a Organização de Luta no Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSCHI, R. (1987). *A arte da associação*. Rio de Janeiro, Vértice..
- ELIAS, N. (1997). *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- HONNET, A. (2004) *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Ed. 34.
- MANGUEIRA, S. M. (2005) *O MTD no Rio de Janeiro: um estudo de caso do Acampamento Carlos Lamarca*. Projeto de Pesquisa. Niterói.
- PALMEIRA, M. (1978). "Casa e trabalho: notas as relações sociais na *plantation* tradicional". Actes du XLII Congrès des Américanistes. Paris, Société des Américanistes/Musée de l'Homme, pp. 305-15.
- _____. (1979). "Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana". *Revista de Cultura e Política*, vol. 1, nº 1, agosto, pp. 41-55.

ROSA, Marcelo C. *O Engenho dos Movimentos: reforma agrária e significação social na Zona canavieira de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ, Rio de Janeiro. 2004a.

ROSA, Marcelo C. *Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil*. In: GRIMSON, Alejandro (org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2004b.

SIGAUD, L. (2000). *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*. *Novos Estudos Cebrap*, n° 58.

DE LOS PIQUETEROS... ME VINE ACÁ... CON RUBÉN.

ETNOGRAFÍA DE UNA RUPTURA¹

Laura Colabella

Estudios recientes sobre “movimientos sociales” o más precisamente sobre “movimientos piqueteros” tienden a priorizar en sus análisis el punto de vista de las cúpulas dirigenciales (Svampa y Pereyra, 2003) o a recortarlos en función de su postura ideológica o de su relación con el gobierno (Mazzeo, 2004; Oviedo, 2002), o a señalarlos como “nuevas formas identitarias u organizativas” (Masseti, 2004; Lobato y Suriano, 2003); por mencionar sólo algunos. Menor atención ha merecido la vida de las personas que participan de ellos. En ese sentido, las etnografías de Quirós (2006) y Manzano (2007) han abierto una hendidura más que interesante a la vida de las familias que se acercan a los movimientos por motivos diversos. Sin embargo, no hay registros aún de análisis o interpretaciones acerca de alejamientos o desavenencias de las personas con las “organizaciones” o los “movimientos”. En este artículo me propongo saldar esa falta.

Para ello mi hilo conductor será el relato de una vecina de una *villa* del municipio de La Matanza²; en particular respecto del enfrentamiento y ruptura que manifestó en relación a los “piqueteros” y su posterior acercamiento a Rubén, militante peronista y antiguo vecino de su barrio. En el universo de *villas* y asentamientos urbanos³, donde nuestra protagonista había pasado gran parte de su vida, los vecinos –personas desocupados, vendedores ambulantes o dedicadas al servicio doméstico–; entraban en relación con dirigentes piqueteros o con miembros del partido peronista con la finalidad de obtener recursos del Estado. En particular, planes sociales (subsidios a desocupados) y alimentos secos como arroz, harina y azúcar, entre otros. Estos dadores tienen la peculiaridad de interactuar en los mismos barrios y por esa razón suelen disputarse recursos y personas. Sin embargo, la literatura sobre organizaciones piqueteras los retrata de manera escindida como si “los movimientos” debieran abrirse paso frente a los obstáculos que los dadores- “punteros” del peronismo les imponen sin considerar la distancia o más bien la proximidad que podía existir entre ellos por lazos de vecindad, amistad, parentesco o compadrazgo.

Propongo, entonces, adentrarnos en el relato de Alicia, tal el nombre de nuestra protagonista, para conocer qué llevó a esta vecina a romper con “el movimiento” al

que ella misma se había acercado y así conocer el tipo lazo social que estableció con sus dadores. De esa manera evitaremos una mirada que reproduzca la dicotomía enunciada por los dirigentes entre “peronistas” y “piqueteros”; y conoceremos otros aspectos constitutivos de las relaciones sociales que la literatura sobre “piqueteros” pasa inadvertidos. Me refiero en particular a los aspectos inmateriales o intangibles, en otras palabras, los valores morales presentes en todo vínculo social tan minuciosamente analizados por nuestra maestra, colega y amiga Lygia Sigaud, en diversos trabajos (2004, 2006 y 2007), en relación al universo de campesinos y trabajadores rurales en la zona cañaveral de Pernambuco. Para dar inteligibilidad al relato y comprender lo que estaba en juego en la ruptura de Alicia con “los piqueteros”, reinscribiré los personajes en el universo de relaciones que a través de la distribución de planes componían “los movimientos”, “el gobierno” y “los peronistas”.

El mundo de Alicia

Alicia tenía 32 años cuando la encontré en el 2005 en el barrio Santa Rita donde residía. Allí ocupaba una pequeña casilla de techo de chapa y paredes de material que daban estructura a una sala y dos cuartos. Con anterioridad había transitado, junto a su marido y sus cuatro hijos, por diversas *villas* cercanas. Apenas había frecuentado la escuela y se expresaba de manera entrecortada. No obstante gustaba de conversar largamente, dar su parecer sin rodeos y relatar episodios del pasado. Durante largos períodos había estado desocupada hasta que en 1998 se tornó, a través de su prima, beneficiaria de un plan social.

Cuando la conocí se preparaba para ser abuela por primera vez y participaba en la organización de un comedor comunitario que comenzó a funcionar, poco antes de la elección legislativa del 2005. El responsable del comedor era Rubén, un antiguo vecino de Santa Rita, militante peronista y candidato a concejal en aquella elección. Fue a través de un contrato con la Secretaria de Acción Social de La Matanza que Rubén pudo ofrecer un servicio de almuerzo a los niños del barrio. Así, la Secretaria era la responsable de la provisión diaria de alimentos y el equipamiento necesario para la preparación del almuerzo, a cambio de lo cual Rubén cedía las instalaciones del barrio y se encargaba de reclutar las personas para la cocina, la atención de los niños y la limpieza del local entre las beneficiarias de los planes que él mismo había inscripto. Alicia componía este último grupo.

Ni bien el comedor comenzó a funcionar los problemas no tardaron en aparecer. En particular las disputas se suscitaban en relación a la asignación de tareas como la

preparación de los platos, la limpieza y la atención de los niños, y a la carga horaria desigual que se derivaba de ellas. Así la cocinera y su ayudante concurrían todos los días y quienes cuidaban de la limpieza del salón y la atención de los niños sólo lo hacían dos veces por semana. A la vez que dicha asignación involucraba una cierta diferencia de status. Las que eran responsables de la limpieza se sentían en condición de inferioridad respecto de las que atendían a los niños; y más aún de las que cocinaban teniendo acceso a los alimentos celosamente guardados en alacenas y heladeras. Cierta día luego de que Nina, la mujer de Rubén quien cuidaba del funcionamiento diario del servicio de almuerzo, convocó las participantes a una reunión para intentar neutralizar los conflictos, Alicia se hizo presente poco después que la reunión había finalizado. Luego de saludar a los presentes preguntó por lo discutido en la reunión y rápidamente respondió en voz alta para que todas puedan escucharla.... *Yo no sé por qué se quejan tanto... si acá hay que venir ...dos veces por semana... cuando yo trabajaba con los piqueteros...tuve que ir al piquete con mi hija con varicela...*

Con ese comentario, nuestra interlocutora, trazaba una equivalencia entre las obligaciones que le significaron participar del “movimiento” y las que le imponía “Rubén” a cambio de recibir el mismo recurso: un plan. Conozcamos, entonces, su trayectoria como beneficiaria de planes.

En 1998 Alicia con 28 años y cuatro hijos a su cargo se encontraban *sin trabajo efetivo*, es decir sin empleo estable. En ese momento se acercó a pedir ayuda a su prima Susana por que veía *que ella sí trabajaba*.

...En el 98... no teníamos trabajo efetivo... y bueno Susana mi prima ya trabajaba ...ahí con los piqueteros... entonces yo le pregunté cómo era... porque no teníamos trabajo efetivo qué sé yo...estábamos en una circunstancia que estábamos mal y ella me dice mira que son cuatro horas...(se refiere a la carga horaria de las tareas comunitarias que los organismos oficiales exigen a los beneficiarios de los planes) en ese tiempo nosotros cobrábamos 120 pesos del plan bonaerense ...me dijo qué (documentos) tenía que llevar lo que si me dijo... también ... era que tenía que ir a los piquetes...Bueno le lleve al muchacho a Julio mi referente los papeles le lleve... él se los dio al dirigente⁴... Mientras tanto yo estuve tres meses sin cobrar (sin recibir)...Con los piqueteros primero estuve en un comedor comunitario que el muchacho tenía (Julio su referente) ...y después en un ropero pero como te dije estuve tres meses sin cobrar que era lo que ellos te decía que tardaba como para que vos entraras al plan... Entonces entré pero todo era como comunitario... teníamos

que ir buscar una ropa vieja a tu casa entonces nosotros la lavábamos, la planchábamos, la poníamos en condiciones para poder entregar a chicos que necesitaban más que nosotros...Entonces... hacíamos eso íbamos a las casas los censábamos ... de por acá no mucho por acá (se refiere a que dichas visitas no eran en Santa Rita) más por el 15 de abril (un asentamiento situado enfrente de Santa Rita) y también le daban la leche a los chicos y también le daban la cena... pero le decíamos copa de leche ... el día del niño se juntaban juguetes para los chicos siempre se juntaban para los chicos... Así entré ... y cobre plan bonaerense... tenías que tener un chico a cargo que eso lo daba el gobierno a madres ... o sea mi marido era changarín... pero igual estaba el que tenía un salario de tanto... igual (al plan) lo cobraba lo mismo ... la cuestión era estar en los piquetes...

Cuando había piquete venían (los dirigentes) de la FTV y todo eso y te decían hay piquete o sea hay... tenés que ir no podías faltar era una obligación...

Pero lo que si se armaba lío nosotras... las mujeres... volábamos... nunca... a veces a mí cómo me veían más jetona más gritona más frentista... vos quédate vos sos la que dirigís la batuta porque si vienen a cargarnos a palos vos sos la que nos defendés... pero casi siempre a las mujeres nos mandaban (las sacaban del piquete) si ellos (los dirigentes) veían que iba a ver represión...

... Cuando mi hija tenía 3 años tuve que ir al piquete con mi hija con varicela porque si yo no iba me sacaban el plan bonaerense ... porque ellos tienen el acceso... tienen las condiciones vamos de decir bueno... este faltó tanto lo bajan, lo sacan... yo lleve los certificados ... todo de que mi nena necesitaba reposo... pero me decía (el dirigente) no me importa... necesito gente quédate (en el piquete) aunque sea una hora... o manda a otra persona pero yo no tenía a quien mandar ni tampoco con quien dejar a mi nena...

pero así que fui (al piquete) yo me veía igual que a mí me sacaban... porque yo soy muy jetona... Porque a mí uno de los dirigentes me hizo este trato de decir vos trabajas 8 horas ... ahí yo ya había pasado a una oficina donde tomábamos asistencia ... los papeles de asistencia...de los chicos que iban a la copa de leche... bueno yo agarré y le dije si no podían meter a mi marido (incluirlo en un plan) porque yo veía que ... otros lo hacían... él me dijo que sí ... yo te lo hago entrar a tu marido pero vos vas a tener que trabajar 8 horas... porque mi marido tiene una changa (empleo no registrado) en una panadería y no la puede dejar...entonces... nosotras salíamos a censar ... salía yo con otra chica ...trabajamos 8 horas todos los días...a censar...a mirar los papeles y empezó a haber roces como que había un

acomodo (protección por los dirigentes) que era porque ellos estaban calientes con nosotras que nos daban el acceso de estar ahí en la oficina... entendés?... Pero era porque nos había prometido esto que era una ayuda más... 120 pesos más... nunca salió le di todos los papeles (documentos del marido) pero yo estuve así más de un mes trabajando 8 horas y agarré y le dije... qué pasa con mi marido por qué no sale... qué pasa porque cuándo ustedes quieren sale (el plan)... qué hay que hacer acá bajarse la bombacha por un plan. Pero no es así me decía... no porque acá este porque acá que esta otra... no es así ... hay que comer y dejar comer. Pero no me dice (el dirigente)... vos siempre la misma siempre quejándote ... no no estoy quejándome simplemente que te digo las cosas en la cara como son. Entonces... bueno agarró no salió mi marido y me dijo no porque tu marido una vez trabajo en Cliba (empresa de recolección de residuos) y el ANSES (organismo oficial que conforma el registro de beneficiarios para proceder al pago del subsidio) no le da la baja y ellos por eso no lo podían meter. Entonces yo le dije vamos si ustedes saben... porque ustedes saben bien los papeles y siempre va a depender de ustedes... Entonces agarró ya empezó a tratarnos mal y volvimos acá porque no salía volví al comedor Y qué paso con las 8 horas que yo trabajé mis 4 horas más las 4 de mi marido entonces me enojé ... entonces como yo me enojé al mes siguiente qué pasó no cobré... Y ahí yo ya veía que me sacaban (del plan)... Pero ya ahí los piqueteros nos habían pasado del plan bonaerense al jefes y jefas... (se refiere a un plan social de aparición posterior denominado "Jefes y Jefas de Hogar"). Después que no cobré me fui a hacer lío... y agarraron y me dijeron que era... porque vino (en el cheque con el que se pagaba el plan) un solo nombre... y yo tengo dos nombre Alicia Mirta y entonces me dijeron que me fuera a Pampa... y ahí en la computadora te buscan allá de donde viene lo que te da el gobierno y ahí te buscaban a ver si estaba su cheque y bueno no el mío no estaba... fui a Pampa y nunca más cobre. Pero ahí también ya mi prima Susana ya también se había pasado con Rubén porque nos forzaban mucho a nosotras nos explotaban. Nos obligaban a muchas cosas porque lluvia no lluvia había que ir al piquete igual... entendés? Entonces vos veías que otros no iban y no les decían nada... eso decís la pavadá me estoy matando... cortaban los pastos a rayo de sol mediodía ... y bueno vos no podías parar. Algunos el referente de nosotros nos trataba como personas pero el dirigente este... cuando venía él... llegaba y temblábamos todos... porque te decía vos no cobras el mes que viene y chau...

Bueno ahí nomás me fui acá (se refiere al barrio Santa Rita) y le conté a Don Rubén lo que me había pasado y le dije mire yo no salí para cobrar... me paso esto

y esto ... y bueno me dijo traéme los papeles porque nadie te puede sacar el plan...si pero fíjese Don Rubén que ellos tuvieron el acceso de sacarme... bueno él llevo mis fotocopias al ANSES todo eso y él me volvió a reintegrar al Jefes⁵.

Comenzar a recibir un plan fue toda una novedad en la vida de Alicia. Después de un largo período desocupada tuvo disponible mensualmente un cheque a su nombre que era para ella “una ayuda”. Fue su prima la que la acercó “al movimiento” que ofrecía el recurso, quien le indicó los documentos que debía presentar, la carga horaria requerida⁶; y quien la advirtió del requisito ineludible que garantizaría su ingreso y permanencia al plan: la asistencia a piquetes⁷. La existencia de esa red de conocimiento entre parientes debe, sin duda, ser un factor concluyente en la decisión por participar de una organización piquetera. No olvidemos que “Susana” era una referencia central del relato de Alicia, que operaba como una suerte de modelo, a quien ella le seguía los pasos. Tanto cuando relató su acercamiento al movimiento como al momento de la ruptura y posterior acercamiento a Rubén; aparecía Susana como telón de fondo que servía de marco a sus decisiones.

Por otra parte, la relevancia que adquiría la participación en los piquetes que suponía el padecimiento de situaciones de riesgo y sufrimiento como soportar frío, lluvias y la posible represión policial; se debía a que confería cierta legitimidad a las personas. El relato de Alicia es elocuente en ese sentido. Son reiteradas las menciones a soportar inclemencias del tiempo, a la acción de la policía y al trato diferencial concedido a las mujeres en esos eventos. Algo similar ocurría en otros contextos como las ocupaciones de tierra en los ingenios azucareros fallidos al sur de Pernambuco donde permanecer en el campamento y vivir y enseñar una lógica del sufrimiento, proveía a cada participante de una densidad simbólica que legitimaba su pretensión a una tierra. Un procedimiento que el proceso jurídico de expropiación no lograba, aisladamente conferir (de L´ Estoile y Sigaud, 2006: 61).

De modo análogo, entre los dirigentes de la organización de la que participaba Alicia permanecer en piquetes y movilizaciones confería la legitimidad necesaria para tornarse adjudicataria de un plan. En tanto los acuerdos personales si bien podían también conceder beneficios no reportaban la misma densidad simbólica que la lógica del sufrimiento confería en los piquetes. Como vimos nuestra protagonista combinó ambas modalidades de participación. Tanto cumplió diversas tareas comunitarias como organizar un ropero, participar de un comedor y una copa de leche; y concurrir a piquetes durante tres meses antes de comenzar a recibir su plan. Para luego de un cierto período al interior del movimiento, poder pedir y

concertar mediante un “trato”, un acuerdo personal con un dirigente, la incorporación de su marido al mismo beneficio.

Sin embargo, el pedido de Alicia no era fácil de cumplir. Los planes sociales eran subsidios que el Ministerio de Trabajo de la Nación pagaba directamente a personas que fueran jefes de hogar desocupados con hijos menores. Esto es, sólo podía recibirlo uno de los cónyuges, aquel que fuera el “jefe de familia”. Era frecuente que las familias para sortear ese impedimento se “dividieran la carga” para que tanto el marido y la mujer se tornaran beneficiarios. Pero para evitar esas “irregularidades”, el Ministerio llevaba adelante una serie de controles mediante “cruces informáticos” que verificaban que dos titulares no estuvieran inscriptos con los mismos hijos. Como así también se buscaba información, a partir de otros organismos, como la ANSES, de beneficiarios que podían tener o tuvieron un empleo registrado. Cuando esos casos eran detectados las autoridades del Ministerio procedían a “dar de baja”, es decir a excluir al titular del beneficio.

La ANSES (Administración Nacional de Seguridad Social) era un organismo descentralizado creado en 1990 en jurisdicción del Ministerio de Trabajo y destinado a administrar los fondos correspondientes a los regímenes nacionales de jubilaciones y pensiones, de trabajadores en relación de dependencia y autónomos, de subsidios y asignaciones familiares. A su vez, desde 1992 el ANSES administraba también los ingresos del Fondo Nacional de Empleo que financiaba los Programas de Empleo, administrados por el Ministerio de Trabajo como el Programa Jefas y Jefes de Hogar. A dicho organismo los dadores “piqueteros” o “peronistas” enviaban los litados de los postulantes para que los incorporaran al Registro Nacional de Beneficiarios, paso necesario para efectuarles el pago. Al mismo tiempo era el organismo que controlaba que los beneficiarios no tuvieran aportes jubilatorios. Estos últimos correspondían a descuentos sobre el salario de trabajadores activos, así el “cruce” era la denominación técnica para detectar aquellos beneficiarios que no cumplían con el requisito de estar desocupados.

Este último parecía ser el problema que impedía al marido de Alicia acceder al plan. No obstante dicho procedimiento resultaba completamente invisible para nuestra protagonista. Para Alicia los planes se inscribían más como el mérito por haber participado de actividades comunitarias y piquetes varios meses antes de percibir el subsidio; que por el cumplimiento de requisitos formales como no contar con aportes provistos de empleos anteriores verificados por el ANSES. Así aquello que le resultaba “invisible” lo fundamentaba como el comportamiento malicioso del dirigente “ vamos... vamos... cuando ustedes quieren sale... siempre va a depender de ustedes...”

De esa manera, adjudicaba a los dirigentes piqueteros menos el rol de intermediario entre los recursos provenientes de la alta esfera del Estado y los vecinos y más bien como el de dadores directos de los planes⁸. Sin embargo, adjudicó a Rubén un tratamiento diferente respecto de los pedidos de justificación por ausencia o incumplimiento en las obligaciones de los contemplados como concurrir a actos y movilizaciones.

Con Rubén tengo que ir al comedor... antes hacíamos manualidades ... otras cosa nada que ver... aparte tanto Rubén como Nina... te tratan bien ... son personas... si un día no vas... porque ellos tienen que certificar ... decir tu asistencia ... pero yo voy y le digo mira Nina tengo mi nena enferma te comprende como es mamá igual que nosotros ... ella de repente te dice traeme un certificado pero no porque ella lo exija... sino porque se lo exigen a ella... en cambio allá yo le dije tengo mi nena con varicela me a mí no me importa ... yo acá necesito la gente entonces qué vas a hacer vos si a mí me sacan los \$120 que yo tenía... pero no me daba cuenta que nos estaban usando... Ahora estoy más tranquila por ejemplo ellos (Rubén y su mujer) me dieron licencia cuando yo estuve embarazada de Nicole... yo tenía que hacerme los estudios y el control y de repente ellos me decían anda tranquila ... Rubén es muy buena persona... Yo por eso digo por qué se quejan las chicas... allá era todos los días... de lunes a viernes... a las 7 de la mañana y si vos llegabas 8 menos cuarto te decían anda volvete a tu casa y te ponían la falta.

Para Alicia, “los piqueteros” y “Rubén” ofrecían un mismo recurso: el plan. Por esa razón se movían en una misma red por la que reclutaban personas-vecinos a quienes pedían documentos que entregaban al ANSES. Sin embargo, al segundo dador son adjudicados grados de responsabilidad menores en la exigencia de documentos para justificar las ausencias de los contemplados a las tareas comunitarias exigidas. Llama la atención, a su vez, la ausencia de referencia a la afiliación política de Rubén, quien era –reitero- candidato a concejal por el partido peronista durante el período en que se abrió el comedor y hombre de mayor confianza de Balestrini, intendente del Municipio. Este último candidato a primer diputado nacional por el partido peronista en aquella elección.

Los fundamentos de las conductas

¿Cómo interpretar, entonces, la ruptura de Alicia con el movimiento? y al mismo tiempo ¿cómo explicar que nuestra interlocutora reconociera grados de responsabilidad tan distintas a agentes que manipulaban los mismos recursos?

Lygia Sigaud nos ha dejado un copioso legado etnográfico nutrido de evidencias e interpretaciones iluminadoras que -aunque focalizadas sobre el mundo rural de los ingenios pernambucanos- se tornan inteligibles para comprender comportamientos sociales de contextos empíricos más distantes como el universo de villas y asentamientos de la periferia urbana del Gran Buenos Aires. Me refiero en particular a uno de sus últimos artículos en el que recupera un tema destacado por autores medulares de nuestra disciplina como Marcel Mauss (2003) y Edmund Leach (1976): la importancia de los aspectos intangibles, inmateriales de los lazos sociales (Sigaud, 2007). En otras palabras, los valores morales que rigen la conducta de los sujetos más aún en los momentos de ruptura de los lazos cuando se desvanece la ficción de la gratuidad del don tornándose éste objeto de cálculo. La peculiaridad de esta coyuntura, reside en que corresponde al momento en que los implicados en la relación suelen buscar compensaciones por medios de equivalencias sean monetarias o de otro tipo cuando las distinciones entre dones y mercancías se desvanecen. La evidencia referida por Sigaud para dar cuenta de ese problema teórico corresponde al relato de un trabajador rural de la caña de azúcar de los ingenios pernambucanos.

José Mariano, por ocasión de su partida del Ingenio Veneza en 1968 pidió las cuentas a su patrón. Dicha conducta contrastaba notablemente con los relatos que el mismo personaje brindó a la autora de otras partidas ocurridas durante la década del '50. Para tornar inteligible el relato, Sigaud describe la cuidada etiqueta con que los trabajadores rurales se aproximaban a los patrones para pedirles trabajar en su propiedad durante la primera mitad del siglo XX. En esa oportunidad, relata la autora, el trabajador se dirigía al dueño de la hacienda y le solicitaba "casa de morada". Tanto el pedido como la aceptación se hacían conforme a un lenguaje ritualizado, en el cual la casa figuraba como símbolo de la relación. La autora muestra de manera elocuente cómo era el diálogo que las partes mantenían en aquella oportunidad y es enfática en señalar no sólo lo dicho sino también lo no dicho, lo que permanecía implícito en el pedido de la casa. De igual modo cuando la relación se rompía el trabajador se acercaba a su patrón y le decía "vengo a entregarle la casa", así le anunciaba que partía. En esas ocasiones los trabajadores no explicitaban sus razones, no interpelaban al patrón y nada le cobran⁹.

Sin embargo, José Mariano sí reveló a la autora los motivos por los cuales había partido de uno de los tantos ingenios donde había morado: no soportar los incesantes llamados durante las noches y las madrugadas para cargar cañas en camiones. Cuando eso ocurría los trabajadores referían a la autora sentirse "disgustados". Así

José Mariano refirió sentirse por ocasión de su partida de Veneza. En esa oportunidad el patrón prohibió a uno de sus hijos, que ya no residía en el Ingenio, cultivar las tierras del roçado (tierras destinadas a cultivos del ciclo corto). Así se dirigió a su patrón para entregarle la casa pero además lo interpeló y le pidió “sus cuentas”.

Para comprender el contraste de esta partida respecto de las anteriores, Sigaud se detiene en el análisis de las obligaciones morales que correspondían a trabajadores y patronos al ser entregada la “casa de morada” y en el modo en que ese cuadro comenzó a alterarse a comienzos de los años ‘60 con el advenimiento de los “directos trabajistas” a la región. Durante la primera mitad del siglo XX, la autora señala que todo aquel que se tornaba morador sabía que podía contar con el patrón que lo protegería en circunstancias difíciles como muerte o enfermedad y que le daría regalos como ropas durante la navidad, pez en las Pascuas y eventualmente carne fresca. La autora es enfática al señalar que tales cosas no eran dichas durante el pedido y aceptación de la casa y también que en esas ocasiones ningún documento era firmado. Como así también se empeña en señalar no sólo que todo aquello era implícito sino también que todos- trabajadores y patronos- conocían que esas eran “las reglas del juego”. Al mismo tiempo un rasgo distintivo de su análisis corresponde a la minuciosidad con que son abordadas las obligaciones morales en el mundo de los ingenios. Más precisamente al modo en que patronos y trabajadores las representaban y cómo cada uno de ellos se percibía a sí mismo. Así, señala que para el trabajador apenas sus obligaciones eran percibidas como tales y a las del patrón las representaba como dones, como señales de su bondad y se sentía por tanto un deudor. Todos esos aspectos se toman datos centrales para entender los fundamentos de sus conductas. Esto es, las conductas de los individuos se explican a partir de los modos de representación de los bienes y obligaciones en juego. Seguidamente, mostrará cómo ese cuadro comenzó a alterarse con la sanción del Estatuto del Trabajador Rural en 1963 desatando una verdadera revolución cognitiva entre los trabajadores.

Entre las normas instituidas por el Estatuto figuraban las obligaciones patronales de formalizar el contrato de trabajo y de pagar un salario mínimo, vacaciones y gratificación natalina y de indemnizar al trabajador en caso de dimisión. La autora subraya cómo esas obligaciones representaban para los trabajadores una discontinuidad notable: la existencia de un contrato de trabajo formalizaba una relación que hasta entonces era tomada como oral y tácita; y dotaba al trabajador de un documento probatorio. Agrega también que el salario mínimo constituía una referencia

oficializada por el Estado, allí donde hasta entonces el valor de la remuneración estaba sujeta a las oscilaciones de la oferta y la demanda en el mercado de las plantaciones y al arbitrio patronal, las vacaciones representaban el pago por lo no trabajado una posibilidad el orden de lo impensado, enfatiza Sigaud. Y continua, el décimo tercer salario se configuraba como una remuneración como una gratificación por la navidad en un universo en el cual lo máximo que los trabajadores podían anhelar era las vestimentas que algunos patrones ofrecían en aquel período y finalmente la indemnización por el fin del contrato representaba una compensación inusitada en aquel mundo donde los trabajadores eran compelidos a abandonar el ingenio sin nada decir. Al mismo tiempo, recordemos que José Mariano al partir de Venezuela manifestó estar disgustado porque su patrón impidió a uno de sus hijos cultivar un pedazo del “roçado”. Así, el patrón violaba a la vez una obligación tácita que los patrones solían respetar: el respeto a la autoridad del jefe de familia. Fue esa falta de respeto lo que desató la ira del trabajador y su necesidad de romper el vínculo que por más de siete años lo ataba a su patrón.

Henos aquí ante un legado intelectual inigualable que nos revela pistas inusitadas para analizar relaciones de intercambio. En particular sorprende el cuidado concedido a los implícitos y supuestos de los lazos sociales más aún al grado de comprensión de los mismos por parte de los actores involucrados. Un aspecto que en diversos trabajos de Sigaud aparece mencionado como “las reglas de juego” (2004:134 y 2007: 130). Así conocer o comprender esas “reglas” supone, entonces, la capacidad de los sujetos por reconocer los implícitos, los aspectos no mencionados pero presentes en las relaciones sociales de dominación. En especial cuando se trata de lazos que unen a individuos situados en posiciones extremas de la jerarquía social y en los cuales según palabras propias de Sigaud “la balanza del poder pendía para el lado de los patrones” (2007: 123). Siguiendo la estela de su pensamiento diversos son los elementos que su análisis nos aporta para pensar la ruptura de nuestra vecina matancera con “los piqueteros”.

Recordemos que cuando Alicia se acercó a “los piqueteros” lo hizo para obtener un plan social. Así fue que llevó sus documentos y los de sus hijos a su “referente”. A lo largo de dos años de pesquisa en La Matanza, las referencias de las personas que se inscribían en los planes -sea con dadores “piqueteros” o “peronistas”- eran siempre las mismas: se acercaban a ellos y les llevaban sus documentos y luego de un cierto período eran informados de “que habían salido para cobrar”, es decir, que tenían el pago disponible. Al momento de la inscripción ninguna obligación o

compromiso era explicitado y las reglas del juego no quedaban claras. Sin embargo, Alicia llegó allí advertida por su prima Susana “son cuatro horas... y mira que tenés que ir a los piquetes”. De esa manera, nuestra vecina comprendió claramente que aquellas eran sus obligaciones con el movimiento. Sin embargo, para nuestra protagonista lo que no estaban esclarecidas eran las obligaciones del dirigente para con ella. Todo el relato de Alicia parecía gravitar sobre ese punto. Ella menciona su presencia en el piquete con su hija enferma y el dirigente no importarse con su padecimiento, al mismo tiempo la imposición de concurrir diariamente a tareas comunitarias desde muy temprano en la mañana y no recibir consideración por posibles llegadas tarde. Como así también se refirió al trato recibido, aseguró que su “referente” los trataba bien pero que cuando el “dirigente” llegaba “temblábamos todos”, es decir, los atemorizaba con su sola presencia a la vez que los amenazaba “vos el mes que viene no cobras”.

En suma, la narrativa de esta vecina pone al descubierto que al interior de la organización no todos los contemplados recibían protección. Es más, su testimonio pone al descubierto que a algunos, como a ella, dicho cuidado les era negado aún en circunstancias de enfermedad.

Al mismo tiempo para ser minuciosos en el análisis, el alejamiento de Alicia de “los piqueteros” y su acercamiento a “Rubén” era más bien la respuesta que ella encontró para evitar perder el plan que el movimiento le quitaba por haber interpe-lado al dirigente por incumplir el trato para incorporar a su marido al beneficio. Esto es, ella se sentía expulsada del plan y consecuentemente del movimiento: “pero yo ahí ya veía que me sacaban”. De manera que fue un aspecto vinculado al incumplimiento de una promesa – un intangible- lo que llevó a Alicia a buscar otro dador que la reinscribiera en el plan que entendía que “los piqueteros” se lo habían arrebatado. Para comprender tal comportamiento e interpretación debemos considerar cuál era el contexto en que aparecieron “los planes” cuando Alicia se encontraba sin “trabajo efetivo”.

La llegada de los planes

En 1996 cuando el índice de desocupación superaba el 16% de la población activa fueron creados en la órbita del Ministerio de Trabajo diversos programas sociales conocidos popularmente como “planes”. El primero de ellos fue el “Programa Trabajar” que contaba con financiamiento del Banco Mundial, funcionaba en el ámbito nacional y consistía en adscribir a beneficiarios a proyectos comunitarios

como la limpieza de calles, arroyos, y edificios públicos; y también a roperos, comedores y copas de leche para los niños. A cambio los titulares recibían una suma que iba de los 120 a 180 pesos. Inspirado en ese esquema el gobierno de la provincia de Buenos Aires creó en 1997 el “Programa Barrios Bonaerenses” que orientaba a los beneficiarios a las mismas actividades. Se trataba de planes que tenían una vigencia de 3 a 6 meses y luego debían ser renovados. Como vimos los vecinos tenían dos vías para obtenerlos: a través de un agente municipal o también por relación con dirigentes y referentes de una organización piquetera. El relato de Alicia es un vivo testimonio en ese sentido que revela cómo las personas vivían esa doble posibilidad de inscripción¹⁰. Al mismo tiempo es interesante percibir que “el plan” se inscribió en la vida de los vecinos matanceros como una novedad que incluso les proveyó a los postulantes de un vocabulario nuevo: “anotarse en el plan” y “salir para cobrar” eran las expresiones que decenas de veces escuché entre los pobladores de Santa Rita y otros barrios aledaños para referirse al proceso de inscripción al beneficio. A su vez, en el relato de nuestra protagonista “el plan” era un recurso cuya obtención se asociaba a una modalidad de protesta específica que demandaba permanecer por largos días en las rutas, cocinar y comer y en algunos casos dormir a la intemperie, y hasta concurrir con niños. Es decir, que se vinculaba al sacrificio y el sufrimiento y que cuya participación era representada como “trabajo”.

Sin embargo, llama la atención que el dinero del plan es sólo mencionado en función de su valor “120 pesos” pero nunca es asociado a expresiones como “salario” o “sueldo”. Lo que revela que se trata de un recurso que se inscribió en la vida de personas que no tenían experiencia en empleos registrados y menos aún en luchas o protestas sindicales. Más bien lo contrario. El plan era una novedad, un descubrimiento en todo sentido. Se trataba de un dinero expresado como una remuneración que se recibía en forma de cheque todos los meses, una experiencia inusitada para vecinos como Alicia “sin trabajo efetivo”; cuya obtención obligaba a participar de tareas comunitarias y de piquetes. En virtud de esa combinada participación en tareas o actividades polivalentes, “vivir del plan” significaba también la incorporación de un repertorio de nuevos términos, de siglas y nombres de organizaciones lo que también constituía toda una revelación. Durante su relato Alicia mencionó al pasar las siglas de la Federación de Tierra y Vivienda, el movimiento del que participaba; y no recordaba exactamente el nombre de otras organizaciones con las que la FTV estaba enemistados. Al mismo tiempo que cuando se abrió “de los piqueteros” pidió ayuda a “Rubén” de quien no refirió ningún dato de su afiliación

política. Lo que sí parecía importarle era el trato recibido por uno y otro dador y las obligaciones impuestas por ellos “ir dos veces por semana al comedor”, nuevamente los intangibles.

Como vemos, “el plan” se inscribía como una inusitada novedad que no tenía con qué ser comparada. La aparición del plan y el piquete establecieron una discontinuidad en la vida de numerosos vecinos como Alicia y su prima Susana. Se trataba de un proceso nuevo en el cual las “reglas de juego” -en términos de Sigaud- no estaban claras. En particular, lo que ocurría era que los vecinos no sabían hasta que punto podían contar con la ayuda o protección de los dirigentes piqueteros. Aún cuando se trataba de problemas vinculados al pago del plan o en relación a los errores en los nombres de los beneficiarios que les impedían recibir su subsidio. Recordemos que Alicia concurrió a “Pampa”, el predio público donde los titulares planes verifican sus datos y su pago, sola sin la ayuda o intervención de ningún miembro de la organización que le había concedido el beneficio.

Al mismo tiempo, el relato de Alicia reconoce una distinción entre planes. En primer lugar, menciona al plan bonaerense y posteriormente señala que “los piqueteros la pasaron al Jefes”. Esto es, fue reinscripta en un nuevo plan creado a comienzos del 2002: el Programa Jefas y Jefes de Hogar por la Inclusión Social. Resulta necesario aquí hacer algunas precisiones.

Este nuevo beneficio al que los vecinos de La Matanza llamaban simplemente “el jefes” fue creado a comienzos del 2002 luego de una intensa movilización social que llevó a la renuncia del Presidente de La Rúa en diciembre del 2001¹¹. Este nuevo programa introdujo una serie de cambios en la administración de los planes. En primer lugar, representó un aumento notable del número de beneficiarios en todo el país. Hasta el momento de su creación en el 2002 eran sólo 90 mil los beneficiarios¹² de planes sociales en todo el país. A comienzos del 2003, a un año de su creación, el plan jefes de hogar daba asistencia a dos millones de personas. Este aspecto se debía a que este nuevo subsidio “canalizaba los diversos programas sociales que atendían situaciones particulares existentes en un solo plan de amplia cobertura y control directo”¹³. Esto es, el programa jefes absorbió a los beneficiarios que hasta ese momento recibían otros planes sea de la órbita nacional o provincial. Un procedimiento burocrático del Ministerio de Trabajo tendiente a “economizar” y “eficientar los recursos destinados a gastos operativos demandantes para su instrumentación”; y que como vimos nuestra protagonista adjudicaba al “movimiento” del que participaba: “los piqueteros ya nos habían pasado al Jefes”.

Al mismo tiempo este plan introducía novedades respecto del valor del beneficio que ascendía a 150 pesos, a cambio de realizar tareas comunitarias de cuatro horas de duración. Lo que llama la atención es que no había en la normativa ninguna mención a la participación en piquetes, actos o movilizaciones. Estas últimas eran obligaciones que imponían los mismos dadores a sus vecinos por inscribirlos como titulares del plan. A su vez, otra novedad consistía en la vigencia del subsidio. El decreto 565-02 establecía que el programa jefes de hogar debía ser “universal” y que debía ser aplicado mientras rija la “emergencia alimentaria, ocupacional y sanitaria”. Dicha declaración era renovada todos los años mediante un decreto por el Poder Ejecutivo. Lo que también instituía una discontinuidad con respecto a los planes anteriores que tenían una vigencia de 3 meses al cabo del cual el recurso debía renovarse y muchos casos significaba la pérdida del beneficio. Al mismo tiempo, los técnicos del Ministerio de Trabajo señalaban al jefes como un “plan cerrado” porque los beneficiarios no podían ser reemplazados unos por otros. Es decir, aquel beneficiario que el Ministerio le cancelaba el plan por diversos motivos: por que algún hijo cumplía los 18 años, porque aparecía con aportes o porque era detectado que su cónyuge estaba inscripto con los mismos hijos; su vacante no podía ser usada para anotar a otro postulante. Por esa razón, “las bajas” o exclusiones no eran solicitadas por ninguno de los dadores sean “peronistas” o “piqueteros” porque de esa manera les significaba la “pérdida del cupo”. Una situación que los vecinos como Alicia no tenían cómo percibir. Sin embargo, los distribuidores eran plenamente conscientes de ello aunque no necesariamente lo explicitaban a sus contemplados. Nuestra protagonista señaló que su dirigente las amenazaba “el mes que viene no cobras (no recibis)”. Durante el funcionamiento del comedor comunitario de Santa Rita en diversas ocasiones escuché a Nina, la mujer de Rubén, hacer el mismo comentario a las mujeres que incumplían con sus tareas en el comedor. Probablemente porque de esa manera se aseguraban cierto control sobre las personas que dependían de ellos. Sin embargo, cuando Alicia se acercó a Rubén a comentarle de su exclusión del plan y del movimiento “no salí para cobrar”, él mismo le aseveró “nadie te puede sacar el plan” y ella insistió “pero ellos tuvieron el acceso de sacarme”. Luego de ello Rubén se ocupó de resolverle a Alicia el problema de su cheque, de hacer el reclamo ante el Ministerio y de restituírle el pago del beneficio pasando ahora a cumplir las tareas comunitarias que él mismo organizaba. Pero había un elemento más: por que si Rubén y los piqueteros inscribían a las personas en planes y las convocaban para tareas comunitarias y movilizaciones, Alicia reconocía en ambos dadores grados de

responsabilidad tan distintos. Al punto de considerar que los piqueteros tenían el poder de “dar altas y bajas” y de solicitar documentos y certificados para esos procedimientos cuya decisión dependía en última instancia de los propios dirigentes piqueteros. A diferencia de Rubén quien cuando solicitaba los mismos certificados lo hace “porque a él se lo piden”. Es decir, no se trata de una decisión que depende de él sino de sus superiores a quienes nuestra protagonista no alcanzó a identificar.

En suma, Alicia reconocía que Rubén y los dirigentes piqueteros pertenecían a estructuras distintas en las que a su vez ocupaban jerarquías diferenciales que se traducían en obligaciones distintas hacia sus contemplados aún cuando ofrecían el mismo recurso que reconocía una procedencia única: “el gobierno”. La clave para comprender esa representación desigual de las responsabilidades de “los piqueteros” en la administración de los planes, debemos buscarla en las obligaciones que éstos imponían a sus contemplados. Recordemos que ante los conflictos que se desataban en el comedor comunitario de Santa Rita, el primer comentario de Alicia fue el de comparar que allí sólo debían concurrir dos veces por semana a diferencia de “los piqueteros” que exigían permanecer durante horas y días en la ruta, a la intemperie junto a los niños sin ser contempladas circunstancias difíciles como enfermedad.

A su vez, el relato de Alicia estaba poblado de anécdotas y descripciones que revelaban cuán difíciles habían sido aquellas permanencias casi interminables en la ruta junto a su hija. Entre las que se contaban proveerse de alimentos “pidiéndolos” entre los comercios cercanos, cocinar en grandes ollas dispuestas sobre el asfalto, vender entre los transeúntes productos de limpieza para reunir un poco de dinero para permanecer en la ruta, asistir a una caminata desde el municipio de La Matanza hasta la plaza de Mayo, localizada en el centro de la ciudad de Buenos Aires para asistir a un acto en que hablaba el presidente de la organización; entre otras. Todas esas obligaciones, luego de su acercamiento a Rubén, pudieron ser comparadas con las que le imponía su nuevo dador. Así pasaron a representar “una explotación”. Por su parte, Rubén no convocaba a piquetes sino dos veces por semana a un comedor comunitario y a actos políticos que sólo ocurrían en los períodos electorales. De modo que la afiliación política del dador no era un punto relevante en el relato de Alicia. Más bien lo que parecía contar eran las obligaciones impuestas a cambio del recurso recibido y las posibilidades de ayuda y cuidado que su dador podía concederle. Dos aspectos que Alicia sólo pudo esclarecer luego de “pasarse” con Rubén. Con él no sólo no habría convocatorias a piquetes sino que también ofrecía comprensión en las horas difíciles como embarazo o enfermedad. Todos estos aspectos estuvieron

ausentes durante su participación del movimiento piquetero y más aún hasta incumplieron el trato por la inclusión a su marido como titular del beneficio. Así era doble la decepción de Alicia con los dirigentes de la FTV. A diferencia de los trabajadores rurales de Pernambuco que contaban con el “derecho” como medio para reclamar los incumplimientos de sus patrones, en La Matanza dicha regulación era inexistente. De ahí que lo único que los vecinos podían hacer en caso de conflicto o desavenencias con sus distribuidores era retirarse y buscar amparo en otro dador.

Conclusiones

Lygia Sigaud se había apoyado en el relato de José Mariano para señalar la dimensión constitutiva de las relaciones de intercambio y cómo la interrupción de su percurso podía desencadenar rupturas de relaciones duraderas. Y agregaba que no se trata de una particularidad de la mata pernambucana sino que la importancia de esos aspectos ya estaba presentes en la corte de Luis XIV, cuando las atenciones del rey eran señales de aprecio por el noble, como lo muestra Elias (1985) y también en las empresas modernas de la Francia contemporánea donde las atenciones del jefe conceden prestigio a quien las recibe, como lo destaca Boltanski (1982). Del mismo modo que su interrupción eran señales de la caída en desgracia y el fin de las relaciones. A esa lista podemos agregar también el mundo de las villas y asentamientos matanceros. Aun cuando se trataba de bienes y circuitos de intercambio que unían a iguales. Dadores y donatarios de planes y mercaderías residían en los mismos barrios y referían –en decenas de oportunidades- conocerse “de toda la vida”. Allí los vecinos se acercaban a los distribuidores para obtener un recurso del Estado. Sin embargo, la obtención de estos recursos no era vivida como un trámite burocrático e impersonal ante una dependencia pública sino como una compensación por la participación en piquetes o como el favor de Rubén, un dador del partido peronista. Esto es, los recursos estatales eran percibidos como dones y quienes los recibían se sentían en deuda con sus distribuidores. A su vez, la aparición de esos recursos representó para sus destinatarios toda una novedad que no tenía con qué ser comparada. No sólo porque se trataba de un subsidio que se inscribía en la vida de personas que no tenían experiencia en trabajos registrados sino también porque venía de la mano de una modalidad de protesta inusitada para los vecinos matanceros: acampar en la ruta durante semanas soportando frío, lluvia y represión policial.

El relato de Alicia era un testimonio vivo y elocuente de quien había participado en los primeros cortes de ruta de La Matanza cuando las organizaciones de desocu-

pados pasaban a disputarle al municipio la administración propia de los planes. Para algunos de ellos como nuestra protagonista, el piquete les impedía cuidar de sus familias, sus hijos y sus tareas domésticas. En esas circunstancias algunos recibían protección y a otros les era negada. Elegí el testimonio de Alicia por su elocuencia, por la riqueza de detalles y por las grandes implicaciones que pueden ser extraídas para una “sociología de los movimientos”.

Como vimos, las personas que se acercan a las organizaciones de desocupados no sólo buscan bienes recursos tangibles: planes, mercaderías sino también amparo y protección. Dichos aspectos eran negligenciados por la literatura sobre movimientos piqueteros más preocupada por señalar su capacidad organizativa, su vínculo con el gobierno, su relación con otras organizaciones, o la preocupación por retratar el punto de vista de los dirigentes. Como tuvimos la oportunidad de observar, las personas se acercaban y también se alejaban de las organizaciones; y no todas lo hacían por los mismos motivos. Alicia lo hizo para obtener un plan, en otras oportunidades una mujer me manifestó haberse acercado a la organización luego de perder un embarazo para salir de una gran depresión; y también estaban las que se acercaban porque concurrir al comedor o la copa de leche era una forma de ocuparse y de sentirse útil. En esa doble circulación de acercamiento y ruptura, los intangibles parecían cobrar una dimensión constitutiva en la toma de decisiones. Al punto de que su interrupción podía desencadenar el alejamiento de la organización y la búsqueda de otro dador que concediera protección en circunstancias difíciles. Se trataba de un universo en que las formas de asistencia del Estado crearon una especie de bisagra donde las “reglas del juego” no estaban claras. Así participar del movimiento abría una ventana a una serie de compromisos no explicitados que no terminaban de esclarecerse y donde el pedido de explicación y la demanda por el trato incumplido era percibido como una expulsión inminente. De ahí el alejamiento y la búsqueda de abrigo en otro dador. Ese era el espíritu que parecía mover a Alicia en su ruptura con los piqueteros y su acercamiento a Rubén.

La posibilidad de prestar atención a esas implicancias, de desarrollar esas categorías de percepción y así aportar nuestras contribuciones a la teoría antropológica es un inmenso privilegio que debemos a nuestra maestra, colega y amiga: Lygia Sigaud. Sus textos están poblados de minuciosos aspectos que muestran con elocuencia aquello que confería sentido a la vida de los individuos donde estaban claramente retratadas las coerciones que se abatían sobre ellos en la sucesión de eventos y los modos de percepción que los actores manifestaban de sí mismos y del mundo de sus relaciones. Algo que para que quienes tuvimos la invaluable

oportunidad de formarnos junto a ella, solía referirnos - en relación a nuestras propias etnografías- y en la intimidad de su sala del Museo Nacional : “ retrata siempre a las personas de carne y hueso”. Un legado al que daremos por siempre continuidad.

NOTAS

1. Agradezco la cuidada lectura de Patricia Vargas a una versión preliminar de este artículo.
2. El municipio de La Matanza con 320 km², más de un millón y medio de habitantes y 30 % de la población con necesidades básicas insatisfechas, es el distrito más extenso del país y el pobre de los más de 20 que componen el conurbano bonaerense. Desde la apertura democrática, ocurrida en 1983, hasta la actualidad ha estado gobernado por el partido peronista. A comienzos de los años 90 sus rutas se convirtieron en escenarios de movilizaciones y piquetes organizados por líderes territoriales de barrios periféricos que demandaban al gobierno el control propio de planes y alimentos. De esa manera, los movimientos “piqueteros” se tornaron para los vecinos en otra vía para obtener recursos del Estado en disputa con los agentes municipales.
3. El término “villa” es una categoría peyorativa con que se designa a las localizaciones no conformadas como terrenos donde residen los sectores más pobres de la población. Las componen viviendas de construcción precaria con materiales como madera o chapas y donde la obtención de servicios como agua y luz se organiza a través de conexiones clandestinas. Por su parte, los asentamientos se conforman por “tomas” de terrenos estatales o privados organizadas por los vecinos donde la permanencia en la misma confiere cierta legitimidad para acceder a un lote cuyas dimensiones suelen ser de 10x30 metros.
4. “Referentes” y “dirigentes” son términos que destacan jerarquías al interior de la organización. Los dirigentes reciben salario y tienen dedicación exclusiva. Por su parte, los referentes son los que distribuyen planes y mercaderías en sus propios barrios y áreas aledañas no reciben salario sino que ellos mismos se inscribían también como beneficiarios. El volumen de recursos que cada uno maneja resulta de acuerdos personales con los dirigentes y trazaba jerarquías entre ellos. Eran los responsables de la organización y funcionamiento de las tareas comunitarias como así también de convocar a los contemplados a las marchas y tomarles asistencia.
5. Interactué con Alicia entre los meses de mayo a octubre del 2005. La narrativa de su ruptura con “los piqueteros” fue hecha durante una entrevista que me concedió a mí la mañana del 9 de septiembre de aquel año en su casa del barrio Santa Rita. Los extractos de la entrevista están destacados en *itálico* y los términos nativos entrecomillados a lo largo del texto.
6. Resolución 312- 02 Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
7. Durante los piquetes, las rutas son demarcadas por cubiertas encendidas al interior de las cuales se montan campamentos y donde se izan las banderas con el nombre de la

organización que los lidera. La duración podía variar. El más extenso, en el Municipio de La Matanza, se prolongo por 18 días durante el mes de mayo del 2001. Existe una literatura específica que inscribe al piquete como una "nueva" modalidad de protesta, Ver al respecto (Auyero, 2002) y (Lobato y Suriano, 2003).

8. Un punto ya señalado por Quirós (2006) y Manzano (2007).
9. Podía ocurrir también que fueran los patrones quienes pretendían desprenderse de un morador y así le solicitaban que desocupe la casa. A veces lo justificaban diciendo que la necesitaban para colocar allí a otro trabajador. También estaban los que mandaban a desmantelarla o simplemente dejaban que se deteriorase. De esa manera, el trabajador comprendía que su presencia era indeseada y se retiraba (Sigaud, 2007).
10. Algunos autores han visto en este fenómeno un proceso más amplio en el cual "los planes" se constituyeron en "objeto de demanda" frente al Estado por parte de los dirigentes de las organizaciones piqueteros de La Matanza que incluyeron importantes movilizaciones a la ciudad de La Plata, capital de la provincia de Buenos Aires para presionar a las autoridades provinciales a que iniciaran la etapa formal de inscripción de beneficiarios (Manzano, 2007: 133). El argumento de la autora se apoya en el papel central de los dirigentes locales quienes estaban a cargo - entre otras tareas- de la confección de listados de beneficiarios a ser incluidos, en la convocatoria a movilizaciones y en la organización de las tareas comunitarias. Era a través de la acción de estos personajes que "los planes", según Manzano, contribuían a perfilar la trama organizativa de los movimientos piqueteros.
11. En el área de Santa Rita dichas movilizaciones se expresaron como saqueos a supermercados y centros de abastecimiento de alimentos.
12. Datos provistos por el Ministerio de Trabajo.
13. Decreto 565-02.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUYERO, Javier (2002) "Los cambios en el repertorio de la protesta social en la Argentina". En *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*, Vol. 42, Nro 166 pp. 187-210.
- BOLTANSKI, Luc (1982). *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Minuit.
- DE L'ESTOILE, B. y Lygia Sigaud (2006) (orgs). *Ocupações de terra e transformações sociais. Uma experiência de etnografia coletiva*, FGV, Editora, Rio de Janeiro.
- ELIAS, Norbert (1985 [1969]). *La société de cour*. Paris: Flammarion.
- LEACH, Edmund (1976) *Sistemas políticos de Alta Birmânia. Estudio sobre la estructura social Kachín*. Editorial Anagrama, Barcelona.

LOBATO, Mirta y J. Suriano (2003) *La protesta social en la Argentina*, Fondo de Cultura Económico, Buenos Aires.

MANZANO, Virginia (2007) *De La Matanza Obrera a Capital Nacional del Piquete*. Etnografía de procesos políticos y cotidianos en contextos de transformación social. Tesis Doctoral, Facultad de Filosofía y Letras, UBA.

MASSETI, Astor (2004). *Piqueteros. Protesta social e identidad colectiva*. Editorial de las Ciencias, Flacso, Buenos Aires.

MAUSS, Marcel (2003). "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". En: *Sociologia e Antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo.

MAZZEO, M. (2004). *Piqueteros: Notas para uma tipologia*. Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, Manuel Suárez Editor.

OVIEDO, Luis (2002). *Una historia del movimiento piquetero. De las primeras Coordinadoras al Argentinazo*. Editorial Rumbos, Buenos Aires.

QUIRÓS, Julieta (2006). *Cruzando la Sarmiento. Una etnografía sobre piqueteros en la trama social del sur del Gran Buenos Aires*. Editorial Antropofagia, Buenos Aires.

SIGAUD, Lygia (2004). "Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direto na mata pernambucana". En Revista *Mana* 10 (1); 131-163.

_____ (2007) "Se eu soubesse: os dons, as dívidas e a suas equivalências" En: *Ruris* (Campinas) Vol 1, pp. 123-153.

Svampa, Maristella y S. Pereyra (2003) *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Editorial Biblos, Buenos Aires.

